



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**BRASÍLIA
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual, a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

Unidades Agregadas: *Departamento Penitenciário Nacional.*

**LOCAL
MARÇO/2013**

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão
IN – Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria-Geral da União
UJ – Unidade Jurisdicionada
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional
CEF – Caixa Econômica Federal
DN – Decisão Normativa
UJ – Unidade Jurisdicionada
UG – Unidade Gestora
LOA – Lei Orçamentária Anual
DIRPP – Diretoria de Políticas Penitenciárias
DISPF – Diretoria do Sistema Penitenciário Federal
DIREX – Diretoria Executiva
DPU – Defensoria Pública da União
PPA – Plano Plurianual
CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
MJ – Ministério da Justiça
MS – Ministério da Saúde
MPOG – Ministério do Planejamento e Gestão
MF – Ministério da Fazenda
SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
INFOPEN – Sistema de Informações Penitenciárias
MinC – Ministério da Cultura
MEC – Ministério da Educação
MDA – Ministério Do Desenvolvimento Agrário
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Usos Especial da União
SRI/PR – Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
CGSPF - Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário Federal.

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS.....	5
1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO	5
<i>Quadro 1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Agregado.....</i>	<i>5</i>
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	7
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	8
1.4 MAPA ESTRATÉGICO	10
1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	11
1.6 MACROPROCESSOS DE APOIO	11
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	11
2. INTRODUÇÃO	12
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	13
3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	13
3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	14
3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	15
3.4 INDICADORES.....	18
4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	19
4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	19
4.1.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	19
4.1.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO	21
4.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	23
5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	24
5.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ ...	24
5.1.1 <i>Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ (Fonte 100. Tesouro Nacional) ...</i>	<i>24</i>
5.1.2 <i>Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ (Todas as Fontes, inclusive FUNPEN).....</i>	<i>25</i>
5.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA (FONTE 100 – TESOURO NACIONAL).....	29
5.2.1 <i>Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....</i>	<i>29</i>
5.2.2 <i>Programação de Despesas.....</i>	<i>29</i>
5.2.3 <i>Movimentação de Créditos Interna e Externa.....</i>	<i>32</i>
5.2.4 <i>Execução Orçamentária da Despesa</i>	<i>33</i>
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	37
6.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	37
6.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	37
6.2.1 <i>Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</i>	<i>37</i>
6.2.2 <i>Análise Crítica</i>	<i>37</i>
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	39
6.1.1 <i>Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....</i>	<i>39</i>
6.1.2 <i>Qualificação da Força de Trabalho.....</i>	<i>40</i>
6.1.3 <i>Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada</i>	<i>42</i>
6.1.4 <i>Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</i>	<i>44</i>
6.1.5 <i>Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</i>	<i>45</i>
6.1.6 <i>Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação</i>	<i>45</i>
6.1.7 <i>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</i>	<i>46</i>
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	47
6.2.1 <i>Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....</i>	<i>47</i>

6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	47
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	47
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	48
6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	49
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	50
7.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	50
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	60
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	60
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	61
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	61
7.3	ANÁLISE CRÍTICA	61
8.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	62
AS INFORMAÇÕES REFERENTES À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ESTARÃO NO RELATÓRIO DE GESTÃO DA UJ SECRETARIA EXECUTIVA DO MJ, UMA VEZ QUE ESTE DEPEN NÃO POSSUI GESTÃO SOBRE O ASSUNTO, DEPENDO INTEGRALMENTE DAS ATRIBUIÇÕES DESSA SECRETARIA.		
9.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	62
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	62
	Quadro 9.1.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	62
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	64
	Quadro 9.2.1 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	64
10.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	65
10.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	65
	10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	65
	Não restaram pendências junto ao TCU no presente exercício de 2012.	68
	10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	89
10.2	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	90
10.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	90
	10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	90
	Quadro 10.3.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	90
	10.3.2 Análise Crítica	90
10.4	DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	91
	Quadro 11.4.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	91
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	92
11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	92
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	94
	11.2.1 Declaração Plena	94
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO / RESULTADOS E CONCLUSÕES	99

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Quadro 1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Órgão de Vinculação: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Departamento Penitenciário Nacional			
Denominação abreviada: DEPEN			
Código SIORG: 001956	Código LOA: 30.907	Código SIAFI: 30.907	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00394.494/0008-02	
Principal Atividade: Tem por finalidade proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro.			Código CNAE: N/A
Telefones/Fax de contato:	61-2025-3187	61-2025-3438	61-2025-3653
E-mail: depen@mj.gov.br			
Página na Internet: www.mj.gov.br/depen			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ministério da Justiça, Anexo II, sala 633, Brasília, DF. CEP: 70064-901			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<ul style="list-style-type: none">Art. 71 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal.(UJ DEPEN);Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994.(UJ FUNPEN).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
<ul style="list-style-type: none">Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007.(UJ DEPEN);Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994. (UJ FUNPEN).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
<ul style="list-style-type: none">Portaria MJ nº 674, de 20 de março de 2008.(UJ DEPEN);Portaria MJ nº 1.215, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 1º de setembro de 2009 (UJ/CORH).			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
200321	CEF – Departamento Penitenciário Nacional – CEF/DEPEN		
200323	Diretoria do Sistema Penitenciária Federal – DISPF/DEPEN		
200324	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DIRPP/DEPEN		
200332	Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN		
200333	Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN		
200325	Coordenação de Recursos Humanos - DEPEN – CORH/DEPEN		
200600	Penitenciária Federal em Campo Grande – PFCG		
200601	Penitenciária Federal em Catanduvas – PFCAT		
200602	Penitenciária Federal em Mossoró – PFMOS		
200603	Penitenciária Federal em Porto Velho - PFPV		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
200321	00001 - Tesouro		
200323	00001 - Tesouro		
200324	00001 - Tesouro		
200332	00001 - Tesouro		
200333	00001 - Tesouro		
200325	00001 - Tesouro		
200600	00001 - Tesouro		
200601	00001 - Tesouro		
200602	00001 - Tesouro		
200603	00001 - Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200321	00001		

200323	00001
200324	00001
200332	00001
200333	00001
200325	00001
200600 ¹	00001
200601 ¹	00001
200602 ¹	00001
200603 ¹	00001

¹ As Unidades Gestoras 200600, 200601, 200602 e 200603 foram instituídas no mês de julho de 2010, Portaria DEPEN n° 139/2010, visando a desconcentração dos procedimentos relacionados à execução de recursos do Departamento Penitenciário Nacional pelos Estabelecimentos Penais Federais, de modo a propiciar uma maior autonomia, celeridade e eficiência na condução da atividade administrativa local.

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

O Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN - é o órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, emanadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP.

As principais atribuições do DEPEN são as expressas no artigo 72 da Lei de Execução Penal:

- Acompanhar a fiel aplicação das normas da execução penal em todo o território nacional;
- Inspeccionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais;
- Assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos em Lei;
- Colaborar com as Unidades Federativas, mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais;
- Colaborar com as Unidades Federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado;
- Coordenar e supervisionar os estabelecimentos penais e de internamento federais.

Além disso, o Departamento é o gestor do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, criado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994.

O Departamento Penitenciário Nacional tem sob sua responsabilidade a execução do Programa 2070 – Segurança Pública com Cidadania, previsto no Plano Plurianual 2012/2015. Este Programa é composto por ações, dentre outras vinculadas a outras unidades orçamentárias, que buscam a geração de vagas; o aprimoramento tecnológico dos estabelecimentos penais; o tratamento penitenciário adequado e digno ao apenado, internado e egresso do sistema visando a sua posterior reintegração à sociedade.

O Programa, em 2012, foi composto pelas seguintes ações orçamentárias, de acordo com a Diretoria no âmbito do DEPEN:

Diretoria de Políticas Penitenciárias:

- 2526 - Apoio a projetos de capacitação e valorização do servidor penitenciário das unidades da federação;
- 8130 - Pesquisa e produção de dados sobre o sistema penitenciário e a execução penal;
- 2730 - Política nacional de alternativas penais;
- 2314 - Apoio a projetos de reintegração social do preso, internado e egresso;
- 8916 - Modernização e aparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da federação;
- 3908 - Integração e modernização dos sistemas de informações penitenciárias;
- 20R8 - Apoio à implantação do instituto da liberdade vigiada por meio de monitoramento eletrônico

Diretoria do Sistema Penitenciário Federal:

- 2316 - Serviço Penitenciário Federal;
- 116S - Adequação física de penitenciárias federais;
- 20RA - Modernização e aparelhamento do sistema penitenciário federal;
- 10M1 - Construção da Quinta Penitenciária Federal;
- 10D3 - Implantação Do Sistema De Inteligência Penitenciária Federal.

Diretoria Executiva:

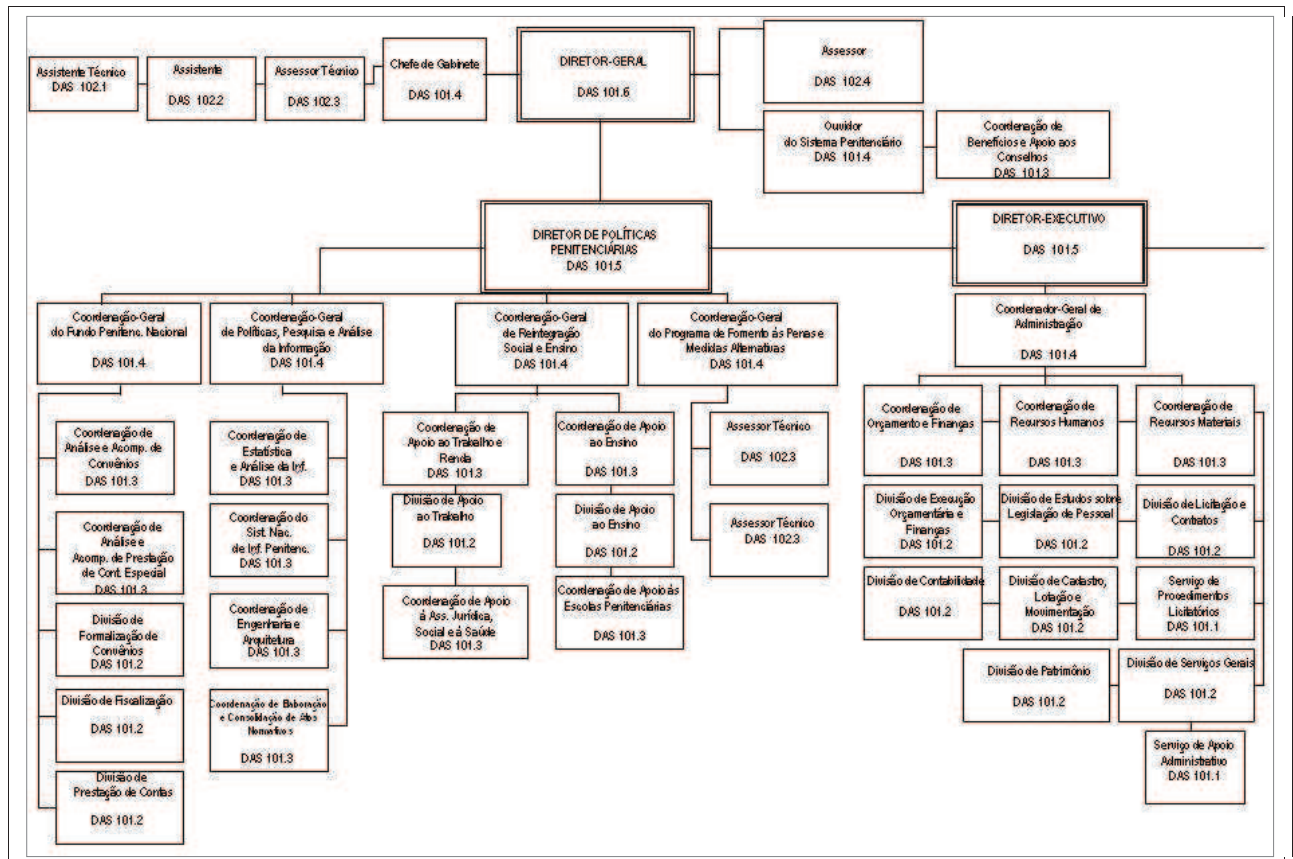
2000 - Administração da Unidade;

4572 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.

Ouvidoria:

8913 - Fomento a práticas de controle social e transparência na execução penal.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Principais atribuições do Gabinete do Diretor-Geral:

- Elaborar e acompanhar a pauta de trabalhos e viagens do Diretor-Geral;
- Coordenar, acompanhar e controlar os documentos e processos enviados ao Departamento;
- Preparar os despachos e controlar o expediente funcional do Diretor-Geral;
- Orientar, controlar e supervisionar as atividades e rotinas administrativas no âmbito do Departamento;
- Propor a normatização de procedimentos das unidades;
- Promover a divulgação dos atos normativos do Diretor-Geral;

Principais atribuições da Diretoria Executiva:

- Coordenar e supervisionar as atividades de planejamento, de orçamento, de administração financeira, de recursos humanos, de serviços gerais, de informação e de informática, no âmbito do Departamento;
- Elaborar a proposta orçamentária anual e plurianual do Departamento, assim como as propostas de programação financeira de desembolso e de abertura de créditos adicionais;

Acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades, considerando as diretrizes, os objetivos e as metas constantes do Plano Plurianual; e

Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

Principais atribuições da Diretoria de Políticas Penitenciária:

Planejar, coordenar, dirigir, controlar e avaliar as atividades relativas à implantação de serviços penais;

Promover a construção de estabelecimentos penais nas unidades federativas;

Elaborar propostas de inserção da população presa, internada e egressa em políticas públicas de saúde, educação, assistência, desenvolvimento e trabalho;

Promover articulação com os órgãos e as instituições da execução penal;

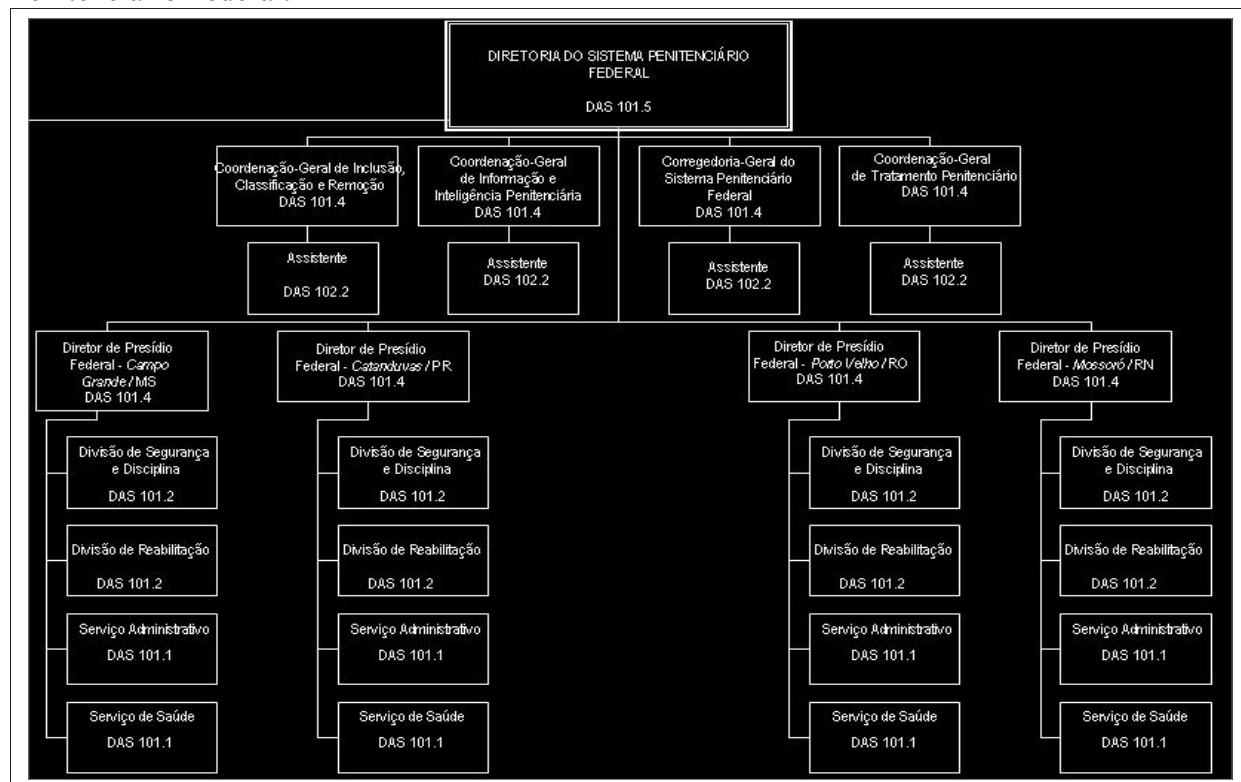
Realizar estudos e pesquisas voltados à reforma da legislação penal;

Apoiar ações destinadas à formação e à capacitação dos operadores da execução penal;

Consolidar em banco de dados informações sobre os sistemas penitenciários federal e das unidades federativas; e

Realizar inspeções periódicas nas unidades federativas para verificar a utilização de recursos repassados pelo fundo penitenciário nacional - funpen.

Continuação do Organograma do Departamento Penitenciário Nacional – Diretoria do Sistema Penitenciário Federal:



Principais atribuições da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal:

Promover a execução da política federal para a área penitenciária;

Coordenar e fiscalizar os estabelecimentos penais federais;

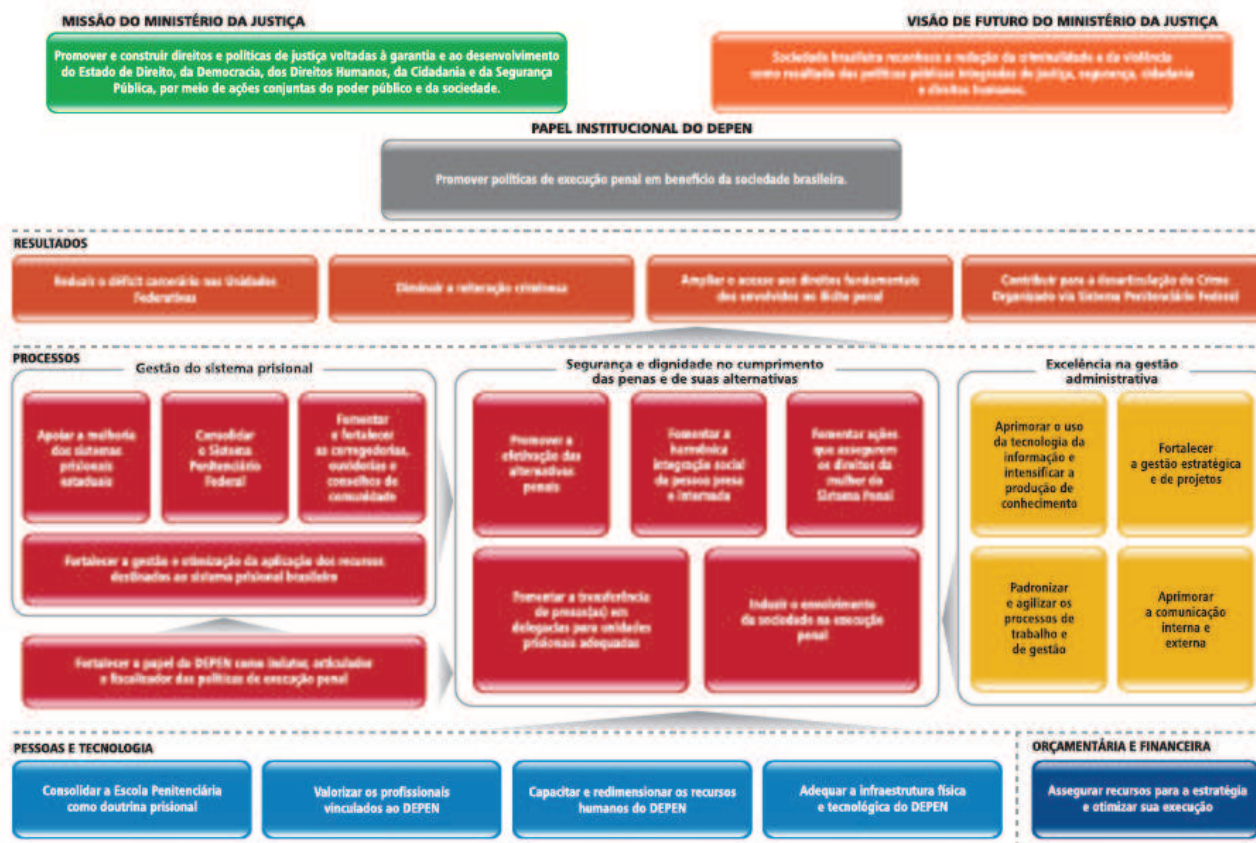
Custodiar presos, condenados ou provisórios, de alta periculosidade, submetidos a regime fechado, zelando pela correta e efetiva aplicação das disposições exaradas nas respectivas sentenças;

Promover a comunicação com órgãos e entidades ligados à execução penal e, em especial, com juízos federais e as varas de execução penal do país;

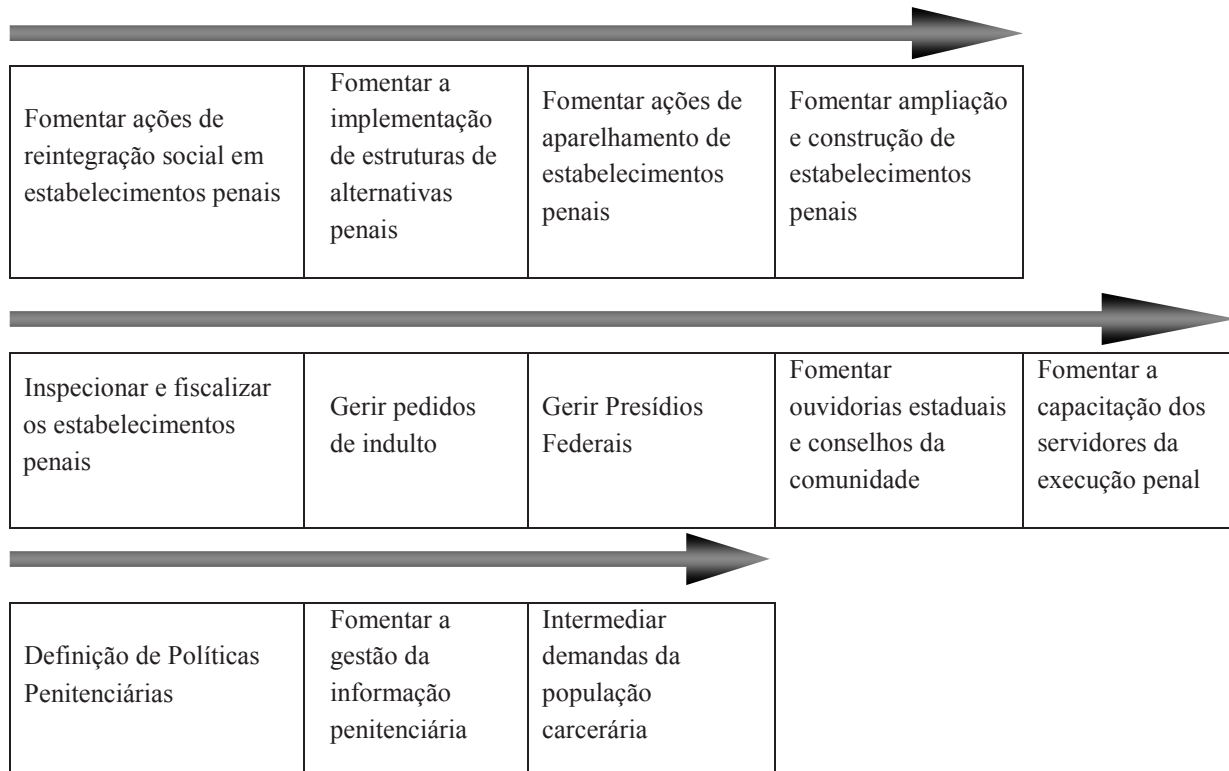
Elaborar normas sobre direitos e deveres dos internos, segurança das instalações, diretrizes operacionais e rotinas administrativas e de funcionamento das unidades penais federais.

1.4 MAPA ESTRATÉGICO

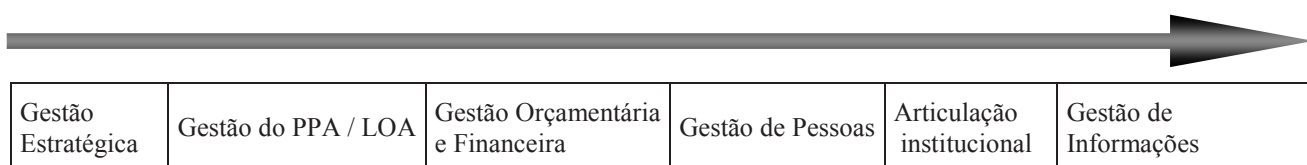
Informamos abaixo o Mapa Estratégico do DEPEN para os anos de 2011 a 2014



1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS



1.6 MACROPROCESSOS DE APOIO



1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Podemos elencar os principais parceiros na conexão dos objetivos da UJ:

- Casa Civil da Presidência da República;
- Ministério da Justiça;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Universidade Federal de Santa Catarina;
- Universidade Federal de Minas Gerais;
- Fundação Oswaldo Cruz;
- Departamento de Polícia Federal;
- Ministério da Aeronáutica;
- Governos Estaduais.

2. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN está estruturado conforme as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 21/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

Cumpre mencionar que o Relatório de Gestão do DEPEN, é concebido tendo em vista a utilização de recursos do Tesouro Nacional, provenientes da fonte 100, consignados na Lei de orçamento anual à Unidade Orçamentária 30907 – Fundo Penitenciário Nacional, em ações finalísticas, bem como dos atos de gestão pública de planejamento estratégico, acompanhamento dos órgãos de controle interno e externo, gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais, ficando as demais gestões de ordem finalística, executadas com fontes do Fundo Penitenciário nacional – FUNPEN relatadas no Relatório de Gestão do FUNPEN.

Os itens 3.3, 5.5 , 5.6, 11.3 a 11.5 da parte A e 1, 2, 4 a 15, 17 a 30, 32 a 37 e 39 a 47 da parte B e a parte C do anexo II da DN TCU nº 119/2012 N/Am à natureza jurídica da UJ.

Os itens 3, 12.3, 16, 19 não ocorreram no período.

O item 5.4 do anexo II da DN TCU nº 119/2012, apesar de se aplicar à natureza da Unidade, constará no Relatório de Gestão do Fundo Penitenciário Nacional, agregado ao presente relatório, tendo em vista que não ocorreu no período execução orçamentária de suprimento de fundos com recursos do Tesouro Nacional, provenientes da fonte 100.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Explicitação de uma política central e participativa que possibilite o alinhamento de todas as Unidades da federação à proposta de modernização do modelo de sistema penitenciário em todas as áreas da execução penal e de redução do seu déficit de vagas.

Vinculação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional, ao alinhamento à política central de reconstrução e a um plano onde cada estado se comprometa em metas de curto, médio ou longo prazo, necessária à efetivação do novo modelo.

Criação e manutenção, sob coordenação do Departamento Penitenciário Nacional e recursos do Fundo Penitenciário Nacional, do sistema nacional de informações penitenciárias, através da sistematização dos dados de informações, em nível operacional (administração dos estabelecimentos penais), contemplando a população carcerária, o quadro de servidores, o custo econômico e financeiro e a logística aplicada, em nível de estabelecimento penal, de forma a suprir com informações gerenciais (operacionais, táticas e estratégicas) todos os processos de tomada de decisões.

Integração do sistema de informações penitenciárias aos demais sistemas de informações do complexo da segurança pública, aos sistemas do complexo do juízo criminal e da execução penal e aos meios de divulgação no interesse da sociedade civil.

Implementação das ações do Programa sob eficiente orientação e monitoramento, aplicando, no que couber, a execução direta, e, nas demais, a execução descentralizada, através das secretarias de estado das unidades da federação, que detenham a administração do sistema penitenciário, na condição partícipe ou interveniente, quando o projeto tiver foco nesse sistema, e, quando não, através de órgãos e instituições públicas ou civis, de reconhecida capacidade e que atue de forma permanente no objeto do projeto, garantindo a continuidade da ação.

A estratégia de aprofundamento desse cenário de modernização requer um Estado indutor e promotor das mudanças, a partir de políticas públicas construídas por meio do diálogo social e do pacto federativo.

Neste contexto, com o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento promovidos pela nova estrutura e linguagem do Plano Plurianual (PPA) 2012 - 2015, o Departamento Penitenciário Nacional se insere na dimensão tática do PPA no programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania e programa 2112 – Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça.

Com a finalidade de criar condições adequadas à viabilização das políticas de execução penal foi criado, no âmbito do PPA 2012-2015, o Objetivo 0831, com o seguinte enunciado: Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Ao Objetivo 0831 estão associadas metas que visam ampliar a relação do Plano com os demais insumos necessários à consecução das políticas de execução penal, são elas:

- Apoiar no mínimo 20% das vagas geradas no sistema carcerário pelas unidades da federação;
- Aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº 12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão;

- Implantar o instituto da liberdade vigiada por meio do monitoramento eletrônico;
- Implantar o Sistema Nacional de Alternativas Penais;
- Implementar mecanismo de mensuração da reiteração criminosa no Brasil;
- Reduzir o déficit carcerário em 8%.

Assim, de modo a explicitar as entregas efetivas foram criadas as Iniciativas derivadas do Objetivo 0831, estabelecendo assim, o elo de ligação entre o Plano Plurianual e o Orçamento.

As seguintes Iniciativas foram estabelecidas:

- 03E2 - Aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da federação;
- 03E3 - Capacitação e valorização do servidor penitenciário das unidades da federação;
- 03E4 - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal;
- 03E5 - Contribuir para a manutenção das Casas Abrigo, que integram a rede especializada de atendimento às mulheres em situação de violência, visando ao fortalecimento da rede e ampliação do atendimento às mulheres nesta situação;
- 03E6 - Estruturação da política voltada à efetivação dos direitos da mulher encarcerada;
- 03E7 - Fomento a práticas de controle social e transparência na execução penal;
- 03E9 - Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas;
- 03EB - Integração e modernização dos sistemas de informações penitenciárias;
- 03ED - Reintegração social do preso, internado e egresso.

3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Departamento Penitenciário Nacional no tocante à execução do seu plano estratégico vem desempenhando suas ações com a visão de “Promover políticas de execução penal em benefício da sociedade brasileira”, dispondo de um conjunto de ações a ser implementado pelas Unidades Federativas, a curto, médio e longo prazo, visando o cumprimento dos dispositivos contidos na Lei nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal, e nas diretrizes da política criminal emanada do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, bem como o fortalecimento institucional e administrativo dos órgãos de execução penal locais.

A criação de vagas se constitui o eixo principal da estratégia do DEPEN no período de 2012 a 2015, tendo em vista o caráter prioritário consignado no Programa Nacional de Apoio ao Sistema Penitenciário Estadual no referido programa, prevendo a geração de vagas em estabelecimentos prisionais femininos por meio de ampliação e construção, bem como a geração de vagas por meio de ampliação e construção de cadeias públicas masculinas.

Destaca-se ainda a estratégia atual de formalização, acompanhamento e apresentação da prestação de contas em relação aos projetos de construção, ampliação e reforma de

estabelecimentos penais, que é realizado pela Caixa Econômica Federal, a qual possui ampla expertise na consecução de obras em âmbito nacional, alinhado ao Macroprocesso Finalístico de fomentar a ampliação e construção de estabelecimentos penais.

Apoiar, no âmbito da capacitação em serviços penais, as propostas que:

Sejam oriundas das unidades federativas que possuem escolas penitenciárias em funcionamento; contemplem os eixos básicos estabelecidos na Matriz Curricular Nacional para a Educação em Serviços Penais; proporcionem a formação e a capacitação continuada dos servidores penitenciários; visem a melhorias no funcionamento das Escolas Penitenciárias.

Fomentar a consolidação de informações gerenciais sobre a população penitenciária, além de atuar constantemente no aprimoramento da integração do sistema de informações penitenciárias aos demais sistemas de informações do complexo da segurança pública e justiça, otimizando assim a formulação de critérios para implementações de políticas penitenciárias.

Fomentar projetos de penas alternativas à pena privativa de liberdade para infratores de baixo potencial ofensivo, sem rejeitar o caráter ilícito do fato, diminuindo o encarceramento. Propiciando ao indivíduo a permanência do convívio social e dos seus familiares, sem a exposição aos males do sistema penitenciário.

Apoiar projetos encaminhados pelos Estados no âmbito da reintegração social do preso, internado ou egresso, que visem:

A reintegração social da mulher presa, internada ou egressa; O acesso e o reconhecimento dos direitos das pessoas presas, internadas e egressas; a adesão de novas unidades federativas ao Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário ou a expansão da cobertura nas unidades federativas já qualificadas; a organização, ampliação e qualificação da oferta de Educação no contexto prisional; a educação profissional do preso, internado ou egresso e a sua inserção ao mundo do trabalho; a garantia do acesso do preso, internado ou egresso à Justiça; a criação e fortalecimento dos patronatos; a qualificação e aperfeiçoamento profissional do preso, internado ou egresso e a sua inclusão no mercado de trabalho; bem como a atenção integral à saúde dos presos, internados ou egressos em conformidade com o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

Gerir o Sistema Penitenciário Federal com foco no aprisionamento de líderes criminosos, desarticulando o crime organizado em geral, com tratamento penitenciário peculiar a estas condições, visando principalmente o atendimento das assistências previstas na Lei de Execução Penal e da segurança da sociedade.

3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

O Ministério da Justiça exerce papel fundamental no fomento do efetivo cumprimento da legislação vigente, em especial a Lei de Execução Penal (lei nº 7210/84), a qual preconiza a assistência ao preso e ao internado como dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

A implementação dos Direitos e Garantias instituídos na lei depende de um sistema criminal e penitenciário moderno e eficaz capaz de prover ao preso o acesso à assistência material, jurídica, social, religiosa, educação e à saúde.

Diversos avanços foram realizados em 2012. O Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ - apoiou com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) a geração de 3296 novas vagas em estabelecimentos prisionais, isto representa 24% do total de vagas geradas no país em 2012 (foram geradas, no total, 13661 vagas em 2012). Outrossim, é importante apontar que

foram contratadas 16.631 novas vagas, contabilizando um investimento de R\$ 365.815.449,51 em 2012.

O trabalho é voltado à redução do déficit carcerário, que é indicador global utilizado no planejamento e gestão do DEPEN/MJ e considera o impacto da projeção de variação da população carcerária e a projeção dos resultados que serão gerados com os recursos disponibilizados. O percentual histórico de variação encontrado foi ponderado pela Diretoria do DEPEN de acordo com as iniciativas que já estavam em andamento por parte do Governo Federal e das Unidades Federativas, fixando assim em 3,8% de crescimento anual para os períodos seguintes. Com isso a estimativa de indivíduos encarcerados foi estabelecida em 534.294 presos em dezembro de 2012, 554.761 em dezembro de 2013 e 576.012 em dezembro de 2014.

Contudo, apesar dos esforços empreendidos na contratação e geração de novas vagas, o aumento da população carcerária de 514.582 em dezembro de 2011 para 549.577 em junho de 2012, apresentou variação de 34.995 presos em relação à projeção feita, causando o não alcance da meta de redução do déficit carcerário em 8% como definido no Plano Plurianual (PPA) e a necessidade de reavaliação das projeções estatísticas. Este desvio representa um crescimento da população carcerária de 6,8% em seis meses, três pontos percentuais acima do crescimento de 3,8% projetado para todo o ano de 2012. Neste sentido, houve um incremento de 1% no déficit carcerário, causado por este incremento inesperado e acima da média dos anos anteriores.

Além do trabalho realizado no tocante à geração de novas vagas em estabelecimentos prisionais, o DEPEN/MJ atuou fortemente na reintegração social da pessoa privada de liberdade. Parcerias com os Ministérios da Educação e da Saúde garantiram resultados expressivos no atendimento da população encarcerada. Além disso, importante trabalho de aparelhamento de estabelecimentos penais para capacitação profissional do preso foi realizado em 2012.

Na Educação, em parceria com o MEC, a oferta de educação foi qualificada e ampliada, ao se pactuarem vagas específicas para o sistema prisional: 27000 novas vagas na Educação de Jovens Adultos – EJA; 10000 novas vagas no Programa Brasil Alfabetizado – PBA; e, 2000 vagas para educadores bolsistas.

No ENEM, foram mais de 23 mil inscritos. Por fim, a destinação de 90 mil vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, para os anos de 2013 e 2014, representam avanço sem precedentes nesta área.

Na Saúde, totalizou-se 25 Unidades da Federação qualificadas no Plano Nacional de Saúde no Sistema Carcerário, estendendo o modelo SUS ao público penitenciário. Destacam-se ainda a inclusão de toda a população carcerária no Plano Nacional de Imunização, ações para incluir a população sob custódia no Cartão SUS e na Rede Cegonha. Por fim, é importante ressaltar o repasse de recursos do FUNPEN para aparelhamento de Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil em estabelecimento prisionais das Unidades da Federação (UF).

Na capacitação profissional, destaca-se o Projeto de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – PROCAP que representou o investimento de R\$ 6 milhões para implantação de oficinas de capacitação em estabelecimentos prisionais de 9 UFs, alcançando mais de 36 mil beneficiários.

O DEPEN/MJ também deu ênfase à questão de gênero, estabelecendo em 2012 o projeto Efetivação dos Direitos da Mulher no Sistema Penal, para coordenar articulações com órgãos federais, estaduais e sociedade civil, sistematizar demandas do encarceramento feminino e lançar, no início de 2013, a primeira parte da Política Nacional que tratará de temas como: a maternidade na prisão, arquitetura prisional, alterações legislativas, banco de dados com recorde em gênero, entre outros. A Meta PPA será quantificável após os estudos previstos no âmbito deste projeto. Outrossim, ao final de 2013 será possível apontar quantas vagas em estabelecimentos penais femininos serão geradas pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. As novas vagas atenderão aos dispositivos das normas citadas nas informações básicas da meta.

Outro importante projeto em andamento no DEPEN/MJ trata da monitoração eletrônica. Em 2012, realizou-se estudo preliminar composto por levantamento do panorama mundial e nacional, mapeamento das experiências no Brasil, visitas aos Estados (RJ, SP e PE) e elaboração de relatório

e nota técnica. A perspectiva para 2013 é iniciar a implantação do instituto da liberdade vigiada por meio de monitoramento eletrônico em duas UFs, que servirão como teste do projeto referência elaborado pelo Departamento.

No tocante a implantação do Sistema Nacional de Alternativas Penais, realizou-se, em 2012, 3 Workshops Regionais, com a participação de 127 especialistas, além dos trabalhos do "Grupos de Trabalhos de Apoio às Alternativas Penais", composto por 15 estudiosos do tema, resultando nas diretrizes para a política e na reestruturação do modelo de centrais de acompanhamento das penas e medidas alternativas. Foram ainda aprovadas 10 propostas de convênio para atender 18.935 pessoas, com investimento previsto de R\$ 3.638.281,69. É importante ressaltar também os trabalhos realizados no âmbito do Acordo para Melhoria do Sistema Prisional Brasileiro: formalização do Sistema por meio de projeto de lei; e, estudo do fluxo de aplicação das alternativas penais entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo. A perspectiva para 2013 é a continuação dos esforços para tornar o Sistema uma realidade.

Por fim, é importante salientar também os esforços realizados nas áreas de capacitação do servidor penitenciário, de aparelhamento de estabelecimentos penais e de consolidação do Sistema Penitenciário Federal. Na área de capacitação foi instituída a Escola Nacional de Serviços Penais – ESPEN e realizada a 1ª Pós-graduação em gestão em saúde prisional (400 vagas disponíveis). O aparelhamento dos estabelecimentos penais em 2012 teve como principal resultado a realização de pregão eletrônico para aquisição de 215 veículos de transportes de presos, que serão doados às UFs. Já no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, garantiu-se o correto funcionamento de um sistema que busca combater a atuação dos presos em relação ao crime organizado.

3.4 INDICADORES

Indicador	Fórmula de Cálculo	Finalidade	Unid. de Medida	Periodicidade	Fonte de Coleta	Meta (Dezembro de 2014)	Resultado Atual (Junho 2012)
Déficit de vagas	$ (N^{\circ} \text{ de vagas}) - (N^{\circ} \text{ total de presos}) $	Medir o déficit de vagas no sistema prisional	Nº de Vagas	Semestral	Infopen	238 Mil vagas	240.503 vagas
Índice de Óbitos da População Carcerária	$(N^{\circ} \text{ de notificações de óbitos por causas naturais}) \times 1.000 / (N^{\circ} \text{ total de presos})$	Medir a taxa de óbitos por causas naturais no sistema prisional	Óbitos a cada mil presos	Semestral	Infopen e CGRSE	Dados Indisponíveis Previsão: 30/07/2013	
Índice de Enfermidades Críticas da População Carcerária (HIV, Tuberculose, Pneumonia, Hepatite, Drogas)	$(N^{\circ} \text{ de notificações de dada doença}) \times 1.000 / (N^{\circ} \text{ total de presos})$	Medir a incidência de enfermidades críticas no sistema prisional	Notificações a cada mil presos	Semestral	Infopen e CGRSE	Dados Indisponíveis Previsão: 30/07/2013	
Índice de Presos Envolvidos em Atividades de Trabalho	$(N^{\circ} \text{ de presos em atividade de trabalho}) / (N^{\circ} \text{ de presos passíveis às atividades de trabalho})$	Medir a taxa de presos envolvidos em atividades de trabalho	%	Semestral	Infopen	25%	23,21%
Remição de Dias por Atividades de Trabalho	Somatório do Nº de dias remidos por atividade de trabalho	Medir a quantidade de dias remidos por atividades de trabalho	Nº de dias	Semestral	CGRSE	Dados Indisponíveis Previsão: 31/12/2013	
Índice de Presos Envolvidos em Atividades de Educação	$(N^{\circ} \text{ de presos em atividade de educação}) / (N^{\circ} \text{ de presos passíveis às atividades educacionais})$	Medir a taxa de presos envolvidos em atividades de educação	%	Semestral	Infopen	12,0%	10,72%
Índice de presos analfabetos	$(N^{\circ} \text{ de presos analfabetos}) / (N^{\circ} \text{ de presos passíveis de alfabetização})$	Medir a taxa de analfabetismo no sistema prisional	%	Semestral	Infopen	4,30%	5,80%
Remição de Dias por Atividades de Estudo	Somatório do Nº dias remidos por atividade de estudo	Medir a quantidade de dias remidos por atividades de educação	Nº de Dias	Semestral	CGRSE	Dados Indisponíveis Previsão: 31/12/2013	
Índice de Redução do Encarceramento	$(N^{\circ} \text{ de alternativas penais aplicadas no período}) / (N^{\circ} \text{ de julgamentos ocorridos no semestre, cujo acusado tenha sido condenado por incorrer em ilícito penal de baixo potencial ofensivo})$	Medir a quantidade de alternativas penais aplicadas do total possível	%	Semestral	CNJ	Dados Indisponíveis Previsão: 31/12/2013	
Índice de Reiteração Criminosa dos Sujeitos às Intervenções não Privativas de Liberdade	$(N^{\circ} \text{ de condenações de indivíduos que já receberam uma alternativa penal em algum momento}) / (N^{\circ} \text{ total de indivíduos que já receberam alternativas penais})$	Medir a reiteração de pessoas que receberam alternativas penais	%	Semestral	CNJ	Dados Indisponíveis Previsão: 31/12/2013	

As definições das metas dos indicadores globais utilizados no planejamento e gestão do DEPEN consideram o impacto da projeção de variação da população carcerária e a projeção dos resultados que serão gerados com os recursos disponibilizados. Para calcular a variação esperada da população carcerária, utilizou-se o histórico disponível considerado confiável pela Coordenação-Geral de Pesquisa e Análise da Informação – CGPAI/DIRPP/DEPEN, de dezembro de 2008 a dezembro de 2011. O percentual histórico de variação encontrado foi ponderado pela Diretoria do DEPEN de acordo com as iniciativas que já estavam em andamento por parte do Governo Federal e das Unidades Federativas, fixando assim em 3,8% de crescimento anual para os períodos seguintes. Com isso a estimativa de indivíduos encarcerados foi estabelecida em 534.294 presos em dezembro de 2012, 554.761 em dezembro de 2013 e 576.012 em dezembro de 2014.

O aumento da de 514.582 em dezembro de 2011 para 549.577 em junho de 2012, apresentando variação de 34.995 presos em relação à projeção feita, causou o não alcance de algumas metas e a necessidade de reavaliação das projeções estatísticas. Este desvio representa um crescimento da população carcerária de 6,8% em seis meses, três pontos percentuais acima do crescimento de 3,8% projetado para todo o ano de 2012.

4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

4.1.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro 4.2.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					x
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					x
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					x
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. Ex: existe um Grupo de controle interno da UJ criado com esta finalidade.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

4.2.2 Análise Crítica

6. Ex: Reuniões virtuais por Vídeo Conferência.

7. Ex: Verifica-se a pertinência com normativos internos da UJ ou órgão superior.

8. Ex: A UJ busca constantemente esta conduta, na proporção das competências individuais e quantidade de servidores disponíveis para as tarefas.

9. Sim, e é nesse sentido que existe a busca constante pelo aperfeiçoamento dos métodos de trabalho inclusive capacitando servidores como forma de diminuição de falhas processuais e procedimentais.

10. Ex: Sim, atualmente o DEPEN possui um Escritório de Projetos com trabalhos voltados ao atendimento e monitoramento dos objetivos e metas traçados pela UJ, internamente ou no plano Plurianual.

11. Ex: A atuação do escritório de projetos é decisiva para diagnosticar as necessidades finalísticas de atendimento à sociedade ligadas à área de execução penal.

12. Ex: A UJ, a título de exemplo, monitora a expansão da população carcerária brasileira e a capacidade do estado (União e Unidades Federativas) de reduzir o elevado déficit de vagas existente, se os indicadores dessa população aumentam, eleva-se proporcionalmente, o risco de deficit de vagas. Dessa forma, ações internas devem adequar-se aos motivos das transformações no cenário, perfazendo conforme o caso, e detre outras, o incentivo a aplicação de penas e medidas

alternativas à prisão e o propriamente dito, apoio à construção e reformas de estabelecimentos penais.

14. Ex: A UJ vem buscando padronizar referenciais de itens da construção civil aplicadas à construção de estabelecimentos penais, indutores, a curto prazo, de melhor padronização no recebimento de propostas para formalização de contratos de repasse. Essa iniciativa decorre do risco apontado pelo histórico, em razão da extensão territorial brasileira e suas diversas peculiaridades econômicas regionais.

15. Ex: A administração dos recursos orçamentários da UJ é estrategicamente direcionada ao atendimento das prioridades elecadas de acordo com os seguintes critérios: (ações meio) manutenção da unidade; (ações finalísticas) ações prioritárias da presidência e ações prioritárias do ministério da justiça, subsidiadas por indicadores de execução penal, cabendo o balanceamento adequado dos níveis de gastos finalísticos de modo a não prejudicar as ações meio da unidade, como é o exemplo de honrar os pagamentos a fornecedores e prestadores de serviço.

24. Ex: a UJ vem recorrendo à abertura para recebimento de propostas de convênio, cada vez mais detalhadas, de modo a dinamizar e melhorar a qualidade das informações que as Unidades da Federação devem fornecer ao DEPEN para aprovação de seus pleitos, e com isso garantir a comunhão de esforços e dos resultados.

4.1.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO

4.1.3.1 Identificação da Corregedoria e Objetivos:

- Denominação completa: Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário Federal. Denominação abreviada: CGSPF
- Objetivos: Orientar, auxiliar, subsidiar e fiscalizar as atividades relacionadas à apuração de possíveis irregularidades cometidas pelos servidores públicos civis lotados na Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, bem como relacionadas à aplicação das devidas penalidades.

4.1.3.2 Base Normativa:

Norma de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:

- Portaria nº 674, de 20 de março de 2008 – Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional;
- *Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.*

Normas, Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada:

- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
- Portaria-DEPEN nº 151 - de 02 de setembro de 2008; (Dispõe sobre a criação da Carteira de Identidade Funcional dos servidores do Departamento Penitenciário Nacional e dá outras providências);
- Portaria-DISPF nº 304, de 11 de novembro de 2009 (Manual de Procedimentos de Segurança e Rotinas Carcerárias no âmbito do Sistema Penitenciário Federal).
- Instrução Normativa CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009;
- Manual de Processo Administrativo Disciplinar – CGU – 2012.

4.0 Informações Gerais

Sistema de Correição

a) De acordo com a organização estabelecida pelo Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN, Portaria nº 674/2008, a Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário Federal-CGSPF, encontra-se hierarquicamente subordinada à Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, que por sua vez está subordinada à Diretoria-Geral do DEPEN.

A CGSPF, unidade responsável pela fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos servidores lotados na Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, cuja missão é preservar e promover, dentre outros, os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade, tem sua competência estipulada pelo art. 45 da Portaria nº 674/2008 - Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional, que assim dispõe:

Art. 45. À Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário Federal compete:

I - elaborar normas e manuais de correição e disciplina do Sistema Penitenciário Federal, bem como o plano anual de correições ordinárias e extraordinárias;

II - assessorar o Diretor do Sistema Penitenciário Federal em assuntos de natureza jurídica;

III - receber representação contra servidor do Sistema Penitenciário Federal, coordenando a respectiva apuração;

IV - opinar acerca da instauração de procedimento administrativo-disciplinar envolvendo servidor do Sistema Penitenciário Federal;

V - indicar os membros integrantes das comissões de disciplina;

VI - solicitar a órgãos e entidades públicas e a pessoas físicas ou jurídicas documentos e informações necessários à instrução de procedimentos disciplinares em curso;

VII - verificar a regularidade dos trabalhos das comissões de disciplina; e

VIII - submeter ao Diretor-Geral, as conclusões alcançadas pelas Comissões nos procedimentos disciplinares, para decisão da autoridade competente.

Oportunamente, cabe registrar que atualmente a CGSPF possui em sua estrutura o cargo de Corregedor-Geral do Sistema Penitenciário Federal (vago) – D.A.S 101.4 e o cargo de Assistente da Corregedoria – 102.2. Além disso, conta com 06 (seis) servidores no seu quadro de pessoal.

Importante mencionar que o mesmo diploma acima destacado, em seu art. 51, XIV, prevê que ao Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN compete a instauração e julgamento dos procedimentos administrativos disciplinares ensejadores da aplicação das penalidades de advertência e suspensão, cabendo ao Ministro da Justiça, a competência para julgar os processos resultantes nas penalidades de demissão, neste caso, conforme determina o artigo 1º, caput e inciso II do Decreto nº 3.035/99.

b) No exercício de 2012, a CGSPF obteve como resultado em suas correições disciplinares, a seguinte totalização, ressaltando que grande parte dos procedimentos foram instaurados no segundo semestre de mencionado exercício, razão pela qual alguns feitos ainda estarem em curso.

<i>2012</i>	<i>PAD</i>	<i>Sindicância Acusatória</i>	<i>Sindicância Investigativa</i>
<i>Instaurados</i>	<i>10</i>	<i>15</i>	<i>11</i>
<i>Concluídos</i>	<i>04</i>	<i>06</i>	<i>01</i>
<i>Em curso</i>	<i>06</i>	<i>09</i>	<i>10</i>

4.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Segundo informação da área de correição da UJ, as informações vem sendo prestadas na forma da aludida portaria, porem alguns procedimentos disciplinares instaurados no ano de 2012, não foram incluídos ainda no Sistema CGU-PAD, por estarem os autos sob a carga das Comissões Disciplinares, que se encontram instaladas nas Penitenciárias Federais, localizadas nas cidades de Campo Grande-MS, Porto Velho-RO, Catanduvas-PR e Mossoró-RN, de modo que não houve tempo hábil para solicitar os autos, o que também poderia acarretar prejuízo na instrução dos feitos.

Por fim, seguem como peças complementares ao presente Processo de Contas, os dois relatórios emitidos pelo Sistema CGU-PAD, sendo um “Por Fase do Processo” e o outro “Por Resultado de Julgamentos Consolidados”.

5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

5.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ (Fonte 100. Tesouro Nacional)

Quadro 5.1.1.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
<i>Código Programa</i>	2070			
<i>Título</i>	Segurança Pública com Cidadania			
<i>Órgão Responsável</i>	Departamento Penitenciário Nacional			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
<i>Fontes de Recursos</i>	<i>Valores do Exercício 2012</i>			<i>a) Valor Remanescente (d – e)</i>
	<i>e) Previsto no PPA</i>	<i>f) Fixado na LOA</i>		
<i>a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</i>	0,00	39.377.299,00		39.377.299,00
<i>b) Outras Fontes</i>	0,00	0,0		
<i>c) Subtotais (a + b)</i>	0,00	39.377.299,00		
<i>d) Valor Global Previsto no PPA</i>				0,00
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
<i>Despesa Empenhada</i>	<i>Despesa Liquidada</i>	<i>Restos a Pagar</i>		<i>Valores Pagos</i>
		<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>	
20.360.348,00	0,00	0,00	0,0	0,00
Objetivos Relacionados ao Programa				
<i>Código</i>	<i>Descrição</i>	<i>Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento</i>		
0831	Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate o crime organizado.	Departamento Penitenciário Nacional		

5.1.1.2 Análise Crítica

Informamos que o valor consignado na LOA 2012, na UO 30907, refere-se às emendas ao orçamento da União feitas pelo Congresso Nacional, não possuindo interferência direta do DEPEN no PLOA 2012, desse modo, o DEPEN, considerando suas atribuições, apoiou diversos projetos apresentados pelos estados destinatários dos recursos, já no final do exercício de 2012, razão pela qual não passaram pelo processo de liquidação da despesa.

Registra-se que não foram executados em sua totalidade os recursos provenientes da fonte 100, em razão da não apresentação ou a apresentação de propostas feitas inadequadamente, bem como pela não liberação de limite orçamentário pela SRI/PR.

5.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
(Todas as Fontes, inclusive FUNPEN)

Quadro 5.1.2.1 – Objetivo de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
<i>Código</i>	0831					
<i>Descrição</i>	Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.					
<i>Programa</i>	2070 - Segurança Pública com Cidadania					
<i>Órgão Responsável</i>	Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>		<i>Restos a Pagar</i>		<i>Valores Pagos</i>
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>	
39.377.299,00	39.377.299,00	20.360.348,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício						
<i>Ordem</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta Física</i>		<i>Meta Financeira</i>	
			<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>	<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>
1	Apoiar no mínimo 20% das vagas geradas no sistema carcerário pelas unidades da federação	Percentual	20	24	200.040.000	360.040.000,00
2	Aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão	Não Quantificável				
3	Implantar o instituto da liberdade vigiada por meio do monitoramento eletrônico	Não Quantificável				
4	Implantar o Sistema Nacional de Alternativas Penais	Não Quantificável				
5	Implementar mecanismo de mensuração da reiteração criminosa no Brasil	Não Quantificável				
6	Reduzir o déficit carcerário em 8%	Percentual	- 8%	+1%	200.040.000	360.040.000,00

5.1.2.2 Análise Crítica

Por ordem, informamos que o Departamento Penitenciário Nacional apoiou com recursos do Fundo Penitenciário Nacional a geração de 3296 novas vagas em estabelecimentos prisionais, isto representa 24% do total de vagas geradas no país em 2012 (13661 novas vagas), ocorrendo uma superação de 4% em relação à meta inicialmente prevista.

Quanto ao aumento do número de presídios femininos, informamos que no tocante à questão de gênero, estabeleceu-se em 2012, o projeto "Efetivação dos Direitos da Mulher no Sistema Penal", para coordenar articulações com órgãos federais, estaduais e sociedade civil, sistematizar demandas do encarceramento feminino e lançar, no início de 2013, a primeira parte da Política Nacional que tratará de temas como: a maternidade na prisão, arquitetura prisional, alterações legislativas, banco de dados com recorde em gênero, entre outros.

A Meta será quantificável após os estudos previstos no âmbito deste projeto. Outrossim, ao final de 2013 será possível apontar quantas vagas em estabelecimentos penais femininos serão geradas pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. As novas vagas atenderão aos dispositivos das normas citadas nas informações básicas da meta.

Com respeito à implantação do Instituto da Liberdade Vigada, realizou-se estudo preliminar composto por levantamento do panorama mundial e nacional, mapeamento das experiências no Brasil, visitas aos Estados (RJ, SP e PE) e elaboração de relatório e nota técnica. A perspectiva para 2013 é iniciar a implantação do instituto da liberdade vigada por meio de monitoramento eletrônico em duas Unidades da Federação, que servirão como teste do projeto referência elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional.

A Implantação do Sistema Nacional de Alternativas Penais, envolveu em 2012, a realização de 3 Workshops Regionais, com a participação de 127 especialistas, além dos trabalhos do "Grupos de Trabalhos de Apoio às Alternativas Penais", composto por 15 estudiosos do tema, resultando nas diretrizes para a política e na reestruturação do modelo de centrais de acompanhamento das penas e medidas alternativas. Foram ainda aprovadas 10 propostas de convênio para atender 18.935 pessoas, com investimento previsto superior a R\$ 3,5 milhões de reais. É importante ressaltar também os trabalhos realizados no âmbito do *Acordo para Melhoria do Sistema Prisional Brasileiro*: formalização do Sistema por meio de projeto de lei; e, estudo do fluxo de aplicação das alternativas penais entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo. A perspectiva para 2013 é a continuação dos esforços para tornar o Sistema uma realidade.

O Departamento Penitenciário Nacional elegeu como indicador global de desempenho das políticas de melhoria do sistema prisional a mensuração da reiteração criminosa no Brasil. O mecanismo permitirá a aferição dos resultados da reintegração social da pessoa privada de liberdade, possibilitando a melhor avaliação das políticas e projetos realizados nesta área.

Os trabalhos estão em andamento para em conjunto com o Poder Judiciário criar mecanismo que permita a coleta dos dados que permitirão a medição deste indicador. O cronograma estimado aponta como prazo final para implantação o final do ano de 2014.

5.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ (Somente fonte 100 tesouro)

Quadro 5.1.3.1 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
<i>Código</i>	03E9					
<i>Descrição</i>	Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas					
<i>Objetivo</i>	0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.					
<i>Órgão ou Unidade Responsável</i>	Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>		<i>Restos a Pagar</i>		<i>Valores Pagos</i>
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>	
36.577.299,00	36.577.299,00	20.260.348,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
<i>Ordem</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta Física</i>		<i>Meta Financeira</i>	
			<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>	<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>
1	Vaga Contratada	Unidade	898	678	36.577.299,00	20.260.348,00

Quadro 5.1.3.2 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
<i>Código</i>	03ED					
<i>Descrição</i>	Reintegração social do preso, internado e egresso.					
<i>Objetivo</i>	0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.					
<i>Órgão ou Unidade Responsável</i>	Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>		<i>Restos a Pagar</i>		<i>Valores Pagos</i>
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>	
2.500.000,00	2.500.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
<i>Ordem</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta Física</i>		<i>Meta Financeira</i>	
			<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>	<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>
1	Serviço apoiado	unidade	11	1	2.500.000,00	100.000,00

5.1.3.2 Análise Crítica

Examinando a proveniência de recursos da fonte 100, considera-se como previsão aqueles valores dispostos na LOA, mesmo que inseridos por iniciativa do Congresso Nacional, dessa forma, registra-se que em relação à diferença entre o que foi previsto e o que foi empenhado na iniciativa 03ED, deve-se ao reduzido limite orçamentário disponibilizado ao FUNPEN, que não dispôs de limite extra para atender à todas as emendas apresentadas. Limite este que é liberado pela SRI/PR.

Com relação à Iniciativa 03E9, obteve-se êxito em sua execução orçamentária no localizador nacional, devido ao planejamento prévio de utilização dos recursos, tendo sido alterado tão somente a fonte de recursos, o que não impactou negativamente na gestão, já em relação aos localizadores estaduais, estes sofrem com a falta de liberação de limite orçamentário.

5.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 5.1.4.1 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
<i>Código</i>		8914				
<i>Descrição</i>		Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Estaduais				
<i>Iniciativa</i>		03E9				
<i>Unidade Responsável</i>		Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça				
<i>Unidade Orçamentária</i>		Fundo Penitenciário Nacional				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>		<i>Restos a Pagar</i>		<i>Valores Pagos</i>
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>	
39.377.299,00	39.377.299,00	20.360.348,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
<i>Ordem</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta Física</i>		<i>Meta Financeira</i>	
			<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>	<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>
1	Vaga Contratada	Unidade	898	678	36.577.299,00	20.260.348,00

Quadro 5.1.4.2 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
<i>Código</i>		2314				
<i>Descrição</i>		Reintegração social do preso, internado e egresso				
<i>Iniciativa</i>		03ED				
<i>Unidade Responsável</i>		Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça				
<i>Unidade Orçamentária</i>		Fundo Penitenciário Nacional				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>		<i>Restos a Pagar</i>		<i>Valores Pagos</i>
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>	
36.577.299,00	36.577.299,00	20.260.348,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
<i>Ordem</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta Física</i>		<i>Meta Financeira</i>	
			<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>	<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>
1	Serviço apoiado	unidade	11	1	2.500.000,00	100.000,00

5.1.4.2 Análise Crítica

Com relação à ação 8914, obteve-se êxito em sua execução orçamentária no localizador nacional, devido ao planejamento prévio de utilização dos recursos, tendo sido alterado tão somente a fonte de recursos, o que não impactou negativamente na gestão, já em relação aos localizadores estaduais, estes sofrem com a falta de liberação de limite orçamentário.

Obteve-se com a execução da referida ação, o apoio a diversos estados da federação contribuindo com a superação da meta do PPA de geração de pelo menos 20% das vagas criadas em âmbito nacional, alcançando 4 % a mais do valor esperado.

A liberação de somente R\$ 100.000,00, pela SRI/PR, para a Ação 2314.0070, permitiu apenas a execução de um convênio no mesmo valor para o localizador de Porto Alegre, na área de reintegração social do preso, internado e egresso.

5.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.

Não ocorreu no período a execução de recursos no programa de gestão do Ministério da Justiça com recursos da fonte 100 pelo DEPEN.

5.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA (FONTE 100 – TESOURO NACIONAL)

5.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro 5.2.1.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
<i>Fundo Penitenciário Nacional</i>	<i>30907</i>	<i>2000094</i>

5.2.2 Programação de Despesas

5.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

<i>Origem dos Créditos Orçamentários</i>		<i>Grupos de Despesas Correntes</i>				
		<i>1 – Pessoal e Encargos Sociais</i>		<i>3- Outras Despesas Correntes</i>		
		<i>Exercícios</i>		<i>Exercícios</i>		
		<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>	
LOA	<i>Dotação proposta pela UO</i>		<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
	<i>PLOA</i>		<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
	<i>LOA</i>		<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>1.150.000,00</i>	<i>250.000,00</i>
CRÉDITOS	<i>Suplementares</i>		<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
	<i>Especiais</i>	<i>Abertos</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
		<i>Reabertos</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
	<i>Extraordinários</i>	<i>Abertos</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
		<i>Reabertos</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
	<i>Créditos Cancelados</i>		<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>Outras Operações</i>		<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	
Total		<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>1.150.000,00</i>	<i>250.000,00</i>	

Siafi Gerencial Web

Quanto ao Grupo de Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, o Departamento Penitenciário Nacional recebe sua dotação, por meio de destaque orçamentário do Ministério da Justiça, UO 30101, cujo montante, no exercício de 2012, foi de R\$ 103.030.316,76.

Em relação ao Grupo de Despesa 3 - Outras Despesas Correntes, informamos que o valor consignado na LOA 2012, na UO 30907, refere-se a emendas ao orçamento da união feitas pelo Congresso Nacional, nas seguintes ações/localizadores:

20RA.0058 - Modernização e Aparelhamento do Sistema Penitenciário Federal - Catanduvas – PR;

2314.0031 - Apoio a Projetos de Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso - No Estado de Minas Gerais;

2314.0053 - Apoio a Projetos de Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso – No Distrito Federal;

2314.0062 - Apoio a Projetos de Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso – São Mateus – ES;

2314.0070 - Apoio a Projetos de Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso – Porto Alegre – RS.

5.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

<i>Grupos de Despesa de Capital Origem dos Créditos Orçamentários</i>		<i>Grupos de Despesa de Capital</i>		
		<i>4 – Investimentos</i>		
		<i>Exercícios</i>		
		<i>2012</i>	<i>2011</i>	
<i>LOA</i>	<i>Dotação proposta pela UO</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	
	<i>PLOA</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	
	<i>LOA</i>	<i>38.227.299</i>	<i>6.159.694</i>	
<i>CRÉDITOS</i>	<i>Suplementares</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	
	<i>Especiais</i>	<i>Abertos</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
		<i>Reabertos</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
	<i>Extraordinários</i>	<i>Abertos</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
		<i>Reabertos</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
	<i>Créditos Cancelados</i>	<i>0,00</i>	<i>-1.731.714,00</i>	
<i>Outras Operações</i>		<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	
<i>Total</i>		<i>38.227.299</i>	<i>4.427.980,00</i>	

Siafi Gerencial Web

Os Grupos de Despesas 5 e 6, não ocorreram no período.

Em relação ao Grupo de Despesa 4 - Investimentos, informamos que o valor consignado na LOA 2012, na UO 30907, refere-se a emendas ao orçamento da união feitas pelo Congresso Nacional, nas seguintes ações/localizadores:

2314.0015 - Apoio a Projetos de Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso - No Estado do Pará;

2314.0017 - Apoio a Projetos de Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso - No Estado do Tocantins;

8914.0001 - Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Estaduais – Nacional.

5.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
 Quadro 5.2.2.3.1 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	PLOA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	LOA	1.150.000,00	250.000,00	38.227.299	6.159.694	0,00	0,00	
CRÉDITOS	Suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados	0,00	0,00	0,00	-1.731.714,00	0,00	0,00	
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total		1.150.000,00	250.000,00	38.227.299	4.427.980,00	0,00	0,00	

Fonte: Siafi Gerencial Web

5.2.2.4 Análise Crítica

Com relação aos créditos originários acima e considerando que foram incluídos na Lei Orçamentária pelo Congresso Nacional e não programados pelo Órgão, informamos que não ocorreu o encaminhamento de cota de limite orçamentário para a maioria das emendas, pela SRI/PR esperado para esse tipo de situação. A única emenda contemplada com limite orçamentário advindo da SRI foi a vinculada ao localizador 2314.0070 - Apoio a Projetos de Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso – Porto Alegre – RS, no valor de R\$ 100.000,00. Com relação emenda de localizador 8914.0001 - Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Estaduais – Nacional, informamos que a mesma foi executada com limite orçamentário próprio do órgão, no valor de R\$ 20.360.348,00.

Portanto, com relação à dotação não houve incompatibilidade, e sim falta de limite condizente para execução orçamentária.

5.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 5.2.3.3.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	
	Concedidos	-	-	-	-	
Movimentação Externa	Recebidos	200094	200325	06122211220TP0001	87.585.012,43	-
		200094	200325	09272008901810001	30.188,45	-
		200094	200325	14122211209HB0001	15.415.115,88	-
		200094	200325	14301211220040001	-	1.671.312,42
		200094	200325	14306211220120001	-	3.838.383,02
		200094	200325	14331211220110001	-	864.885,71
		200094	200325	14365211220100001	-	232.511,65
		200094	200325	06122211220000001	-	441.799,49
		200094	200324	1442202089740012	-	259.283,15
		200094	200332	06122211220000001	-	96.069,91
		Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital
Concedente	Recebedora		4 – Investimentos			
Movimentação Interna	200324	200321	14421207089140001	19.490.456,40	-	
	200333	200324	14421207023140070	100.000,00	-	
	200333	200324	14421207089140001	769.891,60	-	
Movimentação Externa	Recebidos	-	-	-	-	
	Concedidos	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	

Fonte: Sisti Gerencial Web

UG (200094) Grupo 1: destaque orçamentário referente ao pagamento de Pessoal efetuado pela Unidade Gestora 200325 – Coordenação de Recursos Humanos do DEPEN.

UG (200094) Grupo 3: destaque orçamentário visando o pagamento de diárias a conselheiros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP e celebração de convênio com o Estado do Acre.

5.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

5.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

5.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro 5.2.4.1.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários					Valores em R\$ 1,00	
Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	769.891,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	769.891,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
h) Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
i) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Outros	19.590.456,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	20.360.348,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial Web

5.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro 5.2.4.1.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES								
	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
3 - Outras Despesas Correntes									
41	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DESPESAS DE CAPITAL								
4 - Investimentos									
42	19.490.456,40	0,00	0,00	0,00	21.662.433,27	0,00	0,00	0,00	0,00
51	769.891,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial Web

5.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação
5.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 5.2.4.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação					Valores em R\$ 1,00	
Modalidade de Contratação	Despesa Executada		Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
m) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
n) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
o) Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
p) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
q) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8. Contratações Diretas (g+h)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
r) Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
s) Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
t) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10. Pagamento de Pessoal (j+k)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
u) Pagamento em Folha	110.079.209,05	107.680.967,92	110.079.209,05	107.680.967,92	110.079.209,05	107.680.967,92
v) Diárias	95.674,01	145.868,89	95.674,01	145.868,89	95.674,01	145.868,89
11. Outros	259.679,05	7.083.449,94	259.679,05	0,00	259.679,05	0,00
12. Total (1+2+3+4+5)	110.434.562,11	114.910.286,75	110.434.562,11	107.826.836,81	110.434.562,11	107.826.836,81

Fonte: Siafi Gerencial Web

5.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
 Quadro 5.2.4.2.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES						Valores Pagos	
	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		2012	2011
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	103.030.316,76	100.113.858,36	103.030.316,76	100.113.858,36	0,00	0,00		100.113.858,36
11	85.765.823,45	85.484.582,37	85.765.823,45	85.484.582,37	0,00	0,00	85.765.823,45	85.484.582,37
13	15.709.178,42	14.388.800,13	15.709.178,42	14.388.800,13	0,00	0,00	15.709.178,42	14.388.800,13
<i>Demais elementos do grupo</i>	<i>1.555.314,89</i>	<i>240.475,86</i>	<i>1.555.314,89</i>	<i>240.475,86</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>1.555.314,89</i>	<i>240.475,86</i>
3 – Outras Despesas Correntes	7.248.176,50	7.466.227,99	7.248.176,50	7.466.227,99	0,00	0,00	6.988.893,35	7.466.227,99
46	3.838.383,02	3.857.317,02	3.838.383,02	3.857.317,02	0,00	0,00	3.838.383,02	3.857.317,02
93	1.878.565,69	2.133.727,41	1.878.565,69	2.133.727,41	0,00	0,00	1.878.565,69	2.133.727,41
91	354.408,43	458.135,94	354.408,43	458.135,94	0,00	0,00	354.408,43	458.135,94
<i>Demais elementos do grupo</i>	<i>1.176.819,36</i>	<i>1.017.047,62</i>	<i>1.176.819,36</i>	<i>1.017.047,62</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>757.764,47</i>	<i>1.017.047,62</i>
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	0,00	7.140.448,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	0,00	7.083.449,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	0,00	56.998,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sigaft gerencial Web

5.2.4.2.3 Análise crítica

Conforme demonstrado acima, verifica-se que no exercício de 2012 o DEPEN não recebeu recursos por movimentação na fonte 100. A partir do PPA 2012 a 2015, com sua nova metodologia de unificação de programas, restringiu-se a uma única ação para execução de construções de estabelecimentos penais e aparelhamento destes, não sendo necessário o recebimento de recursos da Unidade Orçamentária 30907.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

Não ocorreu no período.

6.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

6.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 6.2.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	24.630.890,00	0,00	15.350.000,00	9.280.890,00
2008	139.662.433,27	-1.888.670,73	29.700.000,00	108.073.762,54
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	7.140.448,93	0,00	7.140.448,93	0,00
2010	8.849.000,00	-600.000,00	8.249.000,00	0,00

Fonte: Siagi Gerencial Web

6.2.2 Análise Crítica

<i>Decreto N° 7.654, DE 23 de Dezembro de 2011.</i>	<i>Altera o Decreto no 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente, e dá outras providências.</i>
<i>Decreto N° 7.468, de 28 de abril de 2011.</i>	<i>Mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 que especifica, altera o parágrafo único do art. 68 do Decreto no 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e dá outras providências.</i>
<i>Decreto N° 7.057 de 29 de dezembro de 2009.</i>	<i>Prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.</i>
<i>Decreto N° 6.708, de 23 de dezembro de 2008</i>	<i>Prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos no exercício financeiro de 2007 e dá outras providências.</i>

Após o advento do Decreto N° 7.654, DE 23 de Dezembro de 2011, os restos a pagar possuem validade na forma do “ § 2o Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3o., dessa forma os restos a pagar não processados dispostos na tabela estão em consonância com o mencionado Decreto.

Registra-se que o saldo de *restos a pagar processados* a pagar, referem-se a convênios e contratos de repasse relativos às edificações (construção, ampliação e reforma). Tendo em vista as diversas etapas deste tipo de projeto – liberação do terreno, obtenção da licença ambiental, elaboração do projeto executivo, licitação, adaptação do projeto, efetiva execução, intempéries climáticas, etc – o exercício no qual foi emitido o empenho é extrapolado. Normalmente, leva-se de 1 ano e meio a três anos para conclusão. Assim, a Unidade Gestora CEF/DEPEN possui um volume de restos a pagar muito alto.

O ciclo para liberação dos recursos financeiros para os convênios é composto de cinco fases (proposta, análise, aprovação, formalização e liberação). Estes convênios, em sua maioria, são firmados no final do exercício financeiro, tendo em vista inconsistências nas propostas apresentadas, restrições junto ao CAUC por parte dos convenientes e/ou falta de limite orçamentário. Assim, a Diretoria de Políticas Penitenciárias só consegue repassar os recursos financeiros nos exercícios subseqüentes.

Outro fator a ser lavado em consideração é que as Notas Fiscais / Faturas de contratos continuados dos meses de dezembro só são pagas no exercício seguinte para que não haja antecipação de despesa por parte deste DEPEN.

Sobre restos a pagar, considere-se ainda que:

O DEPEN vem enfatizando o controle dos restos a pagar internamente, com o intuito de restringir ao máximo a probabilidade de inscrição de Restos a Pagar, bem como vem cancelando os Restos a Pagar em que sejam verificados a não adequação de permanência dos saldos;

Nota-se que os Restos a Pagar prejudicam sobremaneira a Execução Financeira, uma vez que os valores a serem pagos como Restos a Pagar, são abatidos do Limite Financeiro concedido pelo Ministério da Justiça. Contudo, este Departamento, tendo em vista executar a maioria de seu Orçamento através de Convênios para Construção, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais, que conforme citados anteriormente são processos demorados, não tem tido meios mais eficientes de executar seu orçamento sem que haja inscrição em restos a pagar.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 6.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

<i>Tipologias dos Cargos</i>	<i>Lotação</i>		<i>Ingressos no Exercício</i>	<i>Egressos no Exercício</i>
	<i>Autorizada</i>	<i>Efetiva</i>		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1729	1016	4	53
1.1. Membros de poder e agentes políticos	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1729	1016	4	53
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.715	1002*	3	48
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	N/A	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	13	13	3	5
2. Servidores com Contratos Temporários	N/A	N/A	N/A	N/A
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	23	23	5	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	1752	1039	9	56

Fonte: SIAPE

*Obs: Neste número estão incluídos 48 (quarenta e seis) servidores removidos do quadro do MJ para o DEPEN, sendo que 2 (dois) destes foram cedidos a outros órgãos e 1 (um) está com exercício provisório em outro órgão por decisão judicial. Ainda há, 12 (dez) servidores da carreira do DEPEN que estão com exercício provisório em outro órgão por decisão judicial.

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro 6.1.1.1.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

<i>Tipologias dos afastamentos</i>	<i>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</i>
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	3
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3 (Lei 8.112/90)
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	43
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	16
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	26
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	2
4.1. Doença em Pessoa da Família	2
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	3
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	51

Fonte: SIAPE

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 6.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

<i>Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas</i>	<i>Lotação</i>		<i>Ingressos no Exercício</i>	<i>Egressos no Exercício</i>
	<i>Autorizada</i>	<i>Efetiva</i>		
1. Cargos em Comissão	73	72		
1.1. Cargos Natureza Especial	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	N/A	72	27	15
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	N/A	37	14	8
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	N/A	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	N/A	12	4	5
1.2.4. Sem Vínculo	N/A	23	9	2
1.2.5. Aposentados	N/A	0	0	0
2. Funções Gratificadas	16	16	17	12
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	16	16	17	12
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	89	88	44	27

Fonte: SIAPE

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 6.1.2.1.1 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	321	502	116	14	2
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2. Servidores de Carreira	321	502	116	14	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2. Provimento de Cargo em Comissão	18	52	11	2	3
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	40	11	2	3
2.3. Funções Gratificadas	3	12	0	0	0
3. Totais (1+2)	339	554	127	16	5

Fonte: SIAPE

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 6.1.2.2.1 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	405	504	49	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	405	504	49	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	24	60	7	0	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	20	42	7	0	2
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	4	11	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	429	564	56	0	2

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada
 Quadro 6.1.3.1 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	44.527.448,52	1.981.320,55	21.886.711,46	10.432.044,12	4.393.098,30	1.904.116,73	-	1.261.859,84	363.618,57	86.750.218,09	
2011	40.532.271,69	83.213,00	22.404.663,42	13.409.951,90	5.978.023,29	5.978.023,29	14.980,23	-	397.193,59	82.820.297,12	
2010	72.356.790,28	2.901.752,64	19.401.503,64	7.646.842,22	1.517.764,91	763.879,08	-	-	-	104.588.532,77	
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	1.185.335,58	1.345.820,22	1.119.458,27	156.720,34	435.848,57	132.986,65	-	-	-	--	
2011	2.582.885,44	71.377,02	1.121.280,86	340.289,40	422.347,92	184.414,77	7.195,20	-	27.882,24	4.757.672,85	
2010	738.867,60	1.277.947,29	309.240,00	147.600,00	196.004,85	-	-	-	-	2.669.659,74	
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	540.325,00	11.345,87	255.453,87	163.254,00	231.860,21	110.458,32	-	-	-	1.312.697,27	
2011	579.332,12	4.840,99	314.016,40	140.790,88	281.565,28	82.495,83	62,28	-	4.615,80	1.407.719,58	

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 6.1.4.1.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

<i>Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria</i>	<i>Quantidade</i>	
	<i>De Servidores Aposentados até 31/12</i>	<i>De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência</i>
1. Integral	0	0
1.1 Voluntária	0	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	1	1
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	1	1

Fonte: SIAPE

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 6.1.4.2.1 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

<i>Regime de Proventos do Servidor Instituidor</i>	<i>Quantidade de Beneficiários de Pensão</i>	
	<i>Acumulada até 31/12</i>	<i>Iniciada no Exercício de Referência</i>
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	7	1
3. Total (1+2)	7	1

Fonte: SIAPE

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Exige-se, no momento da posse dos servidores, a declaração firmada de que tais servidores não acumulam cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Há também, a pesquisa e controle posterior à posse para gerir quaisquer alterações da realidade funcional dos servidores.

Quando são constatadas irregularidades, são tomadas as medidas administrativas cabíveis.

6.1.6 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.6.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 6.1.6.1.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

<i>Tipos de Atos</i>	<i>Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU</i>		<i>Quantidade de atos cadastrados no SISAC</i>	
	<i>Exercícios</i>		<i>Exercícios</i>	
	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>
<i>Admissão</i>	5	80	0	0
<i>Concessão de aposentadoria</i>	1	0	0	0
<i>Concessão de pensão civil</i>	1	3	0	0
<i>Concessão de pensão especial a ex-combatente</i>	0	0	0	0
<i>Concessão de reforma</i>	0	0	0	0
<i>Concessão de pensão militar</i>	0	0	0	0
<i>Alteração do fundamento legal de ato concessório</i>	0	0	0	0
Totais	7	83	0	0

Quadro 6.1.6.1.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

<i>Tipos de Atos</i>	<i>Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU</i>		<i>Quantidade de atos cadastrados no SISAC</i>	
	<i>Exercícios</i>		<i>Exercícios</i>	
	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>
<i>Desligamento</i>	45	25	0	0
<i>Cancelamento de concessão</i>	0	0	0	0
<i>Cancelamento de desligamento</i>	0	0	0	0
Totais	45	25	0	0

Quadro 6.1.6.1.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
<i>Admissão</i>	0	0	0	0
<i>Concessão de aposentadoria</i>	0	0	0	0
<i>Concessão de pensão civil</i>	0	0	0	0
<i>Concessão de pensão especial a ex-combatente</i>	0	0	0	0
<i>Concessão de reforma</i>	0	0	0	0
<i>Concessão de pensão militar</i>	0	0	0	0
<i>Alteração do fundamento legal de ato concessório</i>	0	0	0	0
Total	0	0	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
<i>Desligamento</i>	0	0	0	0
<i>Cancelamento de concessão</i>	0	0	0	0
<i>Cancelamento de desligamento</i>	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro 6.1.7.2.1 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
<i>Pensões graciosas ou indenizatórias</i>	0	0	0	0
<i>Outros atos fora do SISAC (especificar)</i>	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro 6.1.7.3.1 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
<i>Admissão</i>	0	0	0	0
<i>Concessão de aposentadoria</i>	0	0	0	0
<i>Concessão de pensão civil</i>	0	0	0	0
<i>Concessão de pensão especial a ex-combatente</i>	0	0	0	0
<i>Concessão de reforma</i>	0	0	0	0
<i>Concessão de pensão militar</i>	0	0	0	0
<i>Alteração do fundamento legal de ato concessório</i>	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

6.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Embora haja controle dos fatores Absenteísmo, Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, Rotatividade (turnover), Educação Continuada, Disciplina e Aposentadoria versus reposição do quadro, não há no DEPEN uma sistematização de forma a transformar estes dados em índices que possam subsidiar decisões em gestão de recursos humanos.

Há a previsão, para o próximo exercício, de realizar um grupo de trabalho para iniciar os estudos dos fatores que impactam nos índices mencionados e implementar programas efetivos com o intuito de mitigar os índices que se apresentarem deficitários.

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

As informações referentes às gestões de substituição de terceirizados estarão no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva do MJ.

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

As informações referentes às gestões de substituição de terceirizados estarão no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva do MJ.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

As informações referentes às gestões de substituição de terceirizados estarão no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva do MJ.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 6.2.4.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Departamento Penitenciário Nacional													
UG/Gestão: 200323													
CNPJ: 00.394.494/0008-02													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	23/2010	07.228.643/0001-36	25/05/2010	25/05/2013	25	25	1	1	0	0	AP
2011	L	O	37/2011	11.786.359/0001-52	30/11/2011	29/11/2013	25	25	1	1	0	0	AP
2012	L	E	25/2012	11.428.410/0001-54	08/05/2012	07/05/2013	25	25	1	1	0	0	A
2012	L	O	27/2012	08.238.200/0001-99	20/12/2012	19/12/2013	25	25	1	1	0	0	A

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: COREM

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão
 Quadro 6.2.5.1 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Departamento Penitenciário Nacional													
UG/Gestão: 200323													
CNPJ: 00.394.494/0008-02													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades		Nível de Escolaridade						
					Início	Fim	F	C	P	C	M	S	Sit.
2010	11	O		05.933.861/0001-46	10/11/2010	10/11/2013	10	10	18	18	0	0	AP
2010	11	O		07.228.643/0001-36	16/11/2010	15/11/2013	20	20	9	9	0	0	AP
2012	11	O		11.428.410/0001-54	20/03/2012	19/03/2013	13	13	15	15	0	0	A
2012	11	O		07.783.832/0001-70	22/03/2012	21/03/2013	19	19	9	9	0	0	AP
2012	9	O		09.337.991/0001-77	19/03/2012	18/03/2013	0	0	6	6	0	0	A
2012	9	O		09.337.991/0001-77	23/03/2012	22/03/2013	0	0	6	6	0	0	A
2012	9	O		09.627.040/0001-32	21/03/2012	20/03/2013	0	0	6	6	0	0	A
2012	9	O		01.756.239/0001-59	21/03/2012	20/03/2013	0	0	6	6	0	0	A
2010	4	O		07.951.388/0001-55	22/12/2011	21/12/2012	2	2	0	0	0	0	AP
2010	4	O		11.786.359/0001-52	28/12/2010	27/12/2013	2	2	0	0	0	0	AP
2010	4	O		00.482.840/0001-38	03/01/2011	02/01/2014	1	1	1	1	0	0	AP
2012	4	O		14.379.512/0001-15	25/06/2012	24/06/2013	2	2	0	0	0	0	A

Observações:

LEGENDA
 Área:
 1. Segurança;
 2. Transportes;
 3. Informática;
 4. Copeiragem;
 5. Recepção;
 6. Reprografia;
 7. Telecomunicações;
 8. Manutenção de bens móveis
 9. Manutenção de bens imóveis
 10. Brigadistas
 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
 12. Outras

Fonte: COREM

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

As informações referentes às gestões de estagiários estarão no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva do MJ.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

7.1.1 LEGISLAÇÃO QUE REGULA A CONSTITUIÇÃO E A FORMA DE UTILIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS;

Instrução Normativa Nº 3, de 15 de maio de 2008 e seus anexos que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais.

7.1.2 IMPORTÂNCIA E IMPACTO DA FROTA DE VEÍCULOS SOBRE AS ATIVIDADES JURISDICIONADAS;

A frota do Departamento Penitenciário Nacional, está alocado em sua grande maioria no Sistema Penitenciário Federal que tem a necessidade de utilização frequente das viaturas com o transporte de presos respeitado o nível de segurança na realização de operações de escolta em atendimento às ordens emanadas pelos Órgãos do Poder Judiciário (audiências, julgamentos e transferências), sendo de fundamental importância para a execução dos serviços das unidades penais. Além das rotinas de segurança, são utilizados outros veículos nas atividades administrativas da unidade.

7.1.3 QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO NA RESPONSABILIDADE DA UNIDADES JURISDICIONADAS, DISCRIMINADOS POR GRUPOS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO QUE LHEJAM DADA PELA UJ; MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS, POR GRUPO DE VEÍCULOS; IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS;

Quadro 7.4.1 – Relação da frota de veículos do DEPEN.

<i>Localização</i>	<i>Classificação</i>	<i>Kilometragem Rodada</i>	<i>Idade Média da Frota - Anos</i>	<i>Modelo</i>	<i>Placa</i>
BRASILIA	DESCARECTERIZADOS	6.385	10,00	ASTRA	JJE 9221
				ASTRA	JJE 8881
				OMEGA	JFO 7405
				ASTRA	JJE 8771
				SANTANA	JFO4792
	CARECTERIZADOS	11.760	3,00	ASTRA	JJE 8891
				FOCUS	JJU 1949
				BLAZER	JJE 9211
				FRONTIER	JIL0891

Fonte: COREM

Quadro 7.4.2 – Relação da frota de veículos da Penitenciária Federal em Campo Grande

Localização	Classificação	Kilometragem Rodada	Idade Média da Frota - Anos	Modelo	Placa
PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE	DESCARECTERIZADOS	9.262	6,70	WOLKSWAGEM/TOUAREG	GAV 9863
				WOLKSWAGEM/PASSAT	GIN 9006
				GM/BLAZER ADVANTAGE	HSH 0703
				GM/ASTRA ADVANTAGE	JJE 8851
				GM/ASTRA ADVANTAGE	JJE 8861
				GM/ASTRA ADVANTAGE	JE 8761
				MOTOCICLETA HONDA XR 250	ARQ 2232
				MOTOCICLETA HONDA XR 250	HSH 3417
				MOTOCICLETA HONDA XR 250	HSH 3418
				FIAT PÁLIO 1.5	HQH 5834
				FOCUS 2.0	HTO 3018
				FOCUS 2.0	HTO 3019
				FIAT/DUCATO	JIL 9371
				PEUGEOT/BOXER	HSH 3859
				RENAULT/MASTERJ	JGL 3951
				NISSAN/FONTIER	JIL 0901
				NISSAN/FONTIER	JIL 1401
NISSAN/FONTIER	JIL 1391				
NISSAN/FONTIER	JIL 1461				
AGRALE/VOLARE V6	HSH 1235				
GM/BLAZER COLINA	JJE 9201				
GM/ASTRA ADVANTAGE	JJE 9241				
	CARECTERIZADOS	4.126	4,00		

Fonte: COREM

Quadro 7.4.3 – Relação da frota de veículos da Penitenciária Federal em Catanduvas

<i>Localização</i>	<i>Classificação</i>	<i>Kilometragem Rodada</i>	<i>Idade Média da Frota - Anos</i>	<i>Modelo</i>	<i>Placa</i>
PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CATANDUVAS	DESCARECTERIZADOS	9.640	7,00	ASTRA	JJE 8781
				ASTRA	JJE 8791
				FOCUS	AVZ 2455
				FOCUS	AVZ 2462
				FOCUS	AVZ 2456
				MOTO	ARQ 2235
				MOTO	ARQ 2239
				CHEROKEE	GIH 1010
		9.640	7,00	CIVIC	IRK 3947
				S-10	AUJ 3967
				S-10	EIS 8485
				ONIBUS	KPE 4082
				GOLF	DGU 2660
				PALIO	HSX 3865
				STRADA	AWN 5971
				MERIVA JOY	DJE 7767
				REBOQUE	EDN 4197
				ASTRA	JJE 9251
		10.680	4,00	BLAZER	ANV 3945
				BLAZER	ANV 3950
				BLAZER	ANV 3948
				BLAZER	JJE 9191
				FRONTIER	JJU 0891
				FRONTIER	JJU 0901
				FRONTIER	JIL 1441
				FRONTIER	JIL 1411
				FRONTIER	JIL 1421
				FRONTIER	JIL 1431
				MICRO ÔNIBUS	AOU 8238

					SPRINTER	AOH 6194
					MASTER	JGL 3971
					PEGEUT BOXER	ARR 7542
					FIAT DUCATO	JIL 9351

Fonte: COREM

Quadro 7.4.3 – Relação da frota de veículos da Penitenciária Federal em Mossoró

Localização	Classificação	Kilometragem Rodada	Idade Média da Frota - Anos	Modelo	Placa
PENITENCIÁRIA FEDERAL EM MOSSORÓ	DESCARECTERIZADOS	16.068	5,63	ASTRA	JJE 9141
				ASTRA	JJE 9151
				ASTRA	JJE 9161
				ASTRA	JJE 8871
				MAREA	JFP 4721
				BLAZER	JJE 9171
				MOTO	MZC 4721
				MOTO	MZC 4731
				STRADA	OJT 6971
				FOCUS	OJX 8546
				FOCUS	AVZ 2456
				ASTRA	JJE 9111
				AMBULÂNCIA	JGL 0741
				DUCATO	JIL 9361
FRONTIER	JJU 0831				
FRONTIER	JJU 0841				
FRONTIER	JJU 0851				
FRONTIER	JIL 1471				
FRONTIER	JIL 1481				
FRONTIER	JIL 0881				
BOXER	MZC 4701				
BOXER	MZC 4711				
MICRÔNIBUS	MZJ 5946				
	CARECTERIZADOS	13.383	3,92		

Fonte: COREM

Quadro 7.4.4 – Relação da frota de veículos da Penitenciária Federal em Porto Velho

Localização	Classificação	Kilometragem Rodada	Idade Média da Frota - Anos	Modelo	Placa
PENITENCIÁRIA FEDERAL EM PORTO VELHO	DESCARECTERIZADOS	15.595	4,60	GM/ASTRA SEDAN ADVANTAGE	JJE 8801
				GM/ASTRA SEDAN ADVANTAGE	JJE 8821
				GM/ASTRA SEDAN ADVANTAGE	JJE 8831
				GM/ASTRA SEDAN ADVANTAGE	JJE 8841
				GM/ASTRA GL	JWP 7362
				GM/S10 ADVANTAGE	NOM 2298
				VW/SAVEIRO 1.6 SURF(NACIONAL)	NJA 1855
				VW/FOX	NCA 4802
				I/FORD FUSION	AOB 2795
				I/KIA PICANTO EX 1.1L	JXM 4823
				TOYOTA HILUX CD 4X4 SRV	NWM 7590
				FORD FOCUS 2L	NDN 7308
				FORD FOCUS 2L	NDN 7248
				FORD FOCUS 2L	NDN 7288
				FIAT /STRADA WORKING	NBS 9061
				MOTOCICLETA HONDA XR 250	HSB 3420
				MOTOCICLETA HONDA XR 250	HSB 3419
				PAJERO TR4	LCI 9972
				GM/BLAZER ADVANTAGE	ANV 3943
				GM/BLAZER COLINA 4X4	JJE 8751
				PEUGEOT/BOXER F350LH HDI	NDV 1991
				PEUGEOT/BOXER F350LH HDI	NDV 1941
				ÔNIBUS AGRALE/MA8.5 UNISAUDE AT	NDG 3217
RENAULT/MASTER REVES A	JGL 3941				
NISSAN/FRONTIER LE 25 X4	JJU 0871				
NISSAN/FRONTIER LE 25 X4	JJU 0881				
CARECTERIZADOS	13.231	3,50			

				NISSAN/FRONTIER LE 25 X4	JJU 0861
				NISSAN/FRONTIER LE 25 X4	JHG 9672
				NISSAN/FRONTIER LE 25 X4	JHG 9682
				NISSAN/FRONTIER LE 25 X4	JIL 1451
				I/M.BENZ313CDI SPRINTER	HSB 1233
				FIAT/DUCATO15 RONTANCELA	JIL 9331
				FIAT/DUCATO15 RONTANCELA	JIL 9381

Fonte: COREM

7.1.4 CUSTOS ASSOCIADOS A MANUTENÇÃO DA FROTA (POR EXEMPLO, GASTO COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, REVISÕES PERIÓDICAS, SEGUROS OBRIGATORIOS, PESSOAL RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DA FROTA, ENTRE OUTROS);

BRASÍLIA

MANUTENÇÃO	COMBUSTIVEL	LICENCIAMENTO/SEG.OBRI GATORIO
R\$ 12.331,01	R\$ 21.969,89	R\$ 1.459,06

PENITENCIÁRIA FEDERAL EM MOSSORÓ

MANUTENÇÃO	COMBUSTIVEL	LICENCIAMENTO/SEG.OBRI GATORIO
R\$ 47.185,73	R\$ 67.519,09	R\$ 4.114,93

PENITENCIARIA FEDERAL EM CATANDUVAS

MANUTENÇÃO	COMBUSTIVEL	LICENCIAMENTO/SEG.OBRI GATORIO
R\$ 125.666,40	R\$ 95.712,72	R\$ 6.574,00

PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE

MANUTENÇÃO	COMBUSTIVEL	LICENCIAMENTO/SEG.OBRI GATORIO
R\$ 34.318,41	R\$ 57.963,94	R\$ 4.121,33

PENITENCIÁRIA FEDERAL EM PORTO VELHO

MANUTENÇÃO	COMBUSTIVEL	LICENCIAMENTO/SEG.OB RIGATORIO
R\$ 14.262,49	R\$ 107.424,66	R\$ 5.308,89

Com relação ao consumo de combustível, ressaltamos que as cidades de Catanduvas-PR e Porto Velho-RO se destacam das demais em razão da distância dos centros urbanos, em média 60 Kilômetros.

7.1.5 PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DA FROTA;

O plano de substituição da frota é regulamentado pela IN 03, de 15 de maio de 2008, anexo IV. Atualmente, em março de 2013, não existem planos de substituição da frota. O último plano de substituição da frota foi realizado em 2010, com substituição das blazers pelas caminhonetas frontiers.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS - SISG		MINISTÉRIO / ÓRGÃO / ENTIDADE MINISTÉRIO DA JUSTIÇA / DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL – DEPEN / SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL – SPF		ANO DE VIGÊNCIA 2010				
<p align="center">PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - PAAV Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008</p>								
VEÍCULOS A ADQUIRIR			VEÍCULOS A SUBSTITUIR					
CARACTERÍSTICAS	GRUPO	TRIMESTRE	QUANTIDADE	ESPÉCIE / MARCA / MODELO	PLACA	UF	ANO	GRUPO
TOR, TIPO CAMINHONETA, CABINE DUPLA DE MÉDIO /GRANDE PORTE, CARROCERIA INTEIRIÇA, EM COM SOLIDA, COM TRACÇÃO 4X4, MODIFICADO PARA ESCOLTAS E TRANSPORTE DE PRESOS, QUATRO PORTAS LATERAIS E TAMPA TRASEIRA, TRANSMISSÃO MANUAL DE CINCO VELOCIDADES À FRENTE E UMA À RÉ, MOTOR DIESEL, COM TURBO COMPRESSOR E INTERCOOLER	V	Quarto	10	CHEVROLET / BLAZER – ADVANTAGE CHEVROLET / BLAZER – ADVANTAGE CHEVROLET / BLAZER – ADVANTAGE CHEVROLET / BLAZER – ADVANTAGE CHEVROLET / BLAZER – ADVANTAGE CHEVROLET / BLAZER – ADVANTAGE CHEVROLET / BLAZER – ADVANTAGE CHEVROLET / BLAZER – ADVANTAGE CHEVROLET / BLAZER – ADVANTAGE CHEVROLET / BLAZER – COLINA CHEVROLET / BLAZER – COLINA	HSH 0698 HSH 0699 HSH 0702 HSH 0703 ANV 3948 ANV 3945 ANV 3950 ANV 3943 JJE 9191 JJE 8751	MS MS MS MS PR PR PR RO PR RO	2005 2005 2005 2005 2005 2005 2005 2005 2007 2007	V V V V V V V V V V

PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – PAAV (CONTINUAÇÃO)

Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008

JUSTIFICATIVAS E OBSERVAÇÕES SOBRE AQUISIÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

12.1 – As Unidades Federais foram concebidas para abrigar criminosos de alta periculosidade, comprometedores da segurança dos presídios estaduais, vítimas de atentados ou inclusos em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).

12.2 – As transferências de presos oriundos dos sistemas estaduais às Penitenciárias Federais geralmente são realizadas em grupos, por meio de escoltas, utilizando-se aeronaves e veículos adaptados.

12.3 – A compra de 06 (seis) camionetes (movidas à diesel) com compartimento para transporte de detentos, efetivada em 2009, foi destinada às Penitenciárias Federais em Porto Velho/RO e em Mossoró/RN, para atender parte da demanda diária relativa às remoções de presos, por ocasião das inclusões no Sistema Penitenciário Federal, assim como da apresentação em audiências, hospitais, exames médicos e quaisquer outros eventos que tenham necessidade de deslocamento de presos.

12.4 – As Unidades Penais situadas em Campo Grande/MS e em Catanduvas/PR possuem o mesmo tipo de veículo citado no item anterior, porém, movido à gasolina e com motor de menor potência.

12.4.1 – 10 (dez) veículos caminhoneta serão substituídos, e 03 (três) veículos serão acrescentados à frota atual.

12.4.2 – Dos 10 (dez) veículos a serem substituídos, o SPF possui apenas 05 (cinco) adaptados para o transporte de presos – apesar de todos serem caracterizados. Por conta dessa situação, os não adaptados são utilizados apenas como batedor ou guarda fixa na Penitenciária.

12.4.3 – A substituição por veículos para transporte de detidos ocorrerá da seguinte forma: 04 (quatro) em Campo Grande/MS; 04 (quatro) em Catanduvas/PR; 01 (um) em Porto Velho/RO – transferido da Unidade Prisional Federal em Catanduvas/PR, adquirido em 2005 –; e 01 (um) em Mossoró/RN. Estes operam em condições severas de uso, pois nas diversas escoltas, geralmente executadas em parceria com o Departamento de Polícia Federal e com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, acompanham viaturas de maior potência, frequentemente exigindo desmedida potência dos veículos do SPF, que possuem motor à gasolina 2.4, enquanto que as demais viaturas possuem motorização turbinada à diesel, de 172cv, ou à gasolina, com seis cilindros (V6). Além disso, os veículos existentes na Penitenciária Federal em Catanduvas/PR apresentam quilometragem alta, pois são freqüentes as missões à Foz do Iguaçu, à Curitiba e à Cascavel, cujas distâncias dessa Penitenciária são de 180km, 580km e 55km, respectivamente.

12.4.4 – Às Unidades Penais Federais em Porto Velho/RO e em Mossoró/RN serão acrescidos 01 (um) e 02 (dois) veículos, respectivamente, visto que essa aquisição é necessária para equalizar o quantitativo da frota, padronizando-a nas quatro Penitenciárias Federais.

12.4.5 – Diante do exposto, as Penitenciárias Federais em Catanduvas/PR e em Campo Grande receberão 04 (quatro) veículos cada uma todos em substituição aos atualmente utilizados. A Penitenciária Federal em Porto Velho/RO receberá 02 (dois) veículos, 01 (um) em substituição e 01 (um) em acréscimo à frota. A Penitenciária Federal em Mossoró/RN receberá 03 (três) veículos, 01 (um) em substituição e 02 (dois) em acréscimo à frota, adequando-se em quantidade e operacionalidade às demais Penitenciárias, o que perfaz o total aquisitivo de 13 (treze) veículos.

12.5 – Cabe salientar que, mesmo não sendo oficialmente órgão integrante do Sistema de Segurança Pública, é imperiosa a aquisição de veículos classificados como “especiais” pelo Decreto 6.403/2008 de 17.03.2008, pois visam preservar a integridade física do preso, bem como manter a população resguardada de possíveis ações que venham colocá-la em risco, caso não seja utilizado equipamentos adequados para guarda temporária e transporte de preso.

12.6 – Os veículos, objeto deste Termo de Referência, possuem espaço próprio para bagagem, atendendo necessidade de local para transporte de armamento sobressalente, objetos particulares de presos – quando em processo de transferência –, e vestimentas dos Agentes Penitenciários Federais – quando em missões terrestres que exijam pernoite.

Fonte: COREM

7.1.6 RAZÕES DE ESCOLHA DA AQUISIÇÃO EM DETRIMENTO DA LOCAÇÃO;

A razão da aquisição em detrimento da locação é pelo motivo de se tratar de veículos de segurança, que tem características específicas, como rádio de comunicação instalados nos veículos, compartimento de cela, divisão com compartimento de agentes públicos, sinalização acústica e luminosa de emergência, sistema de monitoramento por câmeras, grafismos com a nomenclatura do Departamento Penitenciário Nacional, Sistema Penitenciário, Ministério da Justiça e outros.

Portanto, são especificações que os veículos de locadoras não têm.

7.1.7 ESTRUTURA DE CONTROLES DE QUE A UJ DISPÕE PARA ASSEGURAR UMA PRESTAÇÃO EFICIENTE E ECONÔMICA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE.

Como instrumento de controle de eficiência econômica, são usados:

Abastecimento:

Sistema da Ticket, integrando a sede com as Unidades Penais, com planilhas do controle de abastecimento por Km/L de cada veículo, dos cadastros de veículos e condutores, que são fiscalizados pelos co-fiscais e fiscal do contrato;
IN 03 de 15 de maio de 2008 e seus anexos.

Manutenção:

Tabela de preços e serviços das concessionárias como parametrização; IN 03 de 15 de maio de 2008; Controle de entrada e saída dos veículos das Unidades, com destino, hora de saída, hora de retorno, condutor e Check-List, anotações da situação dos veículos.

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 7.2.1.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1- MATO GROSSO DO SUL	1	1
	<i>Campo Grande</i>	1	1
	UF 2- PARANÁ	2	2
	<i>Catanduvas</i>	2	2
	UF 3- RIO GRANDE DO NORTE	1	1
	<i>Mossoró</i>	1	1
	UF 4- DISTRITO FEDERAL	1	1
	<i>Brasília</i>	1	1
	UF 5- PARÁ	1	1
	<i>Santa Isabel</i>	1	1
	Subtotal Brasil	0	0
EXTERIOR	Não possui	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	6	6

Fonte:SPIUnet

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

UJ não realizou locação de Bens Imóveis no exercício de 2012.

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 7.2.3.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200333	9051 00289.500-9	21	BOM	282.982,91	03/11/2011	19.998.472,07	0,00	
200333	7497 00011.500-9	21	BOM	79.862,39	07/11/2011	18.323.590,29	0,00	
200333	7497 00013.500-0	21	BOM	67.655,94	07/11/2011	67.655,94	0,00	0,00
200333	1759 00085.500-6	21	BOM	15.333,00	07/11/2011	20.900.616,70	0,00	
200333	9701 23688.500-8	12	BOM	210.655,32	01/11/2011	210.655,32	0,00	0,00
200333	0529 00002.500-3	12	BOM	1.230.072,00	01/11/2011	8.200.480,00	0,00	0,00
Total							?	?

Fonte: SPIUNET e SIAFI

7.3 Análise Crítica

Ressaltamos que não foram detalhadas, neste relatório, as informações referentes à Penitenciária Federal em Porto Velho, uma vez que tal imóvel apesar de ser do DEPEN, oficialmente ainda não teve seu registro de imóvel transferido para nossa Unidade Gestora, permanecendo na responsabilidade da SPU em Rondônia devido ao processo de regularização junto ao INCRA estar em curso.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

As informações referentes à tecnologia da informação estarão no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva do MJ, uma vez que este DEPEN não possui gestão sobre o assunto, dependendo integralmente das atribuições dessa Secretaria.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro 9.1.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

<i>Aspectos sobre a gestão ambiental</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
<i>Licitações Sustentáveis</i>					
<i>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</i>				x	
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</i>					
<i>Em obediência a portaria nº 12/2009 MPOG, todas as impressões são feitas em frente e verso.</i>					
<i>O futuro edital da 5ª Penitenciária Federal conterá a obrigação de que todas as madeiras utilizadas na construção possuirá selo de reflorestamento.</i>					
<i>Campanhas realizadas pelo Ministério da Justiça visando à redução dos consumos de energia e água, bem como a diminuição da produção de resíduos sólidos, utilização de saneantes domissanitários de baixa toxicidade, previsão de atendimento das normas que controlam a matéria, Lei 6.360/1976, Decreto 79.094/1977, Resolução Normativa nº 01/1978, Resolução ANVISA RE nº 913/2001, Portaria nº 874/1998;</i>					
<i>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</i>		x			
<i>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</i>				x	
<i>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</i>				x	
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</i>					
<i>Em todos os editais são solicitados a utilização de produtos fabricados em atendimento aos órgãos de controle no que se refere à norma ambiental adotada, conforme o caso concreto.</i>					
<i>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</i>				x	
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</i>					

<i>Foram adquiridas lâmpadas fluorescentes para as Unidades Penais, visando um menor consumo de energia.</i>					
6. <i>No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</i>				x	
<p><i>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</i></p> <p><i>Do quantitativo total de papel utilizado pelo DEPEN (na sede em Brasília) um quarto foi de papel reciclado. O novo processo de aquisição de material de expediente para as Penitenciárias Federais haverá previsão de papéis tipo A4- reciclados.</i></p>					
7. <i>No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</i>				x	
<p><i>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</i></p> <p><i>De maneira geral todos os veículos adquiridos pelo DEPEN atendem as normas de fabricação vigentes no país, incluindo-se as exigências de IBAMA, órgão fiscalizador, e ainda questões de ruídos e combustíveis, quais em sua maioria são abastecidos com DIESEL, com adaptação para a utilização de BIODIESEL. Os veículos descaracterizados adquiridos em 2012 tinham como especificação do edital a exigência de serem flex.</i></p>					
8. <i>Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</i>	x				
9. <i>Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</i>				x	
10. <i>Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</i>				x	
<p><i>Os serviços de engenharia prestados pelas Contratadas ao DEPEN prevêem que deverão ser observados vários critérios visando a redução dos impactos ambientais, pautando-se no uso racional de equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental, estando incluídas obrigações que observam os materiais básicos empregados, separação de restos de materiais, produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, para descarte posterior, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.</i></p>					
11. <i>Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</i>			x		x
<p><i>A Penitenciária Federal em Catanduvas/PR separa as embalagens (EPS – isopor) das refeições dos internos que é recolhida mensalmente por empresa especializada em reciclagem.</i></p>					
12. <i>Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a</i>				x	

diminuir o consumo de água e energia elétrica.					
Os servidores do DEPEN estão contemplados nas campanhas realizadas pelo Ministério da Justiça.					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				x	
Os servidores do DEPEN estão contemplados nas campanhas realizadas pelo Ministério da Justiça.					
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Quadro 9.2.1 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados				
Esplanda Sustentável	Em processo de Adesão	-				
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	3.055	3.535	2.255	22.607,00	26.879,70	18.035,58
Água (m3)	98.624	115.648	45.896	475.803,97	537.534,03	188.653,94
Energia Elétrica (kWh)	461.442	336.918	298.655	1.090.541,90	880.481,28	793.228,31
			Total	1.566.345,87	1.418.015,31	981.882,25

Fonte: Notas Fiscais e CGL/MJ

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 10.1.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa:					Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN					001956
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	015.923/2009-4	-	5	Comunicação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN					001956
Descrição da Deliberação:					
<p>Inspeção autorizada pela Portaria nº 2.527, de 18/11/2011, deliberada pelo Tribunal de Contas da União, por intermédio da 8ª Secretaria de Controle Externo, quando da análise das contas ordinárias deste Departamento, relativas ao exercício de 2008, com vistas a sanear algumas impropriedades constatadas na fase de instrução processual da Tomada de Contas Ordinária nº 015.932/2009-4.</p> <p>Dentre elas, o volume dos recursos envolvidos nas TCE listadas pelo órgão de controle e a extemporaneidade da instrução processual a cargo deste Departamento.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COAPC/CGFPN/DIRPP/DEPEN/MJ					001956
Síntese da Providência Adotada:					
<p>Elaborado o Ofício nº 2140/2012-GAB/DEPN/MJ, de 31/7/2012 contendo informações acerca do estágio atual de TCE em curso no DEPEN.</p> <p>Tendo em vista que dentre as disfunções apontadas enquadra-se o andamento dos procedimentos de Tomada de Contas Especiais – TCE's neste Departamento, a CGU elencou 28 convênios em processo de TCE para que fossem dadas informações atuais acerca de suas instruções procedimentais, bem como determinou suas conclusões em decorrência da extemporaneidade apurada desde o marco inicial de suas instaurações.</p> <p>Preliminarmente, foi informado que dentre as 28 (vinte e oito) TCE's relacionadas, as correspondentes aos SIAFI's nºs 380125 (convênio nº 49/99 – SC), 380126 (convênio nº 50/99 – PB), 393980 (convênio nº 30/2000 – BA), 397956 (convênio nº 67/2000 – BA), 483877 (convênio 34/2003 – PE), 487557 (convênio nº 62/2003 – BA), 488105 (convênio nº 90/2003 – PE), 515513 (convênio nº 52/2004 – CE), 517677 (convênio nº 44/2004 – MG) encontram-se concluídas por este Departamento e encaminhadas ao Setor Contábil desta Pasta Ministerial para prosseguimento do rito procedimental.</p> <p>Quanto às demais TCE's, foram prestadas esclarecimentos e justificativas.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Cumprimento da IN/TCU nº 56/2007.					
Análise Crítica Dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Determinação do prazo de 90 dias para encaminhamento dos procedimentos de Tomada de Contas Especial listados à Controladoria-Geral da União.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa:					Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN					001956
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

2	025.199/2012-9	-		Comunicação	Ofício n.º 969/2012 – TCE/SECEX-PE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN					001956
Descrição da Deliberação:					
<p>Por meio do citado ofício, a SECEX/PE requer informações sobre as providências adotadas para cumprimento das determinações do Acórdão TCU n.º 1424/2010-2ª Câmara, mais precisamente, no que diz respeito aos resultados das tomadas de contas especiais relativas aos Convênios n.º 034/2003 (Aquisição e Instalação de Sistema de Segurança para a Colônia Penal do Bom Pastor), 087/2003 (Construção da Cadeia Pública de Lajedo), 089/2003 (Construção da Cadeia Pública de Buíque) e 090/2003 (Aquisição e Instalação de Sistema de Segurança para o Presídio de Petrolina).</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COAPC/CGFPN/DIRPP/DEPEN/MJ					001956
Síntese da Providência Adotada:					
<p>Informou-se que as tomadas de contas especiais relativas aos convênios de n.os 034/2003 (Aquisição e Instalação de Sistema de Segurança para a Colônia Penal do Bom Pastor) e 090/2003 (Aquisição e Instalação de Sistema de Segurança para o Presídio de Petrolina) já foram instruídas e receberam parecer da Coordenação de Acompanhamento de Prestação de Contas e Tomadas de Contas Especiais - COAPC, bem como da Coordenação de Contabilidade do Ministério da Justiça, a qual, nos moldes do art. 4º, inciso V, da IN/TCU n.º 56/2007, encaminhou os autos para o Controle Interno (CGU), a fim de que esse órgão emita os respectivos certificados de auditoria.</p> <p>No que pertine às tomadas de contas especiais dos convênios n.os 087/2003 (Construção da Cadeia Pública de Lajedo) e 089/2003 (Construção da Cadeia Pública de Buíque), informamos que a conclusão desses procedimentos se encontra condicionada à conclusão das próprias prestações de contas, uma vez que, a despeito das irregularidades apuradas no Relatório de Fiscalização n.º 896/2006 da Controladoria-Geral da União, as quais deram ensejo à instauração dos procedimentos de tomadas especiais ora em comento, no âmbito das prestações de contas também foram constatadas outras impropriedades.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Instrução do Processo de Monitoramento TC n.º 025.199/2012-9 da Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco – SECEX/PE					
Análise Crítica Dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>Uma vez que as irregularidades verificadas nas prestações de contas teriam a potencialidade de causar prejuízos aos cofres da União, podendo vir a justificar a instauração de novos procedimentos de tomadas de contas especiais, julgou-se propício evitar a duplicidade de procedimentos e primeiramente finalizar a instrução das prestações de contas antes de se concluir as tomadas de contas especiais. Assim, cumpre ressaltar que após o término das prestações de contas, proceder-se-á à devida conclusão das tomadas de contas especiais.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa:					Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN					001956
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	-	n.º 6579/2012 – 2ª Câmara		Comunicação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN					001956
Descrição da Deliberação:					
<p>Determinação a este Departamento para conclusão da análise das prestações de contas dos convênios Siafi, 415191, 517625, 538444, 539245, 540932, 577383, 577395, 577441, 577531, 577537, 577538, 577539, 577548, 579400, 594477, 594527, 597846, 598012, 598504, 599212, 599495, 599800, 599830, 602879, 602880, 602881, 602905, 602906, 603024, 603308, 605305 e 631641, devido a permanência na condição “a aprovar” há mais de 180 (cento e oitenta) dias.</p>					
Providências Adotadas					

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
COAPC/CGFPN/DIRPP/DEPEN/MJ	001956
Síntese da Providência Adotada:	
<p>Ressaltou-se, preliminarmente, que os convênios de números SIAFI 577538, 577548, 597846, 599212, 599495, 599800, 602905 e 605305 já estão com suas contas aprovadas, demonstrado por cópias dos pareceres de aprovação encaminhados.</p> <p>Sobre os demais convênios citados na relação acima, cabe esclarecer que os respectivos procedimentos de prestação de contas ainda se encontram em andamento, no entanto, já foram encaminhadas diligências aos devidos convenientes com o propósito de fornecer subsídios necessários para aprovação das suas contas.</p> <p>Aguardo de resposta dos entes conveniados, sem a qual não é possível verificar a boa e regular aplicação dos recursos repassados.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Instrução do Processo de Monitoramento TC n.º 025.199/2012-9 da Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco – SECEX/PE	
Análise Crítica Dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
<p>Informação de prazo de 60 dias, o resultado das medidas adotadas</p> <p>Apesar das providências adotadas, a Coordenação de Prestação de Contas reconhece que em diversos casos os convênios encontram-se na conta contábil “A Aprovar” por um período muito superior ao estabelecido nas legislações que disciplinam a celebração de instrumentos para repasse de recursos federais, todavia, é necessário esclarecer que os prazos previstos nos normativos são insuficientes para que se efetue todo o saneamento das contas apresentadas, posto que, de modo geral, os processos de prestação de contas possuem demonstrações extensas e complexas, que demandam esforço no entendimento, conferência e adoção de diversas diligências de ordem contábil. Ademais, aliada à análise da área contábil tem-se a análise da área finalística que, para avaliar corretamente o cumprimento do objeto, também necessita demandar diligências a serem realizadas junto ao Conveniente. Saliente-se ainda que todas as diligências são realizadas de forma a sempre garantir o amplo direito à defesa e ao contraditório, buscando sobretudo resguardar o erário. Cumpridas as etapas de análise financeira e técnica e de realização de diligências, tem-se ainda que observar o disposto no art. 37 § 2º da Lei n.º 12.465/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012), o qual determina a concessão de prazo de 45 dias ao conveniente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, sem a qual está impedida a inscrição do conveniente na conta de inadimplentes do SIAFI.</p>	

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 11.1.2.1 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não restaram pendências junto ao TCU no presente exercício de 2012.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro 10.1.3.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nº 201203684/01		Solicitação de Auditoria, de 07/05/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
<p>Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26 da Lei 10.180, de 6/2/2011, foram solicitadas informações aos seguintes questionamentos, a serem encaminhados diretamente ao Coordenador da Equipe de Auditoria presente em nesta unidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item nº1: Informar a atual situação do Contrato de Prestação de Serviços firmado com a Caixa Econômica Federal para operacionalização das ações de construção e reforma de estabelecimentos penais estaduais, e disponibilizar uma cópia do mencionado instrumento. • Item nº2: Apresentar a relação dos contratos de repasse vigentes em 2011, destacando as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> a) situação da obra, indicado o percentual de execução física; b) vigência; c) situação da prestação de contas; d) providências adotadas quanto às obras e prestação de contas em atraso; e e) motivo de atraso na execução da obra. • Item nº3: Encaminhar, detalhadamente, informações sobre a remuneração paga à CAIXA, no exercício de 2011, referente à prestação de serviços ao Ministério da Justiça na implementação das ações de governo referente à construção, reforma/ampliação de obras de obras dos sistemas penitenciários estaduais, identificando, em relação a cada parcela, os contratos a que se referem, os serviços prestados, bem como os valores cobrados, recebidos e a receber. Informar, também, se existem pagamentos em atraso, e por qual motivo. • Item nº4: Apresentar cópias dos Relatórios de Vistoria de Obras realizadas pelo DEPEN no exercício de 2011 			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRPP/DEPEN/MJ			001956
Síntese da Providência Adotada:			
<p>Foi elaborado Despacho nº 297/2012/DIRPP/DEPEN/MJ, de 10/5/2012, à Diretoria Executiva deste Departamento para conhecimento e providências junto à Equipe de Auditoria, contendo os seguintes esclarecimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item nº1: o Contrato nº 18/2010 celebrado entre o Ministério da Justiça e a Caixa Econômica Federal encontrava-se vigente e apresentando dois termos aditivos relativos ao prazo de vigência do instrumento em comento. • Item nº2: Encaminharam-se planilhas informando a situação das obras – vigência e percentual de execução dos contratos de repasses entre unidades federativas e o DEPEN; pendências e providências na execução de obras; situação da prestação de contas e obras executadas com repasse federal por intermédio deste Departamento. <p>Foi ressaltado que é responsabilidade da CEF, na qualidade de mandatária da União, o acompanhamento das</p>			

<p>obras, resolução de eventuais pendências e todo o processo de prestação de contas e tomada de contas especial.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item nº3: Encaminharam-se planilhas contendo informações sobre a remuneração para à CEF no exercício de 2011 e tabela de pagamentos em atraso com seus motivos. • Item nº4: Restou esclarecido que diante da carência de pessoal e a crítica situação que a Coordenação de Engenharia e Arquitetura deste Departamento se encontrava à época, qual seja a troca de gestores, a saída de servidores e terceirizados, nenhuma vistoria as obras foi realizada no ano de 2011. <p>Destacou-se que houve o lançamento do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, que mobilizou a equipe desde agosto de 2011, coletando informações, promovendo agendas diagnósticos com as Secretarias de Administração Penitenciárias dos Estados e elaboração de Diretrizes, que culminou com a publicação da Portaria DEPEN n.º 522/2011.</p>
Síntese dos Resultados Obtidos
Subsídios aos trabalhos realizados pela Equipe de Auditoria da CGU neste Departamento.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve aspectos dificultadores, tendo em vista que os conteúdos das planilhas encaminhadas constam nos arquivos da unidade responsável.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Nº 201203683/04		Solicitação de Auditoria, de 07/05/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
<p>Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26 da Lei 10.180, de 6/2/2011, foram solicitadas informações aos seguintes questionamentos, a serem encaminhados diretamente ao Coordenador da Equipe de Auditoria presente em nesta unidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item nº7: Disponibilizar os convênios 762154, 7594483, 761575, 756466, 760210, firmados em 2011. • Item nº8: Informar se o DEPEN celebrou no exercício de 2011 algum instrumento de transferência com entidade privada sem fins lucrativos e apresentar o(s) referido(s) processo(s) em caso positivo. • Item nº9: Preencher tabela anexa informando as fiscalizações <i>in loco</i> planejadas ou realizadas em 2011, para as transferências vigentes naquele exercício. • Item nº10: Apresentar informações sobre o quantitativo de pessoal envolvido nessa atividade e os recursos materiais disponíveis, bem como se tais recursos são considerados suficientes. • Item nº11: Apresentar informações sobre a existência de sistemática de aviso e de cobrança das prestações de contas, além da atualmente realizada pelo SICONV. • Item nº12: Apresentar a descrição da rotina de análise de prestações de contas das transferências voluntárias concedidas. • Item nº13: Apresentar informações quanto aos processos de Tomada de Contas Especiais relacionadas às transferências, abertas em 2011 para apuração de responsabilidade e quantificação e ressarcimento do dano. 			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRPP/DEPEN/MJ			001956
Síntese da Providência Adotada:			
<p>Foi elaborado Despacho nº 298/2012/DIRPP/DEPEN/MJ, de 10/5/2012, à Diretoria Executiva deste Departamento para conhecimento e providências junto à Equipe de Auditoria, contendo os seguintes esclarecimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item nº7: Apresentados os processos solicitados. • Item nº8: Foi informado que no exercício de 2011, o DEPEN não formalizou instrumentos com entidades sem fins lucrativos 			

<ul style="list-style-type: none"> • Item nº9: Encaminharam-se planilhas contendo informações solicitadas, destacando alguns instrumentos os quais tiveram suas propostas aprovadas, convênios gerados no Portal de Convênios, entretanto não haviam sido formalizados. • Item nº10: Restou esclarecido que tanto os recursos humanos quanto os recursos materiais são insuficientes para a realização de todos os monitoramentos necessários. • Item nº11: Foi informado que o DEPEN adota como sistemática de cobrança das prestações de contas dos instrumentos avençados a remessa de expediente ao conveniente depois de expirada a vigência, comunicando do prazo limite para a apresentação das contas dos convênios. • Item nº12: Descreveu-se minuciosamente a rotina da equipe responsável pelas análises de prestações de contas de todos os instrumentos decorrentes das transferências voluntárias. • Item nº13: Foi informado que não houve abertura de processo de Tomada de Contas Especial no ano de 2011, ressaltando que foi dado prosseguimento aos procedimentos já existentes.
Síntese dos Resultados Obtidos
Subsídios aos trabalhos realizados pela Equipe de Auditoria da CGU neste Departamento.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve aspectos dificultadores. Todas as Coordenações existentes atendem prontamente as solicitações do gestor.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Nº 201203684/02		Solicitação de Auditoria, de 10/05/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CEF (UG200321) - Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26 da Lei 10.180, de 6/2/2011, foram solicitadas informações aos seguintes questionamentos, a serem encaminhados diretamente ao Coordenador da Equipe de Auditoria presente em nesta unidade:			
<ul style="list-style-type: none"> • Item nº5: Apresentar comprovação de que os beneficiários dos Contratos de Repasse nºs 759137 (Maranhão), 759138(Maranhão) e 761596 (Amazonas), firmados no exercício de 2011, atenderam ao disposto nos artigos 11 e 25 da LRF. • Item nº6: Justificar a manutenção das inscrições em “Restos a pagar não processados” das Notas de empenho referentes ao exercício de 2010 nºs 2010NE900004 e 2010NE900006, apresentando a documentação comprobatória e informando em qual inciso previsto no art. 35 do Decreto n.º 93.872/86 fundamentou-se a inscrição. 			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRPP/DEPEN/MJ			001956
Síntese da Providência Adotada:			
Os questionamentos levantados foram submetidos à Caixa Econômica Federal. Foi elaborado Despacho nº 314/2012/DIRPP/DEPEN/MJ, de 22/5/2012, à Diretoria Executiva deste Departamento para conhecimento e providências junto à Equipe de Auditoria, contendo os seguintes esclarecimentos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Item nº5: Foi apresentado o extrato do CAUC do Governo do Estado do Maranhão que amparou a pactuação pela Secretaria de Estão da Justiça e da Administração Penitenciária dos instrumentos avençados. Ademais, a comprovação do disposto nos artigos 11 e 25 da LRF obedeceu ao normativo interno da CAIXA MNSA 002 versão 049. • Item nº6: Esclareceu-se que, conforme estabelece o Decreto 93.872/86, a inscrição de Restos a Pagar é automática para o exercício seguinte, nos casos de obrigação assumida pelo credor, e o Decreto 7.654/20141 prorrogou os Restos a Pagar 2010 até 30/6/2012. O inciso I do art. 35 do referido decreto fundamentou a inscrição em Restos a Pagar. 			

Síntese dos Resultados Obtidos
Subsídios aos trabalhos realizados pela Equipe de Auditoria da CGU neste Departamento.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Por se tratar da UG 200321 que é de domínio da Caixa Econômica Federal – CEF e considerando o Contrato nº 018/2010, o qual estabelece como obrigações da Caixa a gestão de recursos a ela repassados, a CEF foi instada, via e-mail, a fornecer os esclarecimentos levantados pela Equipe de Auditoria.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Nº 201203684/03		Solicitação de Auditoria, de 10/05/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CEF (UG200321) - Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26 da Lei 10.180, de 6/2/2011, foram solicitadas informações aos seguintes questionamentos, a serem encaminhados diretamente ao Coordenador da Equipe de Auditoria presente em nesta unidade:			
<ul style="list-style-type: none"> • Item nº7: Preencher tabela anexa informando as fiscalizações <i>in loco</i> planejadas ou realizadas em 2011, para as transferências vigentes naquele exercício. • Item nº8: Informar a força do trabalho disponível no exercício de 2010 para fiscalizar a execução das obras de construção e reforma de estabelecimentos penais por meio de Contrato de Repasse. • Item nº9: Apresentar informações sobre a existência de sistemática de aviso e de cobrança das prestações de contas, além da atualmente realizada pelo SICONV. • Item nº10: Apresentar a descrição da rotina de análise de prestações de contas das transferências voluntárias concedidas. • Item nº11: Apresentar informações quanto aos processos de Tomada de Contas Especiais relacionadas às transferências, abertas em 2011 para apuração de responsabilidade e quantificação e ressarcimento do dano. 			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRPP/DEPEN/MJ			001956
Síntese da Providência Adotada:			
Os questionamentos levantados foram submetidos à Caixa Econômica Federal. Foi elaborado Despacho nº 314/2012/DIRPP/DEPEN/MJ, de 22/5/2012, à Diretoria Executiva deste Departamento para conhecimento e providências junto à Equipe de Auditoria, contendo os seguintes esclarecimentos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Item nºs 7 e 8: Em relação ao item 07, esclareceu-se inicialmente que ao DEPEN cabe fiscalizar o contrato firmado entre a CEF e o MJ (Contrato nº 018/2010). Com relação ao acompanhamento <i>in loco</i> das obras dos contratos de repasses foi informado que a Caixa realiza medições periódicas das obras com o propósito de atestar execução física-financeira, inclusive elaborando relatórios técnicos com fotos. A Unidade da Federação cabe fiscalizar a execução das obras de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais por meio de seus técnicos, os quais são obrigados a efetuar anotação de responsabilidade técnica de fiscalização. <p>Ressaltou-se que o DEPEN não procedeu aos monitoramentos <i>in loco</i> das obras no ano de 2011 devido à existência de um único engenheiro lotado na Coordenação de Engenharia e Arquitetura.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item nºs 9 e 10: Encaminhamento do normativo interno MN AS 013 que dispõe sobre todos os procedimentos adotados pela CEF para a prestação de contas dos contratos de repasse. • Item nº11: Informado que não houve TCE instauradas no exercício de 2011 no âmbito da UG do 200321/CEF/DEPEN 			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Subsídios aos trabalhos realizados pela Equipe de Auditoria da CGU neste Departamento.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Por se tratar da UG 200321 que é de domínio da Caixa Econômica Federal – CEF e considerando o Contrato nº 018/2010, o qual estabelece como obrigações da Caixa a gestão de recursos a ela repassados, a CEF foi instada, via e-mail, a fornecer os esclarecimentos levantados pela Equipe de Auditoria.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Nº 201203683/10		Solicitação de Auditoria, de 10/05/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26 da Lei 10.180, de 6/2/2011, foram solicitadas informações ao seguinte questionamento, a ser encaminhado diretamente ao Coordenador da Equipe de Auditoria presente em nesta unidade: Item nº27: Justificar a manutenção das inscrições em “Restos a Pagar não Processados” da Nota de Empenho referente ao exercício de 2010 nº 2010NE900004 (UG 200324) apresentando a documentação comprobatória e informando em qual inciso previsto no art. 35 do Decreto n.º 93.872/86 fundamentou-se a inscrição.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRPP/DEPEN/MJ			001956
Síntese da Providência Adotada:			
Foi elaborado Despacho nº 310/2012/DIRPP/DEPEN/MJ, de 15/5/2012, à Diretoria Executiva deste Departamento para conhecimento e providências junto à Equipe de Auditoria, informando que em 22/12/2011 foi confeccionada a Informação nº 184/2011-COENA/CGPAI/DIRPP/DEPEN cientificando que os restos a pagar não deveriam ser cancelados, pois havia, à época, interesse na exigência do cumprimento das obrigações dos credores por se tratarem de projetos específicos em curso.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Subsídios aos trabalhos realizados pela Equipe de Auditoria da CGU neste Departamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve aspectos dificultadores. Todas as Coordenações existentes atendem prontamente as solicitações do gestor.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Nº 201203683/19	nº 24	Solicitação de Auditoria, de 28/05/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956

Descrição da Recomendação:	
Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26 da Lei 10.180, de 6/2/2011, foram solicitadas informações atualizadas quanto às providências adotadas pela Unidade para dar cumprimento às recomendações expedidas no Relatório nº 201108790, que trata da Avaliação da Gestão de 2010, que se encontram com pendência.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
DIRPP/DEPEN/MJ	001956
Síntese da Providência Adotada:	
Por meio do Memorando nº 163/2012/DIRPP/DEPEN, de 30/5/2012, encaminhado à Diretoria Executiva deste Departamento para conhecimento e providências junto à Equipe de Auditoria, foi encaminhado Relatório do Grupo de Trabalho, realizado em outubro de 2010, o qual resultou na elaboração de fluxograma unificado de prestação de contas, bem como plano de ação que constam com propostas de melhorias julgadas imprescindíveis para os setores envolvidos na análise de prestação de contas, acompanhamento e fiscalização de convênios. Ressaltou-se que, à época, nenhum posicionamento concreto das instâncias superiores quanto às proposições sugeridas no relatório mencionado.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Subsídios aos trabalhos realizados pela Equipe de Auditoria da CGU neste Departamento.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não houve aspectos dificultadores.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Nº 201203683/20		Solicitação de Auditoria, de 28/05/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26 da Lei 10.180, de 6/2/2011, foram solicitadas informações aos seguintes questionamentos, a serem encaminhados diretamente ao Coordenador da Equipe de Auditoria presente em nesta unidade: <ul style="list-style-type: none"> • Item nº86: Apresentar os Processos contendo os relatórios das fiscalizações realizadas em 2011 dos Convênios nºs 599870, 640144 e 707750. • Item nº87: Apresentar a relação de todos os Contratos, Convênios, Contratos de Repasse, Termos de Cooperação e Termos de Compromissos vigentes na unidade no exercício de 2011, fornecendo os números dos mesmos e os respectivos valores firmados (incluindo os aditivos), bem como os valores desembolsados. • Item nº88: Apresentar informações quanto aos processos de Tomada de Contas Especiais relacionadas às transferências abertas para apuração de responsabilidade e quantificação e ressarcimento do dano. 			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRPP/DEPEN/MJ			001956
Síntese da Providência Adotada:			
Foi elaborado Memorando nº 62/2012/CGFPN/DEPEN/MJ, de 31/5/2012, à Diretoria Executiva deste Departamento para conhecimento e providências junto à Equipe de Auditoria, contendo os seguintes esclarecimentos: <ul style="list-style-type: none"> • Item nº86: Apresentado os processos solicitados. • Item nº 87: Confeccionada e encaminhada planilha contendo o tipo de formalização avançada, o respectivo 			

<p>número, o valor firmado, incluindo o aditivo e o valor desembolsado.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item nº 88: Foi apresentada a relação de 53 convênios em Tomada de Contas Especial, contendo o número de processo, volume de recursos envolvidos na transferência em que foi instaurada a TCE, o tempo decorrido entre a data de ocorrência do fato que deu causa, segundo as normas vigentes, e a instauração da TCE e os retornos para os cofres públicos, obtidos em resultados da TCE.
Síntese dos Resultados Obtidos
Subsídios aos trabalhos realizados pela Equipe de Auditoria da CGU neste Departamento.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve aspectos dificultadores, tendo em vista a Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial possui as informações solicitadas em seus arquivos.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Nº 201203683/22		Solicitação de Auditoria, de 28/05/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRPP/DEPEN/MJ			001956
Síntese da Providência Adotada:			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Subsídios aos trabalhos realizados pela Equipe de Auditoria da CGU neste Departamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve aspectos dificultadores, tendo em vista a Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial possui as informações solicitadas em seus arquivos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Nº 201215915/002		Solicitação de Auditoria, de 11/10/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN			001956
Descrição da Recomendação:			
Tendo em vista os trabalhos de auditoria realizados neste Departamento, em consonância ao disposto no art. 26			

da Lei 10.180, de 6/2/2011, foram solicitadas informações aos seguintes questionamentos, a serem encaminhados diretamente ao Coordenador da Equipe de Auditoria presente em nesta unidade:

- **Item nº2:** Apresentar informações quanto aos processos de Tomada de Contas Especiais relacionadas às transferências abertas para apuração de responsabilidade e quantificação e ressarcimento do dano.
- **Item nº3:** Informar as providências adotadas junto aos convenentes dos termos de convênios e de contratos de repasse celebrados pelo DEPEN, tendo em vista que até agosto/2012, a informação que constava no SICONV era “Aguardando Prestação de Contas”, e ainda, o número do documento enviado ao convenente solicitando o encaminhamento da prestação de contas, caso tenha feito tal ato.
- **Item nº4:** Informar o quantitativo de pessoal envolvido na atividade de fiscalização e os recursos materiais disponíveis, esclarecendo se estes recursos são suficientes.
- **Item nº5:** Informar a sistemática de aviso e de cobrança das prestações de contas, além, da realizada por meio do SICONV, bem como descrever a sua rotina.
- **Item nº6:** Justificar a ausência de registro no SICONV de recursos transferidos por meio dos convênios relacionados pela Auditoria, quanto a sua conformidade com o pactuado nos respectivos termos de convênios, considerando o tempo decorrido desde o fim da vigência, ressaltando que, segundo informações do SICONV, a vigência dos termos não tiveram sua vigência prorrogada.
- **Item nº7:** Justificar a existência de “valores a liberar” no SIAFI Gerencial em relação às transferências listadas a seguir, informando quanto à prestação de cotas apresentada; e quanto ao cumprimento, pelos convenentes, dos requisitos necessários para a liberação de recursos, indicando ainda as providências administrativas adotadas pela Unidade.
- **Item nº8:** Informar quais medidas administrativas internas foram tomadas para obtenção do ressarcimento pretendido, em relação aos às transferências listadas.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
CGFPN/DIRPP/DEPEN/MJ	001956

Síntese da Providência Adotada:

Foi elaborado a Informação n.º 067/2012-CGFPN/DIRPP/DPEN, de 17/10/2012, contendo os seguintes esclarecimentos:

- **Item nº2:** Foi apresentada, mediante planilha, relação de 53 convênios em Tomada de Contas Especial, contendo o numero de processo, volume de recursos envolvidos na transferência em que foi instaurada a TCE, o tempo decorrido entre a data de ocorrência do fato que deu causa, segundo as normas vigentes, e a instauração da TCE e os retornos para os cofres públicos , obtidos em resultados da TCE.
- **Item nº3:** Quanto ao questionamento em comento, informamos, de início que; como boa parte dos instrumentos elencados foram celebrados no ano de 2009, os órgãos tanto os concedentes como, principalmente, os convenentes tiveram inúmeras dificuldades para a inserção de documentos, como também na utilização do SICONV, o que acarretou, por certo, na ausência de informações necessárias para se analisar as prestações de contas no aludido sistema. Diante disso, os órgãos conveniados, com intuito de dar celeridade às análises dos processos de prestação de contas por parte deste ente concedente, assim como evitar a inscrição dos convênios celebrados nas contas de inadimplentes remeteu, via ofício, os processos físicos das contas dos convênios, conforme se verifica nos expedientes encaminhados por aquelas entidades parceiras, as quais disponibilizamos cópia em anexo, para fins de comprovação.
- **Item nº4:** Restou esclarecido que tanto os recursos humanos quantos os recursos materiais são insuficientes para a realização de todos os monitoramentos necessários.
- **Item nº5:** Apesar de constar nos Termos de Convênios assinados pelos convenentes o prazo legal para apresentação das prestações de contas das parcerias firmadas, bem como no SICONV, este Departamento adota como prática, quando da celebração de aditivos de prazos, informativos no próprio termo adicional avisando do novo período para a prestação das contas. Além disso, é encaminhado pela Diretoria de Políticas Penitenciárias, durante a vigência dos instrumentos celebrados, ofícios de alertas ao convenente cientificando do vencimento dos convênios, momento no qual, é ratificado o prazo para apresentação da prestação de contas. Salienta-se que tais ofícios são emitidos em duas oportunidades, quando restam 100 (cem) e 70 (setenta) dias para o término dos ajustes. Ademais, após o encerramento da vigência dos instrumentos pactuados, a aludida Diretoria expedia o chamado ofício “Encerramento de Convênio ...”, o qual noticiava aos convenentes a data limite para encaminhar o processo de prestação de contas. Entretanto, hoje já é adotado no âmbito deste Departamento outra sistemática, advinda das ações que foram estabelecidas por meio de consultoria contratada por este Ministério da Justiça. Na ação, ficou acordado que o ofício de encerramento que até mês passado era utilizado como prática desta Diretoria, será substituído por um expediente a ser remetido aos convenentes ainda durante a vigência dos ajustes firmados, quando restarem 30 (trinta) dias para a finalização do período de suas execuções.
- **Item nº6:** Informou-se que os recursos transferidos pelo DEPEN referente a todas as parcerias listadas em planilha apresentada pela equipe de auditoria, encontram-se disponíveis na aba de OB's do aludido sistema,

<p>e que, todos guardam conformidade com o montante pactuado, conforme quadro demonstrativo encaminhado.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item nº7: Preliminarmente foi ressaltado que por um lapso não foi ajustado no sistema, quando da análise das contas dos instrumentos ali arrolados, as parcelas em aberto. Todavia, o DEPEN já procedeu à regularização no SIAFI Gerencial dessas parcelas que constavam em “valores a liberar” passando essas para o status de “Não liberadas”, tendo em vista que os convênios relacionados por essa equipe de auditoria já tiveram suas vigências expiradas. Informamos ainda, que já constam no aludido sistema o motivo da não liberação das parcelas, como também noticiamos que as prestações de contas desses instrumentos foram devidamente apresentadas pelos órgãos conveniados. Convém ainda ressaltar, no tocante ao Convênio SIAFI n.º 625507 (004/2008), que a responsabilidade pela transferência dos recursos da União, bem como a fiscalização quanto a execução do objeto e a prestação de contas desse instrumento é da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. • Item nº8: Com relação aos Convênios n.ºs 028/2005 – ES (Siafi n.º 539245), 031/2006 – GO (Siafi n.º 577381) e 041/2007 - (Siafi n.º 598485) , este Departamento, com intuito de apurar na íntegra os fatos ocorridos durante a execução desses instrumentos, identificar os responsáveis e quantificar o potencial dano causado aos cofres federais, com vistas a obter o devido ressarcimento, procedeu a instauração da competente tomada de contas especial, conforme memorandos apensados a esta Informação. No que tange ao Convênio n.º 062/2006 (Siafi n.º 579400), serão adotadas as medidas necessárias para a devida instauração da tomada de contas especial, a fim de obter junto à entidade conveniada a devolução dos gastos realizados em desacordo com a norma legal. Quanto ao Convênio n.º 123/2007 – MS (Siafi n.º 605282), este órgão federal providenciou também a instauração da tomada de contas especial. Contudo, a instituição parceira, com o fito de regularizar o processo e, assim, retirar o convênio da condição de inadimplente, procedeu o devido saneamento das disfunções apontadas por este órgão, devolvendo aos cofres federais os valores impugnados quando da análise da contas. Por fim, no que se refere ao Convênio n.º 128/2007 – RN (Siafi n.º 599829), este Departamento estabeleceu o último prazo para o saneamento integral dos autos, sob pena de imediata instauração da competente tomada de contas especial.
Síntese dos Resultados Obtidos
Subsídios aos trabalhos realizados pela Equipe de Auditoria da CGU neste Departamento.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
- Item n.º3: A CEF apresentou esclarecimentos acerca dos contratos de repasse n.º748895 (Pernambuco) e os de n.ºs 749957 e 749958 (Paraíba), informando que tais instrumentos foram cancelados e por esse motivo não são passíveis de prestação de contas e que, por inviabilidade técnica do sistema SICONV, os respectivos contratos ainda restam em indevida posição de “aguardando prestação de contas”.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201203683	2.1.5.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
Apurar responsabilidades acerca da prestação de serviços sem o devido processo licitatório e sem a devida cobertura contratual, bem como pela autorização de gasto sem a indicação/ previsão de crédito orçamentário, haja vista a e expressa proibição previstas no art. 2º e no parágrafo único do art. 60, ambos da Lei nº 8.666/93 e 60 da Lei nº 4.320/64.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Departamento Penitenciário Nacional	001956
Síntese da Providência Adotada	
A presente recomendação foi encaminhada para a Assessoria de Assuntos Disciplinares do Ministério da Justiça, para análise e demais providências que possam vir a ser necessárias.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Sindicância Investiga instaurada e em andamento.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201203683	2.1.5.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
<p>Abster-se de realizar despesas sem cobertura contratual. Caso fique caracterizada a persistência de situação de emergência ao término de uma contratação emergencial, proceda à celebração de novo contrato emergencial por um novo prazo e por meio de novo processo, conforme o disposto na Decisão TCU nº 822/1997 – Plenário.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Síntese da Providência Adotada			
Providências necessárias serão tomadas a fim de que em futuras e semelhantes situações sejam observadas as			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Redesenho dos fluxos de processos internos visando melhorias nessa área.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201203683	2.2.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
Compor os autos do Processo nº 08.016.000.053/2011-24 com todos os documentos relacionados ao Pregão			

Eletrônico nº 22/2011, necessários ao entendimento do certame, principalmente a documentação referenciada nos itens do Despacho acostado à folha 55, originalmente numerada como 25.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional	001956
Síntese da Providência Adotada	
Os documentos relacionados no Despacho acostado à folha 55, foram resgatados e incorporados nos autos do processo nas folhas 393 a 400 (Relatório Técnico – Avaliação e soluções técnicas para promover a eficiência da rede elétrica da PFCG) e de 401 a 416 (Relatório: Cabeamento estruturado instalação elétrica e civil), conforme Informação técnica nº 20/2012 - Engenharia/DISPF/DEPEN.	
Ressalta-se que as Penitenciárias Federais, por meio das Comissões de Recebimento locais, encaminharam termos de recusa dos holofotes, aduzindo que os equipamentos instalados não estão de acordo com as especificações editalícias. A empresa já foi comunicada sobre a decisão e sobre a necessidade de retirada dos equipamentos. Processo de sanção à empresa foi iniciado (08016.014820/2012-63).	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201203683	2.2.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
Formalizar a adequada fundamentação da desclassificação da proposta de R\$ 103.400,00, indicando os motivos pelos quais aquela não se adequava ao item pedido em Edital, promovendo a inclusão do documento nos autos do Processo nº 08.016.000.053/2011-24.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Síntese da Providência Adotada			
O Pregoeiro, conforme informado no memorando nº 23/2012-COREM, esclareceu que a desclassificação ocorreu nos			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Processo de sanção à empresa foi iniciado (08016.014820/2012-63).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201203683	2.2.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
<p>Comprovar, por meio de estudo detalhado que deverá ser acostado aos autos do Processo nº 08.016.000.053/2011-24, que os equipamentos adquiridos com base nas especificações dispostas no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 22/2011 atendem às necessidade das Penitenciárias Federais, considerando as características de segurança dos agentes e operacionalização dos equipamentos, de forma a afastar a possibilidade de que em futuras vistorias haja determinação para a substituição dos mesmos</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Síntese da Providência Adotada			
<p>Tendo em vista que os equipamentos referentes ao Pregão nº 22/2011 foram recusados pelas quatro penitenciárias federais, caso seja realizada nova demanda para contratação, o citado estudo deverá ser levado a efeito pela Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, por meio de seu núcleo de Engenharia.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recusa dos materiais.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201203683	2.2.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
<p>Caso atendida a recomendação anterior, abster-se de receber produto com especificações diversas daquelas apontadas no Termo de Referência ou que, para atendimento ao referido TR, tenha passado por alterações em relação às suas características originais, as quais podem comprometer a qualidade/vida útil do equipamento, sob o risco de aplicação de penalidade a quem der causa à inobservância do princípio licitatório da vinculação ao instrumento convocatório e da finalidade pública do gasto. Abster-se ainda de permitir a execução de instalações inadequadas nas Penitenciárias Federais.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Departamento Penitenciário Nacional	001956
Síntese da Providência Adotada	
As Penitenciárias Federais, por meio das Comissões de Recebimento locais, encaminharam termos de recusa dos	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Processo de sanção à empresa foi iniciado (08016.014820/2012-63).	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201203683	2.2.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
<p>Abster-se de pagar valor maior que o preço de mercado na aquisição dos holofotes de busca, comprovando nos autos do processo, por meio de ampla pesquisa de preços, que o valor pago é compatível com o mercado, evitando o prejuízo ao erário e a consequente responsabilização de quem der causa.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Síntese da Providência Adotada			
<p>Informamos que as Penitenciárias Federais, por meio das Comissões de Recebimento locais, encaminharam termos de recusa dos holofotes, aduzindo que os equipamentos instalados não estão de acordo com as especificações editalícias. Por esta razão, não ocorreu o pagamento dos referidos produtos. A empresa já foi comunicada sobre a decisão e sobre a necessidade de retirada dos equipamentos. Processo de sanção à empresa foi iniciado (08016.014820/2012-63).</p> <p>Providências necessárias serão tomadas a fim de que em futuras e semelhantes situações sejam observadas as orientações contidas na referida recomendação.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Sindicância Investiga instaurada e em andamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201203683	2.2.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
<p>Abster-se de pagar valor maior que o preço de mercado na aquisição dos holofotes de busca, comprovando nos autos do processo, por meio de ampla pesquisa de preços, que o valor pago é compatível com o mercado, evitando o prejuízo ao erário e a consequente responsabilização de quem der causa.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Síntese da Providência Adotada			
<p>Informamos que as Penitenciárias Federais, por meio das Comissões de Recebimento locais, encaminharam termos de recusa dos holofotes, aduzindo que os equipamentos instalados não estão de acordo com as especificações editalícias. Por esta razão, não ocorreu o pagamento dos referidos produtos. A empresa já foi comunicada sobre a decisão e sobre a necessidade de retirada dos equipamentos. Processo de sanção à empresa foi iniciado (08016.014820/2012-63).</p> <p>Providências necessárias serão tomadas a fim de que em futuras e semelhantes situações sejam observadas as orientações contidas na referida recomendação.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Sindicância Investiga instaurada e em andamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201203683	2.2.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
<p>Apurar as divergências entre a documentação apresentada pela empresa contratada e as especificações do fabricante, e se for o caso, proceder à aplicação das penalidades cabíveis, em especial ao artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, em atendimento ao item 20 do edital.</p>			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional		001956
Síntese da Providência Adotada		
Serão adotadas as providências nesse sentido. Ressalta-se que Penitenciárias Federais, por meio das Comissões de Recebimento locais, encaminharam termos de recusa dos holofotes, aduzindo que os equipamentos instalados não estão de acordo com as especificações editalícias. A empresa já foi comunicada sobre a decisão e sobre a necessidade de retirada dos equipamentos. Processo de sanção à empresa foi iniciado (08016.014820/2012-63).		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Processo de sanção à empresa foi iniciado (08016.014820/2012-63).		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201203683	2.2.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
Promover a apuração de responsabilidades pela ausência dos documentos apontados no item a), bem como pelas falhas apontadas nos itens d), e), quanto à definição do objeto, nos itens f), g), h), quanto às pesquisas de preço, e no item k), pela aceitação de atestado de capacidade técnica em desconformidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Síntese da Providência Adotada			
A presente recomendação foi encaminhada para a Assessoria de Assuntos Disciplinares do Ministério da Justiça, para análise e demais providências que possam vir a ser necessárias.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Sindicância Investiga instaurada e em andamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201203683	2.2.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956

Descrição da Recomendação	
Definir detalhadamente, nas futuras licitações, o objeto licitado no pregão, com precisão, suficiência e clareza, em atendimento às exigências da Lei nº 10.520/2002.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional	001956
Síntese da Providência Adotada	
Providências necessárias serão tomadas a fim de que em futuras e semelhantes situações sejam observadas as orientações contidas na referida recomendação.	
Ressalta-se que Penitenciárias Federais, por meio das Comissões de Recebimento locais, encaminharam termos de recusa dos holofotes, aduzindo que os equipamentos instalados não estão de acordo com as especificações editalícias. A empresa já foi comunicada sobre a decisão e sobre a necessidade de retirada dos equipamentos. Processo de sanção à empresa foi iniciado (08016.014820/2012-63).	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Informação sobre o assunto discutida internamente.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	201203683	2.2.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
Abster-se de incluir, nas futuras licitações, exigências desnecessárias no edital, de modo a não restringir a competição entre os licitantes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Síntese da Providência Adotada			
Providências necessárias serão tomadas a fim de que em futuras e semelhantes situações sejam observadas as orientações contidas na referida recomendação.			
Ressalta-se que Penitenciárias Federais, por meio das Comissões de Recebimento locais, encaminharam termos de recusa dos holofotes, aduzindo que os equipamentos instalados não estão de acordo com as especificações editalícias. A empresa já foi comunicada sobre a decisão e sobre a necessidade de retirada dos equipamentos. Processo de sanção à empresa foi iniciado (08016.014820/2012-63).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Informação sobre o assunto discutida internamente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

--

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	201203683	2.2.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
Efetuar, nas futuras licitações, ampla pesquisa de mercado, exigindo a identificação exata dos produtos cotados pelas empresas, a fim de estimar adequadamente o custo do objeto a ser adquirido e servir de balizamento para a análise das propostas dos licitantes;			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Síntese da Providência Adotada			
Providências necessárias serão tomadas a fim de que em futuras e semelhantes situações sejam observadas as orientações contidas na referida recomendação.			
Ressalta-se que Penitenciárias Federais, por meio das Comissões de Recebimento locais, encaminharam termos de recusa dos holofotes, aduzindo que os equipamentos instalados não estão de acordo com as especificações editalícias. A empresa já foi comunicada sobre a decisão e sobre a necessidade de retirada dos equipamentos. Processo de sanção à empresa foi iniciado (08016.014820/2012-63).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Informação sobre o assunto discutida internamente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	201203683	2.2.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
Promover, nas futuras licitações, ampla participação e efetiva competição entre os licitantes, evitando a fixação de			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956

Síntese da Providência Adotada
Providências necessárias serão tomadas a fim de que em futuras e semelhantes situações sejam observadas as orientações contidas na referida recomendação.
Ressalta-se que Penitenciárias Federais, por meio das Comissões de Recebimento locais, encaminharam termos de recusa dos holofotes, aduzindo que os equipamentos instalados não estão de acordo com as especificações editalícias. A empresa já foi comunicada sobre a decisão e sobre a necessidade de retirada dos equipamentos. Processo de sanção à empresa foi iniciado (08016.014820/2012-63).
Síntese dos Resultados Obtidos
Informação sobre o assunto discutida internamente.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	201203683	2.2.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
Atentar, nas futuras licitações, para a compatibilidade entre o(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s) pela empresa vencedora do certame e o objeto licitado, de modo a comprovar efetivamente a aptidão da empresa para a execução do contrato.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Síntese da Providência Adotada			
Providências necessárias serão tomadas a fim de que em futuras e semelhantes situações sejam observadas as orientações contidas na referida recomendação.			
Ressalta-se que Penitenciárias Federais, por meio das Comissões de Recebimento locais, encaminharam termos de recusa dos holofotes, aduzindo que os equipamentos instalados não estão de acordo com as especificações editalícias. A empresa já foi comunicada sobre a decisão e sobre a necessidade de retirada dos equipamentos. Processo de sanção à empresa foi iniciado (08016.014820/2012-63).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Informação sobre o assunto discutida internamente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional	001956

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	201203683	2.2.3.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
Aperfeiçoar o mecanismo de controles internos da Unidade, de modo a adequar os procedimentos operacionais ao planejamento da Unidade, visando ao cumprimento dos prazos de pagamento estabelecidos em contrato ou instrumento que o substitua.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Síntese da Providência Adotada			
Providências serão tomadas a fim de que em futuras e semelhantes situações sejam observadas as orientações contidas			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Fluxos internos redesenhados visando otimização dos trâmites			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	201203683	3.1.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos com vistas a evitar a inconsistência das informações constantes do Sistema SIAPE.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Síntese da Providência Adotada			
Providências necessárias serão tomadas a fim de que em futuras e semelhantes situações sejam observadas as orientações contidas na referida recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Orientação encaminhada ao setor responsável.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	201203683	3.1.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos com vistas a evitar a inconsistência das informações constantes do Sistema SIAPE.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Síntese da Providência Adotada			
Providências necessárias serão tomadas a fim de que em futuras e semelhantes situações sejam observadas as orientações contidas na referida recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Orientação encaminhada ao setor responsável.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	201203683	3.1.2.1.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
Agilizar a apuração de eventuais valores a devolver pelos beneficiários de pensão, bem como promover a reposição ao Erário, na forma da lei, dos valores percebidos indevidamente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
<i>Departamento Penitenciário Nacional</i>			<i>001956</i>
Síntese da Providência Adotada			
As pensões por morte dos beneficiários CLEIR MOREIRA GOMES e o menor JOÃO PEDRO MOREIRA MOTA já foram corrigidas, no SIAPE, desde outubro de 2011, para os tipos 54, consoante orientação da Controladoria-Geral da União.			
Ainda, em razão das correções, constatou-se que cada beneficiário apontado deverá restituir ao erário R\$ 12.202,63, razão pela qual os mesmos já foram devidamente notificados. A Coordenação de Recursos Humanos, a partir do mês de setembro de 2012, iniciou aos descontos nas respectivas pensões, à razão de 10%, nos termos do art. 46 da Lei nº			

8.112 de 11 de dezembro de 1990.
Síntese dos Resultados Obtidos
Providências prontamente atendidas
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo
Não há
Unidade Jurisdicionada

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 10.1.4.1 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203683	1.2.1.1.	Solicitação de Auditoria nº 201203683/018
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Descrição da Recomendação			
Elaborar e divulgar a Carta de Serviços ao Cidadão, bem como cumprir o disposto no Decreto nº 6.932/2009, haja vista a prestação de serviços diretos ao cidadão pelo DEPEN.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento Penitenciário Nacional			001956
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O Departamento Penitenciário Nacional irá realizar gestão junto à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça com o objetivo de verificar se as ações relacionadas à elaboração serão desempenhadas de forma setorial ou pelo órgão central, no que diz respeito à implantação da Carta de Serviços ao Cidadão. Caso seja setorial, estaremos instituindo um grupo de trabalho para a realização das ações necessárias visando à elaboração e implantação da Carta de Serviços deste Departamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Informamos que esta Unidade não possui auditoria interna.

10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 10.3.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	N/A	N/A	N/A
	Entregaram a DBR	N/A	N/A	N/A
	Não cumpriram a obrigação	N/A	N/A	N/A
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	N/A	N/A	N/A
	Entregaram a DBR	N/A	N/A	N/A
	Não cumpriram a obrigação	N/A	N/A	N/A
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	72		
	Entregaram a DBR	72		
	Não cumpriram a obrigação	0		

Fonte:

10.3.2 Análise Crítica

No momento da posse do servidor é firmada autorização para acesso à DBR pelo DEPEN, ou entregue a DBR impressa em envelope lacrado com a identificação do servidor.

Estes documentos são guardados em arquivo separado e são geridos por planilha eletrônica.

As análises de incompatibilidades de patrimônio, quando solicitada, são realizadas pelos órgãos de controle interno da União.

10.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Quadro 11.4.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

*Eu, Luiz Fabrício Vieira Neto, CPF nº 090.141.387-92, **Diretor de Políticas Penitenciárias**, exercido no **Departamento Penitenciário Nacional** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.*

Brasília, 31 de março de 2013.

Luiz Fabrício Vieira Neto
090.141.387-92
Diretor de Políticas Penitenciárias

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

1. Aplicação, pela UJ, dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

a) NBC T 16.9

A referida norma estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão, apurados sobre os valores dos bens componentes do Ativo Imobilizado, Intangível e Investimentos, integrantes do grupo Não-Circulante do Balanço Patrimonial de entidades do setor público.

Em complemento a esta norma, foram observados os procedimentos de análises contábeis estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, onde consta uma padronização mínima das depreciações a serem efetuadas, conforme a Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Dessa forma, as análises levadas a efeito revelaram que os bens desta Unidade Gestora são controlados pela Coordenação Geral de Logística (UG 200005).

b) NBC T 16.10

A citada norma define critérios e procedimentos para avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

As análises evidenciaram o que segue:

b.1) Disponibilidades – caracterizadas pelos valores depositados na Conta Única do Tesouro Nacional, em operações internas (nacionais), pelo valor de cada operação. Foram analisados os seguintes recursos disponíveis por fonte (conta contábil 19.329.02.00), oriundos de repasses/sub-repasse, para execução na Coordenação-Geral de Logística:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
100	Recursos para atender despesas de custeio	522,16
112	Recursos oriundos do DEPEN/ Diretoria de Políticas Penitenciárias (UG 200324)	298.747,07
118	Recursos para atender despesas de custeio	10.001,70
118	Recursos oriundos da Coordenação Geral de Orçamentos e Finanças (UG 200094)	948.215.520,05
150	Recursos oriundos de serviços administrativos diretamente arrecadados	1.257.908,70
150	Recursos oriundos da regularização da conta 41.800.00.00	4.106,55
150	Recursos oriundos da transferência de saldos por fusão/ cisão (UG 200013)	2.325,69
150	Recursos oriundos de restituição de convênios	100.848.340,19
174	Recursos oriundos da devolução de valores repassados a maior (UG 200005)	15.779.538,71
174	Recursos oriundos da Coordenação Geral de Orçamentos e Finanças (UG 200094)	2.991.309,73
177	Recursos oriundos de alteração de fonte	230.029,07
190	Recursos diversos	125,00
250	Recursos oriundos de arrecadação de Guias de Recolhimento da União	1.159,82
280	Recursos oriundos de aplicações de recursos	784.818,96

280	Recursos oriundos de aplicações de recursos	573.826.594,38
282	Recursos oriundos de restituição de convênios de exercícios anteriores	35.936.797,20
318	Recursos oriundos de ajuste da disponibilidade por fonte	519.448,63

b.2) Créditos e Dívidas – os direitos, títulos e créditos foram registrados pelo valor original, em consonância com o disposto na norma sob comento.

Inexiste saldo de Créditos a Receber nestas Unidades Gestoras.

As Obrigações em Circulação (dívidas) descritas Balanço Patrimonial retratam os Restos a Pagar não Processados a Liquidar.

b.3) Estoques – A Unidade Gestora não possui escrituração de materiais em estoque.

b.4) Investimentos permanentes – Inexistem registros de participações em empresas e em consórcios público ou público-privado avaliados pelo método de equivalência patrimonial na Unidade Gestora sob análise. A Unidade Gestora possui R\$ 100.677,66 em Aplicações Financeiras (conta contábil 11.113.00.00).

b.5) Imobilizado – Os bens patrimoniais imóveis da Unidade Gestora estão devidamente atualizados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet da Secretaria de Patrimônio da União- SPU.

Os bens patrimoniais móveis desta Unidade Gestora são controlados pela Coordenação Geral de Logística.

A Unidade Gestora possui bens móveis em trânsito, durante 2012, devidamente acompanhados pelo setor de Patrimônio, registrados pelo valor de aquisição.

b.6) Intangível – A Unidade Gestora não possui bens intangíveis.

b.7) Diferido – O item 35 da referida NBC T não se aplica à Unidade Gestora.

b.8) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável – a Unidade Gestora procedeu adequadamente à reavaliação de bens em 2011, conforme informado no Memorando nº 14/2013- DIREX/DEPEN.

2. Justificativas da UG pelo descumprimento do disposto nas alíneas “a”, “b.5” e “b.8”

De acordo com as informações desta Unidade Gestora, foram efetuadas as atualizações, conforme Memorando nº 014/2013 – DIREX/DEPEN, de 08/02/2013; e Informação nº 001/2013 – DIPAT/CGAD/DIREX/DEPEN/MJ.

3. Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ

De acordo com o Demonstrativo de Variações Patrimoniais da Unidade Gestora, não houve impacto no resultado de 2012, uma vez que as reavaliações foram efetuadas em 2011.

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.1 Declaração Plena

Quadro 11.2.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
DIRETORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIA - DEPEN			200323
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 104 - SALDOS A LONGADOS CONTAS TRANST. ATIVO PERMANENTE; b) 106 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVO IMOBILIZADO; c) 115 - FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES; d) 170 - CONVÊNIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA; e) 951 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS GESTÃO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	25 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC n.º	DF - 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS - DEPEN			200324
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, As seguintes:</p> <p>a) 104 - SALDOS A LONGADOS CONTAS TRANSIT. ATIVO PERMANENTE; b) 106 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVO IMOBILIZADO;</p>			

- c) 115 - FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES;
- d) 170 - CONVÊNIO A APROVAR COM DATA EXPIRADA;
- e) 172 - CONVÊNIO A LIBERAR EXPIRADOS;
- f) 951 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS GESTÃO.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília/DF	Data	25 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC n°	DF - 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - DEPEN	200325		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante à restrição contábil registrada no SIAFI, dentre a qual, a seguinte:</p> <p style="padding-left: 40px;">a) 951 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS GESTÃO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	25 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC n°	DF - 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa (UJ)		Código da UG	
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL		200333	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 106 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVO IMOBILIZADO; b) 115 - FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES; c) 161 - SALDO INVERTIDO/INDEVIDO - ATIVO COMPENSADO; d) 404 - SALDO INVERTIDO/INDEVIDO - PASSIVO COMPENSADO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	25 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC n.º	DF - 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CAMPO GRANDE - MS	200600
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 104 - SALDOS A LONGOS PRAZOS TRANSIT. ATIVO PERMANENTE; b) 106 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVO IMOBILIZADO; c) 115 - FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. 	

Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília/DF	Data	25 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC n°	DF - 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CATANDUVAS - PR			200601
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 104 - SALDOS A LONGADOS CONTAS TRANSIT. ATIVO PERMANENTE; b) 106 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVO IMOBILIZADO; c) 115 - FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES; d) 459 - INCONSISTÊNCIA OUTROS – DESPESAS; e) 951 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS GESTÃO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	25 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC n°	DF - 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CATANDUVAS - PR			200601
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p>			

- a) 104 - SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT. ATIVO PERMANENTE;
- b) 106 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVO IMOBILIZADO;
- c) 115 - FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES;
- d) 459 - INCONSISTÊNCIA OUTROS – DESPESAS;
- e) 951 - FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS GESTÃO.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília/DF	Data	25 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC nº	DF - 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa (UJ)	Código da UG
PENITENCIÁRIA FEDERAL EM PORTO VELHO - RO	200603

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:

- a) 104 - SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT. ATIVO PERMANENTE,
- b) 106 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVO IMOBILIZADO;
- c) 115 - FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES;
- d) 465- FALTA COMPROVAÇÃO E PREST.CONTAS SUPR.FUNDOS.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília/DF	Data	25 de fevereiro de 2013
--------------	--------------------	-------------	--------------------------------

Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC nº	DF - 9.261/O-7
-----------------------------	--------------------------	---------------	-----------------------

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO / RESULTADOS E CONCLUSÕES

No ano de 2012, os esforços do DEPEN para se manter como órgão responsável por promover políticas de execução penal em benefício da sociedade brasileira incluíram, entre outros, investimentos em construção de estabelecimentos penais, em aquisição de veículos cela e ambulâncias para os estados, na reintegração social do preso, na gestão das Penitenciárias Federais no uso dos recursos orçamentários e na melhoria dos procedimentos administrativos.

Também as oportunidades de desenvolvimento oferecidas buscaram valorizar o quadro de servidores, de forma a manter o comprometimento e a motivação de seus colaboradores para com o alcance dos objetivos e metas organizacionais.

Em 2012, o DEPEN estabeleceu novas formas de buscar a eficiência operacional, em especial no seguimento referente à sua posição estratégica no âmbito do Ministério da Justiça.

Entre os temas abordados, destacam-se a gestão orçamentária, a maior já registrada até então, desde sua instituição. Foram direcionados também grandes esforços para o mapeamento e padronização dos processos de trabalho, buscando um alinhamento entre o planejamento estratégico e a execução operacional.

O aspecto assistencial do preso foi amplamente difundido, com enfoque nos projetos de aparelhamento de unidades materno infantil, bem como o Projeto de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanente.

Outra preocupação constante foi a manutenção do nível de excelência das Penitenciárias Federais em sua importância singular para a conservação da ordem pública de diversas cidades brasileiras afligidas por ataques de bandos criminosos.

Cumpram ressaltar a inovação trazida com a regulamentação do projeto Remição pela Leitura, nas penitenciárias Federais, em que o preso poderá reduzir sua pena mediante a produção de resenhas de livros. Participaram do projeto, no ano de 2012, mais de 1,2 mil presos.

Para o ano de 2013, o DEPEN continuará dando foco ao alinhamento estratégico entre os objetivos da organização, os processos de trabalho, os indicadores de desempenho e as diversas ações operacionais.

Com este relatório, o DEPEN atende às exigências legais e presta sua contribuição, permitindo aos órgãos fiscalizadores a apreciação e o julgamento dos resultados, além de contribuir para o fortalecimento da administração pública e para a ampliação do acesso aos direitos fundamentais dos envolvidos em ilícitos penais.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**BRASÍLIA
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

Unidades Agregadas: Departamento Penitenciário Nacional

**LOCAL
MARÇO/2013**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão
IN – Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria-Geral da União
UJ – Unidade Jurisdicionada
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional
CEF – Caixa Econômica Federal
DN – Decisão Normativa
UJ – Unidade Jurisdicionada
UG – Unidade Gestora
LOA – Lei Orçamentária Anual
DIRPP – Diretoria de Políticas Penitenciárias
DISPF – Diretoria do Sistema Penitenciário Federal
DIREX – Diretoria Executiva
DPU – Defensoria Pública da União
PPA – Plano Plurianual
CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
MJ – Ministério da Justiça
MS – Ministério da Saúde
MPOG – Ministério do Planejamento e Gestão
MF – Ministério da Fazenda
SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
INFOPEN – Sistema de Informações Penitenciárias
MinC – Ministério da Cultura
MEC – Ministério da Educação
MDA – Ministério Do Desenvolvimento Agrário
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Usos Especial da União

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS.....	4
1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO	4
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	6
2. INTRODUÇÃO	8
3. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	11
3.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	11
3.1.1 <i>Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....</i>	11
3.2.1 <i>Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ</i>	37
3.2.2 <i>Programação de Despesas.....</i>	37
3.2.4 <i>Execução Orçamentária da Despesa</i>	41
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	43
4.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	43
4.2.1 <i>Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</i>	43
4.2.2 <i>Análise Crítica</i>	43
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	45
5.3.1 <i>Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício</i>	45
5.3.2 <i>Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....</i>	90
5.3.3 <i>Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes</i>	91
5.3.4 <i>Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse</i>	92
5.3.5 <i>Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....</i>	93
5.3.6 <i>Análise Crítica</i>	93
5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS	96
5.4.1 <i>Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos</i>	96
6. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	100
6.1 ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO 2012	100
6.2 PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013 PARA MITIGAR AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	100

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Quadro 1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Órgão de Vinculação: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Departamento Penitenciário Nacional			
Denominação abreviada: DEPEN			
Código SIORG: 001956		Código LOA: 30.907	Código SIAFI: 30.907
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00394.494/0008-02	
Principal Atividade: Tem por finalidade proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro.			Código CNAE: N/A
Telefones/Fax de contato:	61-2025-3187	61-2025-3438	61-2025-3653
E-mail: depen@mj.gov.br			
Página na Internet: www.mj.gov.br/depen			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ministério da Justiça, Anexo II, sala 633, Brasília, DF. CEP: 70064-901			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<ul style="list-style-type: none">• Art. 71 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal.(UJ DEPEN);• Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994.(UJ FUNPEN).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
<ul style="list-style-type: none">• Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007.(UJ DEPEN);• Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994. (UJ FUNPEN).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
<ul style="list-style-type: none">• Portaria MJ nº 674, de 20 de março de 2008.(UJ DEPEN);• Portaria MJ nº 1.215, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 1º de setembro de 2009 (UJ/CORH).			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
200321	CEF – Departamento Penitenciário Nacional – CEF/DEPEN		
200323	Diretoria do Sistema Penitenciária Federal – DISPF/DEPEN		
200324	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DIRPP/DEPEN		
200332	Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN		
200333	Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN		
200325	Coordenação de Recursos Humanos - DEPEN – CORH/DEPEN		
200600	Penitenciária Federal em Campo Grande – PFCG		
200601	Penitenciária Federal em Catanduvas – PFCAT		
200602	Penitenciária Federal em Mossoró – PFMOS		
200603	Penitenciária Federal em Porto Velho - PFPV		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
200321	00001 - Tesouro		
200323	00001 - Tesouro		
200324	00001 - Tesouro		
200332	00001 - Tesouro		
200333	00001 - Tesouro		
200325	00001 - Tesouro		
200600	00001 - Tesouro		
200601	00001 - Tesouro		
200602	00001 - Tesouro		
200603	00001 - Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200321	00001		

200323	00001
200324	00001
200332	00001
200333	00001
200325	00001
200600 ¹	00001
200601 ¹	00001
200602 ¹	00001
200603 ¹	00001

¹ As Unidades Gestoras 200600, 200601, 200602 e 200603 foram instituídas no mês de julho de 2010, Portaria DEPEN nº 139/2010, visando a desconcentração dos procedimentos relacionados à execução de recursos do Departamento Penitenciário Nacional pelos Estabelecimentos Penais Federais, de modo a propiciar uma maior autonomia, celeridade e eficiência na condução da atividade administrativa local.

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

O Fundo Penitenciário Nacional foi criado pela Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, com a finalidade de proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro. O FUNPEN encontra regulamentação no Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994, sendo o Departamento Penitenciário Nacional o seu gestor responsável.

Essencialmente, o Fundo é constituído com recursos provenientes da arrecadação dos concursos de prognósticos, recursos confiscados ou provenientes da alienação dos bens perdidos em favor da União Federal, multas decorrentes de sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado, fianças quebradas ou perdidas, e rendimentos decorrentes da aplicação de seu patrimônio.

Os recursos consignados ao Fundo são aplicados em construção, reforma, ampliação de estabelecimentos penais; formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço penitenciário; aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados imprescindíveis ao funcionamento dos estabelecimentos penais; formação educacional e cultural do preso e do internado; programas de assistência jurídica aos presos e internados carentes; e demais ações que visam o aprimoramento do sistema penitenciário em âmbito nacional. Outra destinação legal dos recursos do Fundo é custear seu próprio funcionamento.

O FUNPEN tem sob sua responsabilidade a execução do Programa 2070 – Segurança Pública com Cidadania, previsto no Plano Plurianual 2012/2015. Este Programa é composto por ações que buscam a geração de vagas; o aprimoramento tecnológico dos estabelecimentos penais; o tratamento penitenciário adequado e digno ao apenado, internado e egresso do sistema com a sua posterior reintegração à sociedade.

O Programa, em 2012, foi composto pelas seguintes ações orçamentárias:

2526 - Apoio a projetos de capacitação e valorização do servidor penitenciário das unidades da federação;

8130 - Pesquisa e produção de dados sobre o sistema penitenciário e a execução penal;

2730 - Política nacional de alternativas penais;

2314 - Apoio a projetos de reintegração social do preso, internado e egresso;

8916 - Modernização e aparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da federação;

3908 - Integração e modernização dos sistemas de informações penitenciárias;

20R8 - Apoio à implantação do instituto da liberdade vigiada por meio de monitoramento eletrônico

Diretoria do Sistema Penitenciário Federal:

2316 - Serviço Penitenciário Federal;

116S - Adequação física de penitenciárias federais;

20RA - Modernização e aparelhamento do sistema penitenciário federal;

10M1 - Construção da Quinta Penitenciária Federal;

10D3 - Implantação Do Sistema De Inteligência Penitenciária Federal.

Diretoria Executiva:

2000 - Administração da Unidade;

4572 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.

Ouvidoria:

8913 - Fomento a práticas de controle social e transparência na execução penal.

A implementação de parte das ações do Programa 2070 em 2012, ocorreu com aporte de recursos previstos na LOA mais Créditos Adicionais, com fontes do FUNPEN, Unidade Orçamentária 30907, totalizando R\$ 396.079.166,27 (Trezentos e Noventa e Seis milhões, setenta e nove mil, cento e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), o qual será detalhado no decorrer do presente relatório.

2. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN está estruturado conforme as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 21/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

Cumprir mencionar que o Relatório de Gestão do DEPEN, é concebido tendo em vista a utilização de recursos provenientes das fontes do FUNPEN, excluindo a fonte 100, do tesouro Nacional, consignados na Lei de orçamento anual à Unidade Orçamentária 30907.

Os itens 3.3, 5.5, 5.6, 11.3 a 11.5 da parte A e 1, 2, 4 a 15, 17 a 30, 32 a 37 e 39 a 47 da parte B e a parte C do anexo II da DN TCU nº 119/2012 N/Am à natureza jurídica da UJ.

Os itens 3, 5.1, 12.3, 16, 19 não ocorreram no período.

Quanto aos itens 1.3, 1.4, 1.6, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 3.4, 3.5, 7.2, 9.1, 9.2, 10.1, 10.2 compreendem atos de gestão que foram informados no Relatório de gestão do DEPEN, por fim em relação aos itens 8.1, informamos que os itens constarão no Relatório de Gestão da Secretaria executiva do Ministério da Justiça.

Cumprir ainda esclarecer que quanto ao item de Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados, as informações relativas ao tópico contam no Relatório de Gestão da UJ Departamento Penitenciário Nacional.

Informamos ainda que não ocorreram no período ações de publicidade e propaganda, bem como não ocorreu o pagamento de consultores na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais (item 16 da parte b do anexo ii da dn 119/2012).

Além de não haver projeto ou programa, no âmbito do DEPEN, apoiado com recursos externos.

As principais gestões da UJ estão dispostas nos quadros relacionados à execução orçamentária e financeira do relatório, dentre as quais destacam-se:

Foram firmados 10 (dez Convênios), que beneficiaram 09 (nove) Unidades Federadas, para implantação de serviços de acompanhamento de alternativas penais em 25 (vinte e cinco) Municípios, beneficiando 18.935 (dezoito mil novecentas e trinta e cinco pessoas), para tanto, serão repassados R\$ 3.638.281,60 (três milhões seiscientos e trinta e oito mil duzentos e oitenta e um reais e sessenta centavos).

A realização dos três Workshops Regionais sobre Alternativas Penais.

A atualização do Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça.

Aquisição de 63 veículos a um valor total de R\$ 7.348.500,00 o que retornará em uma melhoria significativa no transporte dos internos nas mais diferentes demandas, como audiências e transferências, além de conferir maior segurança à população, aos custodiados e agentes públicos. Informamos que com os recursos da referida ação foram adquiridos Ressalta-se que todos os Estados foram contemplados.

Contratação de 16.631 vagas em estabelecimentos prisionais.

Houve, ainda, avanço na área de Saúde relacionado à autorização pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, através da Portaria 519, de 31 de outubro de 2012, de realização de concurso público para o provimento de cento e trinta e oito cargos do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça, destinados ao Departamento Penitenciário Nacional, sendo 100

destinados para Agentes Penitenciários Federais, 34 para Especialistas em Assistência Penitenciária, incluindo a abertura de 8 vagas para as habilitações de Médico Clínico e Psiquiatra, e 4 de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária.

O Projeto Visita Virtual e Videoconferência Judicial participou do Concurso Inovação da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP/MPOG e foi classificado em 2012 entre os dez melhores, já sendo considerado vencedor, aguardando apenas o resultado final de classificação, o qual está previsto para março de 2013.

Ampliou por meio de visitas locais e por videoconferência a fiscalização do cumprimento das normativas legais de execução penal do Sistema Penitenciário Federal.

Capacitação e articulação por meio do I Encontro Nacional dos Conselhos da Comunidade, encontros estaduais de conselhos da comunidade e de eventos em parceria com o Ministério da Saúde (Política sobre Tuberculose).

Implantação da Matriz Curricular de Formação dos Conselhos da Comunidade.

Articulação por meio de Reunião Nacional dos Conselhos Estaduais com definição de Plano de Trabalho.

Aparelhamento de (05) Escolas de Gestão Penitenciária, o que viabilizou o fechamento do ciclo de escolas instituídas, facultando, assim, a possibilidade daqueles estados da federação capacitar diretamente os seus agentes prisionais.

Reaparelhamento (06) Escolas de Gestão Penitenciária, que teve como objetivo atualizar e modernizar os equipamentos dessas Escolas numa tentativa de resguardá-las da obsolescência tecnológica, criando a devida ambientação dos locais de ensino e a possibilidade de aplicação de novas didáticas, como Educação à Distância, Seminários, Palestras, Grupos Focais, dentre outras e, com isso, conseguir atender as metas de capacitação necessárias.

Plena execução do I Curso de Especialização em Gestão em Saúde Prisional que contará com a participação de 388 (trezentos e oitenta e oito) cursistas oriundos das equipes habilitadas ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP).

Celebração de 19 convênios com as Unidades Federativas visando aparelhamento de oficinas permanentes de trabalho em 19 Unidades da Federação;

Alinhamento com o MEC para a celebração do Termo de Cooperação para disponibilização de vagas do Pronatec para os sistemas prisionais estaduais.

Celebração de convênios com 13 Unidades da Federação, para a implantação de 29 Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil.

Cobertura do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário ampliada para aproximadamente 40%.

Inserção da população carcerária no Programa Nacional de Imunizações, com a disponibilização de 500 mil vacinas.

Experiência de acompanhamento da Monitoração Eletrônica de pessoas indiciadas em inquérito da Superintendência da Polícia Federal, no estado do Maranhão.

Experiência de Implantação de sistema de monitoração eletrônica em pessoas indiciadas em inquérito.

Operações de Revista Eletrônica (varredura), realizadas em unidades prisionais, em apoio e cooperação aos sistemas prisionais estaduais.

Participação nas Atividades de Inteligência da agência de enfrentamento ao crime organizado no estado de São Paulo.

Encerrou o ano de 2012, custodiando 417 presos de alta periculosidade, por meio das Penitenciárias Federais, dentre eles, líderes de facções criminosas e os principais traficantes do país, oriundos de sistemas prisionais estaduais e para tanto, realizou 601 escoltas de presos no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, envolvendo o seu efetivo de Agentes Penitenciários Federais.

3. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

3.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

3.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 3.1.1.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2070			
Título	Segurança Pública com Cidadania			
Órgão Responsável	Departamento Penitenciário Nacional			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	311.000.000,00	666.766.910,00	405.368.577,00	
b) Outras Fontes	0,00	0,00		
c) Subtotais (a + b)	0,00	0,00		
d) Valor Global Previsto no PPA			716.368.512,00	
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
396.079.166,27	25.757.934,66	0,00	370.364.588,20	25.714.577,97
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0831	Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate o crime organizado.	Departamento Penitenciário Nacional		

3.1.1.2 Análise Crítica

O desenvolvimento das atividades do Departamento demonstrou a articulação e o desempenho satisfatório visto que a expectativa de execução orçamentária do Fundo Penitenciário Nacional foi superada, principalmente no que tange à criação de vagas no sistema penitenciário nacional.

Inicialmente previa-se a criação de 6680 vagas, contando com um orçamento da ordem de duzentos milhões de reais. O DEPEN por sua vez, por meio da sucedida parceria com a Casa Civil da Presidência da República, formulou um novo escopo de projetos relacionados à construção de estabelecimentos penais com o denominado Programa Nacional de Apoio ao Sistema Penal, o qual possui monitoramento de atividades rigidamente estabelecido para o atingimento de metas.

Essa política até o mês de novembro, já havia se consolidado com o orçamento liberado inicialmente na Lei Orçamentária de 2012. Em meados de abril do mesmo ano, havia sido solicitado, por meio de Projeto de Lei, créditos adicionais para o Fundo Penitenciário Nacional, com utilização de Superávit Financeiro do fundo, na ordem de duzentos e cinquenta milhões de reais.

Dessa forma, em 19 de dezembro de 2012, com a autorização para utilização dos recursos, o FUNPEN, expandiu para um total de 16.631 vagas a serem criadas com os recursos descentralizados à CAIXA, para formalização de Contratos de Repasse junto aos Estados visando a construções.

Relaciona-se ainda ao programa nacional, o apoio aos estabelecimentos penais, com viaturas, aparelhamento às unidades materno-infantis, bem como a ênfase nos processos de

reinserção social de presos, com a criação de oficinas laborais e apoio às escolas penitenciárias estaduais, que atuam na capacitação de servidores penitenciários.

3.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 3.1.2.1 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0831					
Descrição	Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.					
Programa	2070 - Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
			0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Apoiar no mínimo 20% das vagas geradas no sistema carcerário pelas unidades da federação	Percentual	20	24	200.040.000	360.040.000,00
2	Aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão	Não Quantificável				
3	Implantar o instituto da liberdade vigiada por meio do monitoramento eletrônico	Não Quantificável				
4	Implantar o Sistema Nacional de Alternativas Penais	Não Quantificável				
5	Implementar mecanismo de mensuração da reiteração criminosa no Brasil	Não Quantificável				
6	Reduzir o déficit carcerário em 8%	Percentual	- 8%	+1%	200.040.000	360.040.000,00

3.1.2.2 Análise Crítica

Por ordem, informamos que o Departamento Penitenciário Nacional apoiou com recursos do Fundo Penitenciário Nacional a geração de 3296 novas vagas em estabelecimentos prisionais, isto representa 24% do total de vagas geradas no país em 2012 (13661 novas vagas), ocorrendo uma superação de 4% em relação à meta inicialmente prevista.

Quanto ao aumento do número de presídios femininos, informamos que no tocante à questão de gênero, estabeleceu-se em 2012, o projeto "Efetivação dos Direitos da Mulher no Sistema Penal, para coordenar articulações com órgãos federais, estaduais e sociedade civil, sistematizar demandas do encarceramento feminino e lançar, no início de 2013, a primeira parte da Política Nacional que tratará de temas como: a maternidade na prisão, arquitetura prisional, alterações legislativas, banco de dados com recorde em gênero, entre outros.

A Meta será quantificável após os estudos previstos no âmbito deste projeto. Outrossim, ao final de 2013 será possível apontar quantas vagas em estabelecimentos penais femininos serão geradas pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. As novas vagas atenderão aos dispositivos das normas citadas nas informações básicas da meta.

Com respeito à implantação do Instituto da Liberdade Vigiada, Realizou-se estudo preliminar composto por levantamento do panorama mundial e nacional, mapeamento das experiências no Brasil, visitas aos Estados (RJ, SP e PE) e elaboração de relatório e nota técnica. A

perspectiva para 2013 é iniciar a implantação do instituto da liberdade vigiada por meio de monitoramento eletrônico em duas Unidades da Federação, que servirão como teste do projeto referência elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional.

A Implantação do Sistema Nacional de Alternativas Penais, envolveu em 2012, a realização de 3 Workshops Regionais, com a participação de 127 especialistas, além dos trabalhos do "Grupos de Trabalhos de Apoio às Alternativas Penais", composto por 15 estudiosos do tema, resultando nas diretrizes para a política e na reestruturação do modelo de centrais de acompanhamento das penas e medidas alternativas. Foram ainda aprovadas 10 propostas de convênio para atender 18.935 pessoas, com investimento previsto superior a R\$ 3,5 milhões de reais. É importante ressaltar também os trabalhos realizados no âmbito do Acordo para Melhoria do Sistema Prisional Brasileiro: formalização do Sistema por meio de projeto de lei; e, estudo do fluxo de aplicação das alternativas penais entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo. A perspectiva para 2013 é a continuação dos esforços para tornar o Sistema uma realidade.

O Departamento Penitenciário Nacional elegeu como indicador global de desempenho das políticas de melhoria do sistema prisional a mensuração da reiteração criminosa no Brasil. O mecanismo permitirá a aferição dos resultados da reintegração social da pessoa privada de liberdade, possibilitando a melhor avaliação das políticas e projetos realizados nesta área.

Os trabalhos estão em andamento para em conjunto com o Poder Judiciário criar mecanismo que permita a coleta dos dados que permitirão a medição deste indicador. O cronograma estimado aponta como prazo final para implantação o final do ano de 2014.

3.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
 Quadro 3.1.3.1 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03E2					
Descrição	Aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da federação					
Objetivo	0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	17.030.000,00	9.415.769,21	850.000,80	0,00	8.565.768,41	850.000,80
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estabelecimento público apoiado	unidade	54	87	17.030.000,00	9.415.769,21

Quadro 3.1.3.2 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03E3					
Descrição	Capacitação e valorização do servidor penitenciário das unidades da federação					
Objetivo	0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	3.700.000,00	3.611.114,08	432.464,67	0,00	3.178.649,41	421.486,95
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Serviço apoiado	unidade	37	17	3.700.000,00	3.611.114,08

Quadro 3.1.3.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03E4					
Descrição	Consolidação do Sistema Penitenciário Federal					
Objetivo	0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
72.350.000,00	63.940.000,00	23.746.718,26	16.963.001,80	0,00	5.822.643,46	16.930.622,83
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Preso Mantido	Unidade	832	599	21.774.248,91	21.774.248,91
2	Obra Concluída	Unidade	4	1	1.590.000,00	419.750,58
3	Obra concluída	percentual de execução física	1	1	20.990,00	20.990,00
4	Sistema implantado	percentual de implantação	100	0	0	0
5	Projeto implantado	unidade	1	1	1.531.719,77	1.531.719,77

Quadro 3.1.3.4 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03E5					
Descrição	Contribuir para a manutenção das Casas Abrigo, que integram a rede especializada de atendimento às mulheres em situação de violência, visando ao fortalecimento da rede e ampliação do atendimento às mulheres nesta situação					
Objetivo	0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Sem Previsão de Utilização de Recursos						

Quadro 3.1.3.5 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03E6					
Descrição	Estruturação da política voltada à efetivação dos direitos da mulher encarcerada					
Objetivo	0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Sem Previsão de Utilização de Recursos						

Quadro 3.1.3.6 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03E7					
Descrição	Fomento a práticas de controle social e transparência na execução penal					
Objetivo	0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.502.000,00	1.502.000,00	611.562,37	230.810,41	0,00	380.751,96	230.810,41
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado	unidade	51	26	611.562,37	611.562,37

Quadro 3.1.3.7 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03E9					
Descrição	Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas					
Objetivo	0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
247.525.299,00	498.325.299,00	367.560.391,77	2.644.929,02	0,00	364.915.462,75	2.644.929,02
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vaga contratada	unidade	6668	16.631	200.040.000,00	341.651.252,00
2	Estudo Publicado	Unidade	4	2	954.189,22	954.189,22
3	Unidade da Federação apoiada	unidade	1	0	3.800.450,00	0,00
4	Política estabelecida	unidade	15	25	4.907.550,00	4.694.602,55

Quadro 3.1.3.8 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03EB					
Descrição	Integração e modernização dos sistemas de informações penitenciárias					
Objetivo	0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000,00	50.000,00	15.692,40	13.254,75	0,00	2.437,65	13.254,75
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implementado	% de execução física	19	0	15.692,40	15.692,40

Quadro 3.1.3.9 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03ED					
Descrição	Reintegração social do preso, internado e egresso.					
Objetivo	0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	6.900.000,00	6.381.807,38	501.831,08	0,00	5.779.976,30	501.831,08
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Serviço apoiado	unidade	69	86	6.900.000,00	6.381.807,38

3.1.3.1 Análise Crítica

As análises críticas estão dispostas nas ações orçamentárias, no tópico 5.1.4 abaixo, por serem as iniciativas diretamente relacionadas às ações.

3.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 3.1.4.1 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	10D3					
Descrição	Implantação do Sistema de Inteligência Penitenciária Federal					
Iniciativa	03E4 - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	percentual de implantação	100	0	0	0

A implementação de um Sistema de Inteligência vem requerendo esforços internos para a sua consolidação. Inicialmente, a estratégia era a aquisição de um sistema existente, porém vem sendo modificada por soluções desenvolvidas internamente. O recurso inicialmente previsto para a ação foi remanejado visando atender outras ações prioritárias do órgão, inclusive com remanejamento para ação de capacitação, a qual, porém, só foi autorizada nas últimas semanas do exercício de 2012, dessa forma, aliada às restrições de limite de empenho que vem sendo uma realidade não foi possível executar os recursos previstos na ação.

Quadro 3.1.4.2 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	10M1					
Descrição	Construção da Quinta Penitenciária Federal					
Iniciativa	03E4 - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
31.050.000,00	9.000.000,00	20.990,00	0,00	0,00	20.990,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra concluída	percentual de execução física	1	1	20.990,00	20.990,00

O projeto para construção da Quinta Penitenciária Federal passa por estudos de adequação quanto à nova metodologia de construção de presídios do Departamento Penitenciário Nacional. A utilização dos recursos no exercício de 2012, em razão de questões de projeto, restringiu-se ao pagamento de taxa de licenciamento ambiental, indispensáveis à qualquer contratação de obra. Em decorrência dessa situação foi feito remanejamento de recursos para outras ações orçamentárias do próprio FUNPEN, ensejando a reprogramação física e financeira da ação ficando de 30% para 1% e de R\$ 9.000.000,00 para R\$ 20.990,00, respectivamente. A eficácia em relação à LOA ficou em 3,33% e em relação ao limite de empenho ficou em 100%, portanto, é possível concluir como positiva a gestão dos recursos disponíveis.

Quadro 3.1.4.3 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	116S					
Descrição	Adequação Física de Penitenciárias Federais					
Iniciativa	03E4 - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	1.590.000,00	419.750,58	419.750,58	0,00	0,00	419.750,58
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra Concluída	Unidade	4	1	1.590.000,00	419.750,58

Com o limite disponível, foi possível a conclusão da obra relacionada à perfuração de poço artesiano profundo na Penitenciária Federal em Mossoró/RN, para fornecimento de água à referida unidade penal.

Quadro 3.1.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2316					
Descrição	Serviço Penitenciário Federal					
Iniciativa	03E4 - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
31.000.000,00	31.000.000,00	21.774.248,91	15.951.605,45	32.378,97	5.822.643,46	15.919.226,48
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Preso Mantido	Unidade	832	599	21.774.248,91	21.774.248,91

Na gestão dos recursos provenientes da ação 2316, podemos elencar por área de atuação, no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, as seguintes realizações:

Tratamento Penitenciário:

Foram fomentadas as tratativas com o Ministério da Educação, buscando o fortalecimento da Assistência Educacional no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, após a inserção no Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional;

Destaca-se que houve grande avanço no cumprimento do Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional – PEESP, instituído pelo Decreto 7.626, de 24 de novembro de 2011, no que tange a implantação de educação profissionalizante nas Penitenciárias Federais, com a inserção do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na

Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na formação inicial e continuada integrada com o ensino fundamental - ProejaFic do Ministério da Educação;

No que tange a educação formal no âmbito do Sistema Penitenciário Federal cumpre informar que houve a celebração de Acordos de Cooperação com as Secretarias Estaduais de Educação, ocorrendo, assim, o aprofundamento dessas parcerias com a execução de outras ações, como por exemplo, o Enem 2012, no qual houve a participação de 66 presos;

Já em relação à educação não-formal foi institucionalizado o Projeto Remição pela Leitura, por meio da edição da Portaria Conjunta DEPEN/CJF nº 276, de 20 de junho de 2012, ocorrendo assim maior inclusão de presos no referido projeto;

Grande avanço nas aquisições de materiais/equipamentos destinados às áreas de reabilitação e saúde dos estabelecimentos penais federais, havendo a conclusão de praticamente todos os processos licitatórios desta Coordenação-Geral;

Deu continuidade as tratativas com o Ministério da Saúde, buscando o fortalecimento da Assistência à Saúde no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, após a inserção do Sistema Penitenciário Federal no Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário;

Houve, ainda, avanço na área de Saúde relacionado à autorização pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, através da Portaria 519, de 31 de outubro de 2012, de realização de concurso público para o provimento de cento e trinta e oito cargos do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça, destinados ao Departamento Penitenciário Nacional, sendo 100 destinados para Agentes Penitenciários Federais, 34 para Especialistas em Assistência Penitenciária, incluindo a abertura de 8 vagas para as habilitações de Médico Clínico e Psiquiatra, e 4 de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária;

O Projeto Visita Virtual e Videoconferência Judicial participou do Concurso Inovação da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP/MPOG e foi classificado em 2012 entre os dez melhores, já sendo considerado vencedor, aguardando apenas o resultado final de classificação, o qual está previsto para março de 2013;

Ampliou por meio de visitas locais e por videoconferência a fiscalização do cumprimento das normativas legais de execução penal do Sistema Penitenciário Federal;

Participou do III Workshop do Sistema Penitenciário Federal;

Deu continuidade a prestação de assistência religiosa aos presos do Sistema Penitenciário Federal;

Concluiu os processos licitatórios para as Penitenciárias Federais referentes à aquisição de: Medicamentos para as 04 Unidades (08016.004200/2012-16); Materiais Escolares (08016.001218/2012-66); Materiais de Terapia Ocupacional (08016.000687/2011-87); Filmes em DVD (08016.001783/2010-61); Livros de Leitura, incluindo a demanda do Projeto Remição pela Leitura (08016.006182/2011-26); Algemas de Tornozelos destinadas à execução do Projeto Visita Virtual (0816.005708/2011-51); Materiais Esportivos e Recreativos (08016.005924/2012-87), dentre outras aquisições como, por exemplo, de selos postais para as quatro Penitenciárias Federais. Registra-se, ainda, o recebimento de doações de 300 bolas de futebol de salão/futsal e 50 jogos de damas pelo Ministério do Esporte e de cerca de 350 Bíblias doadas por particular.

Inclusão, Remoção e Classificação:

A principio é importante registrar o quadro de vagas ocupadas pelos presos do Sistema Penitenciário Federal:

Sigla	Solicitadas	Autorizadas	Utilizadas	Ocupadas	Sem Efeito	Disponíveis	Presos Devolvidos
AC	15	15	13	7	0	2	6
AL	89	88	64	27	4	20	37
AM	67	67	58	8	2	7	50
AP	2	2	2	2	0	0	0
BA	12	12	11	3	1	0	8
CE	51	50	50	27	1	-1	23
DF	7	7	7	7	0	0	0
ES	35	35	34	26	0	1	8
GO	28	26	28	3	0	-2	25
MA	41	41	36	27	0	5	9
MG	47	47	29	4	18	0	25
MS	37	37	30	15	0	7	15
MT	29	29	28	6	0	1	22
PA	19	18	16	10	0	2	6
PB	36	34	22	16	2	10	6
PE	15	15	15	5	0	0	10
PI	1	1	1	1	0	0	0
PR	129	129	124	28	0	5	96
RJ	147	147	147	94	0	0	53
RN	51	50	41	10	1	8	31
RO	124	124	118	54	1	5	64
RR	22	20	12	8	2	6	4
RS	8	8	7	2	0	1	5
SC	104	104	68	52	22	14	16
SP	7	7	6	5	0	1	1
TO	39	39	29	2	0	10	27
Total	1162	1152	996	449	54	102	547

A principal atividade de segurança, e que envolve um grau maior de risco, são as atividades de escolta de presos, os quais pelo perfil do SPF, são de alta periculosidade.

As escoltas são realizadas pelos Agentes Penitenciários Federais, sendo que em algumas oportunidades é realizada com aeronaves disponibilizadas pelo Departamento de Polícia Federal ou Força Aérea Brasileira, sob coordenação da CGICR.

Em regra, onde não existe Penitenciária Federal, as Secretarias de Segurança Pública ou Secretarias de Administração Prisional dos Estados apóiam as escoltas terrestres em sua respectiva localidade.

Comumente as remoções são realizadas em vôos comerciais, no entanto, dependendo do grau de periculosidade do preso ou da quantidade de apenados a serem removidos, é solicitada a disponibilidade de aeronave para transporte dos mesmos à Força Aérea Brasileira – FAB ou à Coordenação de Aviação Operacional – CAOP da Polícia Federal, nesses casos, são realizados destaques orçamentários visando cobrir com os custos operacionais. Registre-se que em algumas poucas remoções o Governo Estadual também disponibilizou aeronave para transporte de presos.

A tabela abaixo demonstra o número de movimentações realizadas do exercício de 2012, bem como a quantidade de presos recambiados:

	Inclusões no SPF		Devoluções às Origens		Audiências Presenciais		Videokonferências Judiciais	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Quantidade	196	150	326	129	136	165	98	172
Valores Gastos	582.695,00	414.473,70	716.768,63	499.280,27	1.100.658,00	857.965,47	94.223,81	104.220,60

Do quadro acima, destaca-se a atual gestão de movimentação de presos, de onde são perceptíveis a evolução proporcional do número de vídeo conferência judicial e a grande economia gerada com essa ferramenta. Segundo dados acima, essa tende a crescer, gerando satisfatórios resultados de economia de gastos públicos, bem como, a diminuição do risco sofrido pelos agentes públicos e presos nas conduções pessoais em juízo.

Importante destacar que nem todas as vagas são deferidas, uma vez que algumas são indeferidas pela Coordenação-Geral de Informação e Inteligência Penitenciária – CGIN, após análise do perfil do preso, e outras após análise dos Juízes Federais Corregedores.

Embora hoje a população carcerária ativa perfaça o total de 480 presos, já passaram pelos presídios federais, no atual exercício, outros 129 presos, que retornaram ao Estado de origem ou receberam alvarás de solturas.

A reprogramação física da ação ocorreu pois o Sistema Penitenciário Federal-SPF cuja lotação máxima é de 832 presos, necessita separar 25 % de suas vagas para reserva técnica para situações emergenciais, tais como motins, rebeliões nos estados da federação, os quais necessitem por ventura de vagas para líderes de facções criminosas. Outro exemplo que podemos citar foram os recentes atentados contra policiais de São Paulo, onde determinados líderes do crime organizado foram conduzidos às Penitenciárias Federais. Por fim, o registro de 599 presos mantidos, resulta do número total de presos custodiados no SPF no período de 2012.

Inteligência Penitenciária Federal

Acompanhamento das atividades desenvolvidas nas quatro Penitenciárias Federais, utilizando o Monitoramento Central em Brasília-DF, quanto aos procedimentos de segurança adotados pela Portaria nº 304/2009 de 11 de novembro de 2009, visando o acompanhamento das atividades e comportamento dos presos, bem como a conduta dos profissionais e colaboradores do DEPEN no interior das penitenciárias federais;

Coleta, análise e compilação de relatórios diários sobre o funcionamento das Plataformas de Monitoramento das Penitenciárias Federais;

Coleta, análise, tratamento e difusão de Relatórios de Inteligência (RELINT) oriundos das Penitenciárias Federais;

Coleta e análise de RELINT oriundos de Agências de Inteligência externas;

Produção e difusão de conhecimentos no âmbito da CGIN;

Elaboração de Pedido de Busca (PB) às Agências de Inteligências Internas e Externas;

Análise e produção de conhecimento para subsidiar a CGICR/DISPF sobre a inclusão de presos no Sistema Penitenciário Federal;

Estudo e acompanhamento das principais facções criminosas do Brasil, no âmbito do SPF;

Tratativas para a ocupação da sala destinada ao DEPEN pela Diretoria do Sistema Brasileiro de Inteligência (DISBIN), localizada na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN);

Experiência de acompanhamento da Monitoração Eletrônica de pessoas indiciadas em inquérito da Superintendência da Polícia Federal, no estado do Maranhão;

Experiência de Implantação de sistema de monitoração eletrônica em pessoas indiciadas em inquérito da Delegacia da Polícia Federal, em Montes Claros/MG;

Operações de Revista Eletrônica (varredura), realizadas em unidades prisionais, em apoio em apoio aos sistemas prisionais estaduais;

Participação nas Atividades de Inteligência da agência de enfrentamento ao crime organizado no estado de São Paulo;

Capacitação de profissionais da Inteligência do Sistema Penitenciário Federal, no 4º Curso de Inteligência Penitenciária promovido pela Superintendência Geral de Inteligência do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro;

1º Encontro Nacional de Chefes de Organismo de Inteligência Prisional, realizado em Brasília-DF;

Readequação do espaço físico da CGIN, visando melhores condições de trabalho ao grupo de profissionais;

Encontros/Reuniões com os responsáveis pelas Áreas de Inteligência e Monitoramentos das penitenciárias federais;

Encontros com a Diretoria de Inteligência da SESGE/MJ, visando a inclusão do DEPEN no Planejamento Estratégico de Segurança para os Grandes Eventos;

Tratativas com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, visando a manifestação conjunta para a viabilização da alteração do decreto 93.872/86, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional (acesso a Verba sigilosa);

Participação em processo de análise de equipamentos para modernização do sistema prisional, por meio do Edital de Chamamento Público nº 08/2012 – CEGE/SESGE/MJ.

Quadro 3.1.4.5 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20RA					
Descrição	Modernização e Aparelhamento do Sistema Penitenciário Federal					
Iniciativa	03E4 - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	21.000.000,00	1.531.719,77	591.645,77	0,00	940.074,00	591.645,77
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto implantado	unidade	1	1	1.531.719,77	1.531.719,77

Programou-se com os recursos disponíveis, a aquisição de 06 novos veículos cela para o Sistema Penitenciário Federal, constituindo-se o principal projeto para ano de 2012 para essa ação. Com o recurso da mesma ação, foi possível ainda a aquisição de outros itens relacionados ao aparelhamento das unidades penais.

Quadro 3.1.4.6 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	8916					
Descrição	Modernização e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais das Unidades da Federação					
Iniciativa	03E2 Aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da federação					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	17.030.000,00	9.415.769,21	850.000,80	0,00	8.565.768,41	850.000,80
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estabelecimento público apoiado	unidade	54	87	17.030.000,00	9.415.769,21

A estratégia para o ano de 2012 se baseou em reaparelhar os órgãos de administração penitenciária por meio de aquisição direta de veículos cela, contemplando todos os entes federados e o Sistema Penitenciário Federal, bem como dar continuidade ao andamento dos convênios já formalizados, promovendo orientações para sua fiel execução.

Dessa forma, torna-se real a melhoria no transporte dos internos nas mais diferentes demandas, como audiências e transferências, além de conferir maior segurança à população, aos custodiados e agentes públicos. Informamos que com os recursos da referida ação foram adquiridos 63 veículos a um valor total de R\$ 7.348.500,00. Ressalta-se que todos os Estados foram contemplados. Além dessas aquisições, houve o cumprimento da execução de convênios de exercícios anteriores.

Ocorreu, contudo, falta de limite orçamentário para aquisição de um número maior de veículos, em benefício de mais unidades penais.

Além disso, foram destinados recursos da ação para aparelhamento de Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil em estabelecimento prisionais das Unidades da Federação (UF).

Quadro 3.1.4.7 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2526					
Descrição	Apoio a Projetos de Capacitação e Valorização do Servidor Penitenciário das Unidades da Federação					
Iniciativa	03E3 Capacitação e valorização do servidor penitenciário das unidades da federação					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	3.700.000,00	3.611.114,08	432.464,67	0,00	3.178.649,41	421.486,95
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Serviço apoiado	unidade	37	17	3.700.000,00	3.611.114,08

No exercício de 2012, buscou-se dar continuidade ao se gerenciar a ação de Capacitação em Serviços Penais com os seguintes objetivos estratégicos:

Aparelhamento de 05 (cinco) Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais nas Unidades da Federação que ainda não possuíam a referida estrutura, quais sejam Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso e Roraima. Buscou-se com tal iniciativa alcançar 100% de Unidades Federativas com Escolas de Gestão Penitenciária implementadas e aparelhadas;

Realização de um segundo Ciclo de Reparelhamento de Escolas de Gestão Penitenciária. Para 2012 foram contempladas 06 (seis) Escolas, que por motivos diversos não puderam ser reaparelhadas em 2011, sendo estas as dos Estados do Acre, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Tocantins;

Realização do 2º Encontro Nacional de Escolas de Gestão Penitenciária;

Apoio ao Curso de Formação de Agentes Penitenciários do Estado do Ceará;

Termo de Cooperação Técnica firmado, em 24 de setembro, com a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, visando à realização do I Curso de Especialização em Gestão em Saúde no Sistema Prisional;

Termo de Cooperação Técnica firmado em 22 de novembro com a Universidade Federal de Minas Gerais, tendo como objeto a realização de pesquisa com a finalidade de estabelecer a metodologia de construção do Observatório Nacional do Sistema Prisional - ONASP;

Termo de Cooperação Técnica firmado em 28 de novembro com a Universidade Federal de Minas Gerais, visando à realização de Projeto de Capacitação Continuada aos servidores que atuam no sistema prisional;

Institucionalização da Escola Nacional de Serviços Penais;

Acompanhamento dos Convênios vigentes.

No que tange ao aspecto físico da ação, era previsto na Ação Orçamentária o alcance da meta de 50 (cinquenta) “serviços apoiados”, tendo sido realizado de fato o apoio a 17 (dezessete). Originalmente, objetivava-se finalizar a política de implementação de Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais com o aparelhamento das 04 (quatro) Unidades Federativas restantes, além de serem ofertados pelo menos 46 (quarenta e seis) cursos de formação continuada aos servidores envolvidos na execução penal, utilizando plataformas de Ensino à Distância.

A política de implementação de Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais chegou ao resultado de 100% de Unidades Federativas com espaços dessa natureza, no entanto, a metodologia de oferta de cursos de formação foi alterada em razão da criação da Escola Nacional de Serviços Penais - ESPEN.

Anteriormente, a lógica era de formalização de convênios com as Unidades Federativas para a realização de cursos. Com a criação da ESPEN, a metodologia passou a ser o desenvolvimento dos cursos de capacitação visando a oferta direta das vagas a todas as Escolas Penitenciárias Estaduais. Desta forma, ao invés de se formalizar convênios com 23 (vinte e três) Unidades Federativas para a realização de 02 (dois) cursos de capacitação para cada, com a previsão de 2.000 (duas mil) vagas, foi firmado um Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Minas Gerais, visando o desenvolvimento de 04 (quatro) cursos para todas as Unidades, totalizando 10.000 (dez mil) vagas até 2014.

Quadro 3.1.4.8 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	8913					
Descrição	Fomento a Práticas de Controle Social e Transparência na Execução Penal					
Iniciativa	03E7 Fomento a práticas de controle social e transparência na execução penal					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.502.000,00	1.502.000,00	611.562,37	230.810,41	0,00	380.751,96	230.810,41
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado	unidade	51	26	611.562,37	611.562,37

No planejamento da referida ação buscou-se os seguintes objetivos:

Ampliar e qualificar a atuação da sociedade na execução penal, gerar capacidade de atuação em rede e de influenciar a política penitenciária.

Ampliar, agilizar e qualificar o atendimento dos Estados aos seus cidadãos no que for relacionado ao sistema prisional, gerar capacidade de atuação em rede e de influenciar a política penitenciária.

Elevar o patamar das condições de vida das pessoas aprisionadas no Brasil e fiscalizar o cumprimento das legislações, políticas e programas federais.

Promover maior efetividade no trato das demandas da OSPEN de forma a atender melhor a/o cidadão/ã, influenciar na tomada de decisão dos gestores penitenciários e possibilitar avaliação e planejamento da política pública.

Podemos elencar as seguintes principais realizações referentes à 2012:

Capacitação e articulação por meio do I Encontro Nacional dos Conselhos da Comunidade, encontros estaduais de conselhos da comunidade e de eventos em parceria com o Ministério da Saúde (Política sobre Tuberculose).

Implantação da Matriz Curricular de Formação dos Conselhos da Comunidade.

Articulação por meio de Reunião Nacional dos Conselhos Estaduais com definição de Plano de Trabalho.

Monitoramento in loco, articulado com órgãos federais, da política penitenciária em 12 UFs, com 53 estabelecimentos penitenciários inspecionados.

Estabelecido canal de diálogo e articulação com os atores do sistema de participação e controle social da execução penal.

Acompanhamento e articulação das questões referentes ao sistema prisional brasileiro nos organismos de Direitos Humanos nacionais e internacionais.

Proposta de Formulário de Inspeção Unificado e Indicador de Gestão com respeito aos Direitos Humanos por Estabelecimento Prisional (Pactuação no âmbito do Acordo de Cooperação).

Proposta de regulamentação da Revista nas Unidades (Pactuação no âmbito da Comissão Interinstitucional e do Acordo de Cooperação).

A respeito da execução física da ação se ressalta os seguintes resultados:

Fomento e fortalecimento de conselhos da comunidade, conselhos penitenciários estaduais e ouvidorias estaduais do sistema penitenciário contribuiu para a criação e articulação da Rede de Participação e Controle Social da Execução Penal, projeto de médio prazo que está em curso.

Melhoria da gestão da OSPEN também gerou impacto na melhoria da gestão do DEPEN e das Secretarias Estaduais responsáveis pela administração penitenciária.

Fortalecimento das ações de combate à tortura e violações de Direitos Humanos contribuindo para dar visibilidade a problemas sistêmicos no sistema prisional, gerando pressão para reversão desse quadro.

Quadro 3.1.4.9 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20R8					
Descrição	Apoio à Implantação do Instituto da Liberdade Vigada por meio de Monitoramento Eletrônico					
Iniciativa	03E9 Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.800.450,00	3.800.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Unidade da Federação apoiada	unidade	1	0	3.800.450,00	0,00
---	------------------------------	---------	---	---	--------------	------

Realizou-se estudo preliminar composto por levantamento do panorama mundial e nacional, mapeamento das experiências no Brasil, visitas aos Estados (RJ, SP e PE) e elaboração de relatório e nota técnica. A perspectiva para 2013 é iniciar a implantação do instituto da liberdade vigiada por meio de monitoramento eletrônico em duas Unidades da Federação, que servirão como teste do projeto referência elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional.

Quadro 3.1.4.10 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2730					
Descrição	Política Nacional de Alternativas Penais					
Iniciativa	03E9 Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.107.550,00	4.907.550,00	4.694.602,55	1.136.780,74	0,00	3.557.821,81	1.136.780,74
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Política estabelecida	unidade	15	25	4.907.550,00	4.694.602,55

Com o objetivo de consolidar o Sistema Nacional de Alternativas Penais, foram criados espaços de discussão para a definição das diretrizes da política de alternativas penais e das responsabilidades dos órgãos do Estado (Executivo/Judiciário/Ministério Público/Defensoria Pública) e da Sociedade Civil na implementação dessa política. Entre eles, destaca-se a constituição, por meio da Portaria nº 582, de 10 de dezembro de 2012, do Grupo de Trabalho de Apoio às Alternativas Penais, que reuniu especialistas na temática de alternativas penais para auxiliar o debate e o desenho da política pela CGPMA.

Outro lócus de debate da política foram os 03 Workshops Regionais que envolveram, em média, 150 atores engajados e atuantes neste tema de todos os estados do Brasil. Dentre os participantes estavam Juízes, Promotores, Defensores Públicos, Universidade, Sociedade Civil, Técnicos das Centrais de Penas e Medidas Alternativas, Secretarias de Estado, entidades que recebem cumpridores, entre outros.

Nos Workshops Regionais foram debatidos 08 temas e produzidos 24 documentos (oito de cada encontro); este material será sistematizado pelo GT de apoio às alternativas penais o que resultará em um documento final para apresentação e finalização no Encontro Nacional, previsto para 2013. Nesse encontro participarão os delegados escolhidos nos Workshops Regionais.

Por fim, ressalta-se a participação da CGPMA no Fórum “Termo de Cooperação para Modernização do Sistema Penitenciário” na realização das seguintes atividades: elaboração de documento sobre a importância de o Poder Executivo assumir a fiscalização das penas e medidas alternativas e das medidas cautelares; formação de grupo de trabalho com o CNJ composto por técnicos do Poder Executivo de alguns estados e de juízes e técnicos de varas Especializadas de Penas e Medidas Alternativas para desenho do fluxo de execução e fiscalização das penas e medidas alternativas; e participação na elaboração do ante-projeto de lei que institui o SINAPE – Sistema Nacional de Alternativas Penais, que define o novo escopo da política e as

responsabilidades dos Poderes do Estado e das instâncias do Poder Executivo na sua implementação.

No ano de 2012, no que se refere às transferências voluntárias de recursos, a Coordenação-Geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas – CGPMA buscou desenvolver dois tipos de projetos-piloto. O primeiro pretendeu implantar núcleos de apoio à justiça restaurativa junto ao Poder Executivo de duas Unidades Federativas, em parceria com a Secretaria de Reforma do Judiciário, para tanto foram previstos recursos no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão).

O outro projeto-piloto diz respeito à Implantação de núcleo de acompanhamento e fiscalização das medidas cautelares junto ao Poder Executivo de duas Unidades Federativas, neste caso, também foram previstos recursos no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão).

Outra proposta prevista para 2012, previu dar continuidade ao financiamento de implantação de estruturas de apoio aos presos provisórios e de estruturas de apoio à execução de penas e medidas alternativas, a proposta era transferir recursos, por meio de convênios para 8 Unidades Federadas com o fito de implantar estruturas de apoio à execução de penas e medidas alternativas e para os poderes executivos de 04 Unidades Federadas para implantação de estruturas de apoio aos presos provisórios.

Nota sobre a superação de metas:

O motivo da superação da meta deve-se ao sucesso das parcerias realizadas com Estados para apresentação das propostas de financiamento dos serviços de acompanhamento e fomento das alternativas penais.

Quadro 3.1.4.11 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	8130					
Descrição	Pesquisa e Produção de Dados sobre o Sistema Penitenciário e a Execução Penal					
Iniciativa	03E9 Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	1.000.000,00	954.189,22	304.213,46	0,00	649.975,76	304.213,46
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estudo Publicado	Unidade	4	2	954.189,22	954.189,22

Este Departamento buscou parcerias para elaboração de estudos e pesquisas na temática prisional, em especial no campo da saúde, educação e construção.

Foram firmados:

- Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Minas Gerais, objetivando a realização de pesquisa com a finalidade de estabelecer a metodologia de construção do Observatório Nacional do Sistema Prisional – ONASP;

- Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Minas Gerais, visando a realização de Projeto de Capacitação Continuada aos servidores que atuam no sistema prisional; e
- Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina, objetivando aferir, verificar e detalhar e validar insumos/composições a serem cadastrados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, para atendimento das construções do sistema penal.

Objetiva-se para o exercício de 2013, dar continuidade aos Termos de Cooperação Técnica formalizados em 2012, a fim de receber os produtos contratados na sua totalidade, como por exemplo, a realização do II Seminário sobre o Sistema Prisional Nacional em Maio de 2014.

Quadro 3.1.4.12 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	8914					
Descrição	Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Estaduais					
Iniciativa	03E9 Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
200.040.000,00	452.040.000,00	341.651.252,00	1.203.934,82	0,00	340.447.317,18	1.203.934,82
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vaga contratada	unidade	6668	16.631	200.040.000,00	341.651.252,00

O objetivo estratégico buscado no exercício de 2012 ao gerenciar e executar a ação é a redução do déficit de vagas em Penitenciárias Femininas e Cadeias Públicas Femininas e Masculinas.

Para o plano de ação referente ao exercício de 2012 viabilizou-se 02 (dois) Chamamentos Públicos, estabelecendo prazos à Unidade Federativa para apresentação de propostas; ao Depen/MJ para análise e aprovação das propostas; e à Caixa Econômica Federal para autorização da licitação.

O objetivo estratégico para o exercício de 2013 é a redução do déficit de vagas em Penitenciárias Femininas e Cadeias Públicas Femininas e Masculinas com a realização de Chamamentos Públicos para recepcionar propostas das Unidades Federativas, visando à contratação de mais 17.390 vagas.

Os principais problemas enfrentados foram: dificuldade de aprovação das propostas, devido à morosidade no atendimento das diligências pelas Unidades Federativas; falta de recursos humanos, bem limite orçamentário insuficiente para o empenho integral das propostas aprovadas no exercício de 2012.

A ação superou significativamente a meta estabelecida de 6.668 vagas para 16.631 vagas.

Quadro 3.1.4.13 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	3908					
Descrição	Integração e modernização dos Sistemas de Informações Penitenciárias					
Iniciativa	03EB Integração e modernização dos sistemas de informações penitenciárias					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.000.000,00	50.000,00	15.692,40	13.254,75	0,00	2.437,65	13.254,75
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implementado	% de execução física	19	0	15.692,40	15.692,40

A estratégia relacionada ao Sistema Nacional de Informação Penitenciária para o de 2012 foi a de descentralizar a gestão operacional do Sistema Nacional de Informação Penitenciária - INFOPEN e centralizar apenas informações estatísticas que subsidiem decisões políticas.

O plano de ação permanece idêntico ao do ano anterior. Os três convênios celebrados pela COINF/CGPAI/DIRPP/DEPEN/MJ, nos últimos exercícios, encontram-se em fase de execução. O planejamento da contratação da Solução de Tecnologia da Informação de Business Intelligence – BI com o intuito de integrar as bases de dados dos entes federativos aguarda impulso pela área técnica do MJ, a CGTI.

Quadro 3.1.4.14 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2314					
Descrição	Apoio a Projetos de Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso					
Iniciativa	03ED Reintegração social do preso, internado e egresso					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	6.900.000,00	6.381.807,38	501.831,08	0,00	5.779.976,30	501.831,08
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Serviço apoiado	unidade	69	86	6.900.000,00	6.381.807,38

Fortalecimento das ações de capacitação profissional e implementação de linhas de produção nos estabelecimentos penais beneficiados pelo PROCAP – Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes:

Aparelhamento de 67 (sessenta e sete) oficinas permanentes, nas áreas de construção civil, panificadora e confeitaria e corte e costura industrial;

Capacitação 1.800 (hum mil e oitocentos) reeducandos;

Oferecimento de vagas oriundas do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC/MEC aos cumpridores de penas dos sistemas penitenciários estaduais.

Fortalecimento nas ações de implementação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário – PNSSP, instituído pela Portaria Interministerial 1.777/2003 por intermédio das seguintes ações:

Fechamento do 1º e 2º Ciclo de Financiamento de Aparelhamento de Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil em prisões estaduais. Como resultado, foram financiados no ano de 2012, 29 Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil em 13 Unidades da Federação;

Realização de ciclos de debates e montagem de estratégia na área de saúde no sentido de sensibilizar as Unidades Federativas que não haviam aderido ao PNSSP ou que estivessem com dificuldades de executar as atividades;

Implementação do Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional, instituído pelo Decreto nº 7.626, de 24/11/2011, com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais.

Realização do III Seminário Nacional pela Educação nas Prisões, evento para 180 participantes e que foi realizado em conjunto com o MEC, com o objetivo de auxiliar as unidades federativas na elaboração dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões através de palestras e grupos de trabalho que tratavam de temas específicos.

Realização de 15 visitas técnicas nos seguintes estados (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, PA, PE, PI, RJ, RN, RR) com o escopo de tratar: da (não) execução da verba repassada pelo MEC; do fortalecimento do Programa Brasil Alfabetizado, da estruturação do Plano Estadual de Educação nas Prisões);

Recebimento de 26 Planos Estaduais de Educação nas Prisões (faltando apenas do AP);

Articulação para a Publicação da Resolução MEC/FNDE nº 44/2012, que trata do repasse de verba específica do Programa Brasil Alfabetizado;

Articulação para a Publicação da Resolução MEC/FNDE nº 48/2012, que trata do repasse de verba para a abertura de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos - EJA, com prioridade ao sistema prisional;

Elaboração de Expedientes em conjunto com o MEC (III Encontro Nacional, Plano Estadual de Educação nas Prisões, ENEM PPL Edição 2012)

Elaboração de Notas Técnicas em conjunto com o MEC (Ampliação do atendimento voltado à alfabetização de jovens adultos pelo Programa Brasil Alfabetizado e sobre a Remição da Pena pelo Estudo);

Publicação da Portaria Interministerial nº 2.281/2012, que institui Comissão com servidores do Ministério da Justiça e Ministério da Educação para analisar, monitorar e acompanhar os Planos Estaduais de Educação nas Prisões, de que trata o Decreto 7.626/2011;

Criação de Comitê Assessor para a aplicação do ENEM PPL, edição 2012;

Realização do ENEM PPL 2012 com a participação de 23.665 inscritos, contra 13.908 do ano de 2011.

O corpo de servidores destinado às ações de Reintegração Social é por demais reduzido, o que impede a realização de muitas atividades cujo resultado dependem exclusivamente de transferência de recursos;

O ano de 2012 foi marcado por perdas e transferências de servidores, estorvando a fluidez dos procedimentos ordinários, bem como as articulações com outras pastas.

O ano de 2012 também foi marcado pela alteração das chefias das Coordenações de Trabalho e Renda e de Assistência, Jurídica, Saúde e Social, fato que exigiu período de adaptação as novas temáticas e funções.

Destaca-se ainda, a celebração de um convênio com recursos oriundos de Emenda Parlamentar, na ordem de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Estes recursos foram destinados à um projeto análogo ao PROCAP, no Estado do Acre.

Em que pese às dificuldades apresentadas o Plano de Ação foi ajustado à capacidade de execução das atividades previstas, com destaque especialmente em função do empenho dos servidores responsáveis, que superou a execução orçamentária programada.

Fato importante de destacar é que muitas ações voltadas às áreas de: Assistência à Saúde, Trabalho e Renda e Educação foram incorporadas ao Plano de Ação, mesmo sem a previsão de recursos diretos do Ministério da Justiça. A articulação realizada com os Ministérios da Saúde e da Educação garantiu a utilização de recursos próprios daqueles Ministérios, bem como o desenvolvimento de ações em suas áreas de responsabilidade, dentre as quais destacam-se:

- Cartão Nacional do SUS;
- Inserção no Programa Nacional de Imunizações;
- Discussão sobre a distribuição dos Kits de medicamentos;
- Inserção da população carcerária no Programa da Rede Cegonha;
- Contribuição para o fortalecimento das ações intersetoriais dedicadas a programas de atendimento à pacientes que cumprem medidas de segurança e internação em HCTP.

Por fim, torna-se necessário esclarecer que houve um aumento significativo nos serviços apoiados em relação ao que se pretendia com o estipulado na meta. O resultado acima do esperado se deve particularmente à metodologia aplicada com a realização de diagnósticos prévios à celebração dos convênios, bem como à elaboração de pré-projetos, facilitando o desenvolvimento das ações por parte das Unidades Federativas.

3.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro 3.1.5.1 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		2112				
Título		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça				
Órgão Responsável		Departamento Penitenciário Nacional				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.500.000,00	6.430.000,00	5.096.458,80	4.121.642,13	0,00	974.816,67	4.121.642,13

FONTE: SIAFI

3.1.5.2 Análise Crítica

O Programa de Gestão executado no âmbito da UJ foi de essencial importância para a manutenção das despesas essenciais às rotinas administrativas do órgão, aliado ao implemento da ação de capacitação, que gerou um resultado de 110 servidores capacitados. Número que tenderá a crescer frente à crescente demanda nos próximos anos.

Outro aspecto positivo da execução do referido programa foi a descentralização de recursos para o Ministério do Planejamento que viabilizou a contratação de consultoria na área de projetos, que vem agregando muitos resultados para o escritório de projetos do DEPEN.

3.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro 3.1.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2000				
Descrição		Administração de Unidade				
Unidade Responsável		Departamento Penitenciário Nacional				
Unidade Orçamentária		30907 – Fundo Penitenciário Nacional				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.200.000,00	5.720.000,00	4.864.826,80	3.890.650,13	0,00	974.176,67	3.890.650,13

FONTE: SIAFI

3.1.6.2 Análise Crítica

Embora não exista a previsão de meta física para a referida ação cumpre salientar o seu papel essencial na manutenção das atividades administrativas do Departamento Penitenciário Nacional.

Foi factível a viabilização de pagamento de consultoria na área de projetos, passagens e diárias. Foi possível realizar despesas com eventos, bem como arcar com as cotas de despesas em contratos geridos diretamente pela Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, tais como transporte de mudanças, serviços de suporte em Tecnologia da Informação, dentre outros.

Quadro 5.1.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	Departamento Penitenciário Nacional					
Unidade Orçamentária	30907 – Fundo Penitenciário Nacional					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000,00	710.000,00	231.632,00	230.992,00	0,00	640,00	3.890.650,13
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Capacitado	Unidade	30	110	300.000,00	231.632,00

FONTE: SIAFI

Com os recursos disponíveis a estratégia inicial para execução da referida ação foi o dar prioridade aos cursos relacionados à área meio do Departamento, nas áreas de recursos humanos, recursos materiais, engenharia e convênios.

Informamos que a Ação 4752 foi inserida pela primeira oportunidade no orçamento da Unidade Orçamentária 30907, nesse sentido, por falta de parâmetros estimou-se o custo médio por servidor em R\$ 10.000,00, o que na prática não ocorreu, sendo próximo a R\$ 2.100,00 o custo médio real. Cumpre ressaltar que no exercício de 2012, a UO 30907 remanejou créditos de outras dotações, ampliando a dotação da ação em mais R\$ 400.000,00 os quais, porém, só foram publicados no dia 19 de dezembro de 2012, impossibilitando o planejamento das contratações pelo exiguo prazo de tempo, e também pela inexistência de limite orçamentário a utilizar.

3.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

3.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro 3.2.1.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundo Penitenciário Nacional	30907	200094

3.2.2 Programação de Despesas

3.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes	
			3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios	
			2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		54.660.000,00	60.500.000,00
	PLOA		54.660.000,00	60.500.000,00
	LOA		54.660.000,00	60.500.000,00
CRÉDITOS	Suplementares		12.330.000,00	4.150.000,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		-4.050.000,00	-8.150.000,00
Outras Operações			0,00	0,00-
Total			66.990.000,00	56.500.000,00

Fonte: SIAFI

3.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital	
			4 – Investimentos	
			Exercícios	
			2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		256.340.000,00	64.750.000,00
	PLOA		256.340.000,00	64.750.000,00
	LOA		256.340.000,00	64.750.000,00
CRÉDITOS	Suplementares		265.270.000,00	16.075.200,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	105.766.910,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		-30.550.000,00	-12.075.200,00
Outras Operações			0,00	0,00
Total			599.776.910,00	68.750.000,00

Fonte: SIAFI

3.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro 3.2.2.3.1 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	54.660.000,00	60.500.000,00	256.340.000,00	64.750.000,00	84.890.546,00	144.672.925,00	
	PLOA	54.660.000,00	60.500.000,00	256.340.000,00	64.750.000,00	84.890.546,00	144.672.925,00	
	LOA	54.660.000,00	60.500.000,00	256.340.000,00	64.750.000,00	84.890.546,00	144.672.925,00	
CRÉDITOS	Suplementares	12.330.000,00	4.150.000,00	265.270.000,00	16.075.200,00	0,00	0,00	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	105.766.910,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados	-4.050.000,00	-8.150.000,00	-30.550.000,00	-12.075.200,00	0,00	0,00	
Outras Operações	0,00	0,00-	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total		66.990.000,00	56.500.000,00	599.776.910,00	68.750.000,00	84.890.546,00	144.672.925,00	

Fonte: SIAFI e SIOP

5.2.2.4 Análise Crítica

Não ocorreram alterações relevantes entre os momentos de elaboração do PLOA de 2012 pela UO 30907. As alterações mais relevantes ocorreram no decorrer do exercício com as alterações orçamentárias, uma delas ressalta-se pelo valor autorizado de R\$ 250.000.000,00 para a ação prioritária 8914, visando a construção de estabelecimentos penais nos estados.

3.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes
		Concedente	Recebedora		3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200333	200005	14122211220000001	2.450.477,79
		200333	200005	14128207025260001	197.244,65
		200333	200005	14183207039080001	10.000,00
		200333	200005	14421207023140001	106.904,79
		200333	200005	14421207023160001	2.967.161,25
		200333	200005	14421207027300001	402.373,42
		200333	200005	14422207089130001	544.137,47
		200333	200334	14421207023160001	456.302,20
		Recebidos	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	200333	113601	14421207027300001	48.202,00
		200333	120046	14421207023160001	13.842,21
		200333	152370	14128207025260001	676.456,16
		200333	152370	14421207081300001	635.000,00
		200333	153163	14421207081300001	319.189,22
		200333	153254	14128207025260001	2.818,62
		200333	201013	14122211220000001	1.262.141,56
		200333	254420	14128207025260001	1.000.000,00
		Recebidos	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos
Movimentação Interna	Concedidos	200333	200321	14421207089140001	339.194.543,60
	Recebidos	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

No ano de 2011, ocorreram as seguintes movimentações internas (concedidas) referentes a despesas correntes:

- UG (200005) – Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça: ocorreu devido à necessidade de contratações de serviços terceirizados, serviços gráficos, dentre outras despesas.

- UG (200334) – Coordenação de Orçamento e Finanças da Polícia Federal DPF: descentralização de crédito visando cobrir despesas com o termo de cooperação entre o Departamento Penitenciário Nacional para ressarcimento por deslocamentos de presos do Sistema Penitenciário federal com aeronaves do Departamento de Polícia Federal.

Movimentações externas (concedidas) referentes a despesas correntes:

- UG (120046) – Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica: visou cobrir despesas com os deslocamentos por aeronave da Força Aérea Brasileira na inclusão e remoção de presos no Sistema Penitenciário Federal.
- UG (113601) – Termo de Cooperação com o Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, visando à realização de pesquisa sobre Penas e Medidas alternativas em âmbito nacional.
- UG (153163) – Termo de Cooperação com Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC para desenvolvimento da tabela de referência SINAPI-DEPEN;
- UG (152370) – Termo de Cooperação com a UFMG visando a produção e realização de cursos para atender os primeiros ciclos do Projeto de Capacitação Continuada aos servidores que atuam no sistema prisional na modalidade de educação a distância do Departamento Penitenciário Nacional, conforme Plano de Trabalho em anexo.
- UG (152370) – Termo de Cooperação Técnica com a UFMG tem por objeto a realização de pesquisa exploratória com vistas à formulação e implementação do Observatório Nacional do Sistema Prisional, a ser promovido entre 2012 e 2013.
- UG (201013) – Termo de Cooperação Técnica com a FIOCRUZ tem por objeto a realização do I Curso de Especialização em Gestão em Saúde no Sistema Prisional, com carga horária de 360 h/a, na modalidade de Educação à Distância – EaD
- UG (254420) – Destaque visando o pagamento de consultoria instalada no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional da área de projetos, licitado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Movimentação interna (concedida) referente a despesas de capital:

- UG (200005) – Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça: ocorreu devido à necessidade aquisições de estações de trabalho (informática).
- UG (200321) – UJ Caixa Econômica Federal – CEF/DEPEN: movimentação visando a formalização de contratos de repasse para construção de estabelecimentos penais.

A realização de programações recebidas pelo Departamento Penitenciário Nacional estão dispostas no relatório de gestão agregado ao presente relatório em razão da fonte de recursos ser do tesouro (fonte 100).

3.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

3.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

3.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro 3.2.4.1.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos

Valores em R\$ 1,00

Originários

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	23.826.096,39	28.946.531,73	10.366.979,04	20.528.319,17
a) Convite	0,00	264.514,50	0,00	264.514,50
b) Tomada de Preços	585.108,40	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	23.240.987,99	28.682.017,23	10.366.979,04	19.813.930,57
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	14.299.911,96	10.104.541,32	9.209.926,87	20.263.804,67
g) Dispensa	11.768.753,07	6.486.523,37	7.288.256,19	4.377.363,54
h) Inexigibilidade	2.531.158,89	3.618.017,95	1.921.670,68	995.289,04
3. Regime de Execução Especial	58.759,06	77.499,44	58.759,06	77.497,43
i) Suprimento de Fundos	58.759,06	77.499,44	58.759,06	77.497,43
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	2.885.791,65	0,00	2.885.791,65	2.885.791,65
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Diárias	2.885.791,65	2.487.706,37	2.885.791,65	2.885.791,65
5. Outros	355.006.288,00	49.611.722,75	3.190.803,17	1.108.974,03
6. Total (1+2+3+4+5)	396.079.166,27	88.740.295,24	25.714.577,97	44.786.889,52

Fonte: SIAFI GERENCIAL

3.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro 3.2.4.1.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
3. Outras Despesas Correntes	38.930.561,99	35.248.813,82	23.248.214,42	20.489.672,56	15.682.347,57	19.572.734,28	23.248.214,42	R\$15.676.079,54
39	23.225.719,49	20.152.026,26	14.601.786,84	13.065.323,07	8.623.932,65	7.086.703,19	14.601.786,84	13.065.323,07
41	5.772.393,42	4.069.232,61	459.428,66	246.802,60	5.312.964,76	3.822.430,01	459.428,66	246.802,60
33	3.199.922,67	2.742.820,64	2.682.990,03	2.364.302,81	516.932,64	378.866,77	2.682.990,03	2.363.953,87
Demais elementos do grupo	6.732.526,41	8.284.734,31	5.504.008,89	4.813.244,08	1.228.517,52	3.471.490,23	5.504.008,89	4.813.244,08
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos	357.148.604,28	55.979.187,79	2.466.363,55	9.483.911,24	354.682.240,73	46.495.276,55	2.466.363,55	9.483.911,24
42	347.881.526,53	43.365.590,95	1.454.967,20	299.846,78	346.426.559,33	43.065.744,17	1.454.967,20	299.846,78
51	1.025.857,98	1.215.423,58	419.750,58	0,00	606.107,40	1.215.423,58	419.750,58	0,00
52	8.241.219,77	11.398.173,26	591.645,77	9.184.064,46	7.649.574,00	2.214.108,80	591.645,77	9.184.064,46

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 4.2.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	348,94	0,00	348,94	0,00
2010	3.706,53	-3.231,53	475,00	0,00
...	4.055,47	-3.231,53	823,94	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	61.254.417,81	-5.664.952,02	26.813.709,59	28.775.756,20
2010	31.094.575,34	-7.324.052,30	23.714.152,02	56.371,02

Fonte:

SIAFI GERENCIAL

4.2.2 Análise Crítica

<i>Decreto Nº 7.654, DE 23 de Dezembro de 2011.</i>	<i>Altera o Decreto no 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente, e dá outras providências.</i>
<i>Decreto Nº 7.468, de 28 de abril de 2011.</i>	<i>Mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 que especifica, altera o parágrafo único do art. 68 do Decreto no 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e dá outras providências.</i>
<i>Decreto Nº 7.057 de 29 de dezembro de 2009.</i>	<i>Prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.</i>
<i>Decreto Nº 6.708, de 23 de dezembro de 2008</i>	<i>Prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos no exercício financeiro de 2007 e dá outras providências.</i>

Após o advento do Decreto Nº 7.654, DE 23 de Dezembro de 2011, os restos a pagar possuem validade na forma do “ § 2º Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3º., dessa forma os restos a pagar não processados dispostos na tabela estão em consonância com o mencionado Decreto.

Registra-se que o saldo de *restos a pagar processados* a pagar, referem-se a convênios e contratos de repasse relativos às edificações (construção, ampliação e reforma). Tendo em vista as diversas etapas deste tipo de projeto – liberação do terreno, obtenção da licença ambiental, elaboração do projeto executivo, licitação, adaptação do projeto, efetiva execução, intempéries climáticas, etc – o exercício no qual foi emitido o empenho é extrapolado. Normalmente, leva-se de

1 ano e meio a três anos para conclusão. Assim, a Unidade Gestora CEF/DEPEN possui um volume de restos a pagar muito alto.

O ciclo para liberação dos recursos financeiros para os convênios é composto de cinco fases (proposta, análise, aprovação, formalização e liberação). Estes convênios, em sua maioria, são firmados no final do exercício financeiro, tendo em vista inconsistências nas propostas apresentadas, restrições junto ao CAUC por parte dos convenientes e/ou falta de limite orçamentário. Assim, a Diretoria de Políticas Penitenciárias só consegue repassar os recursos financeiros nos exercícios subsequentes.

Outro fator a ser lavado em consideração é que as Notas Fiscais / Faturas de contratos continuados dos meses de dezembro só são pagas no exercício seguinte para que não haja antecipação de despesa por parte deste DEPEN.

Sobre restos a pagar, considere-se ainda que:

O DEPEN vem enfatizando o controle dos restos a pagar internamente, com o intuito de restringir ao máximo a probabilidade de inscrição de Restos a Pagar, bem como vem cancelando os Restos a Pagar em que sejam verificados a não adequação de permanência dos saldos;

Nota-se que os Restos a Pagar prejudicam sobremaneira a Execução Financeira, uma vez que os valores a serem pagos como Restos a Pagar, são abatidos do Limite Financeiro concedido pelo Ministério da Justiça. Contudo, este Departamento, tendo em vista executar a maioria de seu Orçamento através de Convênios para Construção, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais, que conforme citados anteriormente são processos demorados, não tem tido meios mais eficientes de executar seu orçamento sem que haja inscrição em restos a pagar.

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: DEPEN/DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS									
CNPJ: 00.394.494/0001-36					UG/GESTÃO: 200321/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
2	0304659-85/2009	Instituto de Administração Penitenciária do Acre	2.330.806,47	233.080,65	2.097.752,82	2.097.752,82	22/12/2009	29/05/2013	1
2	0343703-47/2010	Instituto de Administração Penitenciária do Acre	6.800.352,53	680.035,25	6.120.317,28	6.120.317,28	21/12/2010	23/06/2013	1
1	014/2009	Instituto de Administração Penitenciária do Acre	382.012,51	38.201,25	343.811,26	343.811,26	28/12/2009	28/10/2012	1
1	015/2009	Instituto de Administração Penitenciária do Acre	520.964,91	91.241,84	429.723,07	429.723,07	28/12/2009	28/12/2012	1

1	052/2009	Instituto de Administração Penitenciária do Acre	109.101,05	10.910,11	98.109,94	98.109,94	28/12/2009	25/03/2012	1
1	104/2010	Instituto de Administração Penitenciária do Acre	399.582,48	39.958,25	359.624,23	359.624,23	20/12/2010	09/07/2013	1
1	105/2010	Instituto de Administração Penitenciária do Acre	148.493,92	14.849,39	133.644,53	133.644,53	20/12/2010	11/07/2013	1
1	111/2010	Instituto de Administração Penitenciária do Acre	225.679,60	22.567,96	203.111,64	203.111,64	20/12/2010	15/09/2013	1
1	133/2010	Instituto de Administração Penitenciária do Acre	371.987,33	37.198,73	334.788,60	334.788,60	20/12/2010	20/12/2012	1
1	125/2011	Instituto de Administração Penitenciária do Acre	330.142,79	33.132,63	152.000,00	145.010,16	30/12/2011	03/08/2013	1
1	096/2012	Instituto de Administração Penitenciária do Acre	119.591,83	9.726,65	0,00	109.865,18	28/12/2012	28/06/2014	1

1	161/2012	Instituto de Administração Penitenciária do Acre	275.266,76	15.983,61	0,00	259.283,15	28/12/2012	28/06/2014	1
2	0243809-92/2007	Secretaria de Estado de Defesa Social de Alagoas	159.901,67	15.990,16	143.911,51	143.911,51	31/12/2007	30/01/2013	1
2	0264730-90/2008	Secretaria de Estado de Defesa Social de Alagoas	18.000.000,00	180.000,00	17.820.000,00	17.820.000,00	31/12/2008	29/06/2012	1
1	028/2007	Secretaria de Estado de Defesa Social de Alagoas	139.480,90	13.948,09	125.532,81	125.532,81	18/12/2007	18/12/2012	1
1	040/2008	Secretaria de Estado de Defesa Social de Alagoas	165.865,00	16.586,50	149.278,50	149.278,50	29/12/2008	30/04/2013	1
1	058/2009	Secretaria de Estado de Defesa Social de Alagoas	413.332,32	41.333,23	371.999,09	371.999,09	28/12/2009	02/03/2013	1
1	117/2010	Secretaria de Estado de Defesa Social de Alagoas	176.136,00	17.613,60	158.522,40	158.522,40	30/12/2010	23/12/2012	1

1	125/2010	Secretaria de Estado de Defesa Social de Alagoas	219.200,00	21.920,00	197.280,00	197.280,00	31/12/2010	31/12/2013	1
1	132/2010	Defensoria Pública Geral do Estado de Alagoas	440.252,00	44.403,20	395.848,80	395.848,80	30/12/2010	27/09/2013	1
1	100/2011	Secretaria de Estado de Defesa Social de Alagoas	113.584,50	11.358,45	102.226,05	102.226,05	29/12/2011	21/01/2013	1
1	118/2011	Secretaria de Estado de Defesa Social de Alagoas	692.131,30	69.213,13	622.918,17	622.918,17	30/12/2011	14/08/2013	1
1	018/2012	Superintendência Geral de Administração Penitenciária de Alagoas	246.371,20	12.359,49	0,00	234.011,71	26/11/2012	26/05/2014	1
1	124/2012	Superintendência Geral de Administração Penitenciária de Alagoas	362.999,67	32.999,67	0,00	330.000,00	27/12/2012	27/12/2014	1

2	0369381-05/2011	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas	8.052.979,30	805.297,93	7.247.681,37	7.247.681,37	28/12/2011	28/06/2013	1
1	013/2009	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas	148.483,23	14.854,43	133.628,80	133.628,80	28/12/2009	30/12/2012	1
1	040/2009	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas	434.064,92	43.406,49	390.658,43	390.658,43	21/12/2009	21/03/2012	1
1	053/2009	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas	555.454,95	55.545,95	499.909,00	499.909,00	21/12/2009	21/06/2012	1
1	101/2011	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas	116.196,77	16.196,77	100.000,00	100.000,00	29/12/2011	12/02/2014	1

1	130/2011	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas	123.407,90	13.407,90	110.000,00	110.000,00	29/12/2011	13/08/2013	1
1	136/2011	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas	155.625,00	15.562,50	140.062,50	140.062,50	29/12/2011	08/02/2014	1
2	0264782-24/2008	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá	1.595.413,47	159.541,34	1.435.872,13	1.435.872,13	24/11/2008	30/09/2012	1
2	0278190-63/2008	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá	1.335.059,39	315.781,13	1.019.278,26	1.019.278,26	31/12/2008	30/09/2012	1
1	108/2011	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá	111.196,48	11.196,48	100.000,00	100.000,00	29/12/2011	30/12/2013	1

1	140/2011	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá	129.921,83	19.921,83	110.000,00	110.000,00	29/12/2011	18/04/2013	1
1	102/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá	366.202,30	36.202,30	0,00	330.000,00	28/12/2012	28/12/2014	1
2	0176498-12/2005	Governo do Estado da Bahia	10.019.751,71	10.019.751,71	8.303.494,66	8.303.494,66	09/12/2005	21/07/2012	1
2	0231962-14/2007	Governo do Estado da Bahia	712.096,44	71.209,22	640.887,22	640.887,22	17/12/2007	06/06/2012	1
2	0232555-01/2007	Governo do Estado da Bahia	17.927.179,16	1.792.717,92	16.134.461,24	16.134.461,24	10/12/2007	11/10/2012	1
2	0246027-07/2007	Governo do Estado da Bahia	30.359.133,04	3.035.913,30	27.323.219,74	27.323.219,74	31/12/2007	08/03/2012	1
1	033/2008	Governo do Estado da Bahia	209.476,91	20.947,70	188.529,21	188.529,21	24/09/2008	26/03/2012	1
1	018/2009	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização da Bahia	389.085,00	39.190,00	349.895,00	349.895,00	28/12/2009	28/09/2012	1

1	119/2012	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização da Bahia	329.490,90	29.746,67	0,00	299.744,23	26/12/2012	26/06/2014	1
1	162/2012	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização da Bahia	218.687,42	11.154,90	0,00	207.532,52	27/12/2012	27/06/2014	1
1	310/2012	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização da Bahia	440.000,00	72.000,00	0,00	368.000,00	28/12/2012	28/06/2015	1
2	0238686-16/2007	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	2.775.648,24	416.347,24	2.359.301,00	2.359.301,00	28/12/2007	31/12/2012	1
2	0238687-20/2007	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	2.970.390,50	473.278,26	2.497.112,24	2.497.112,24	28/12/2007	31/12/2012	1
2	0295747-42/2009	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	18.969.820,42	204.000,21	18.765.820,21	18.765.820,21	23/11/2009	23/01/2012	1

2	776102/2012	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	24.209.169,21	6.209.169,21	0,00	18.000.000,00	27/12/2012	27/06/2015	1
2	776100/2012	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	30.523.947,03	15.463.947,03	0,00	15.060.000,00	27/12/2012	02/06/2015	1
1	027/2008	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	578.942,00	59.715,80	513.061,80	513.061,80	27/06/2008	27/06/2013	1
1	046/2009	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	162.200,00	22.672,72	139.527,28	139.527,28	21/12/2009	14/02/2012	1
1	047/2009	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	173.049,44	33.479,18	139.570,26	139.570,26	21/12/2009	21/05/2013	1
1	106/2010	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	172.105,50	17.210,55	154.894,95	154.894,95	20/12/2010	20/06/2013	1
1	112/2010	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	144.460,00	14.446,00	130.014,00	130.014,00	20/12/2010	25/03/2013	1

1	131/2010	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	302.900,00	34.800,00	268.100,00	268.100,00	20/12/2010	01/09/2013	1
1	134/2010	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	499.808,00	57.888,00	441.920,00	441.920,00	20/12/2010	01/09/2013	1
1	139/2010	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	292.000,00	34.800,00	257.200,00	257.200,00	20/12/2010	20/04/2013	1
1	144/2011	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	116.646,54	11.664,66	104.981,88	104.981,88	29/12/2011	23/08/2013	1
1	149/2011	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	7.154.999,94	71.550,00	7.083.449,94	7.083.449,94	28/12/2011	28/06/2013	1
1	111/2012	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	331.772,34	30.835,00	0,00	300.937,34	21/12/2012	21/12/2014	1
1	125/2012	Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará	194.150,69	19.415,06	0,00	174.735,63	26/12/2012	26/06/2014	1

3	007/2012	Defensoria Pública Geral da União	0,00	0,00	0,00	0,00	04/05/2012	04/05/2016	1
2	773996/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal	7.292.859,47	2.792.859,47	0,00	4.500.000,00	20/12/2012	30/10/2014	1
2	773997/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal	6.720.470,37	2.220.470,37	0,00	4.500.000,00	20/12/2012	30/10/2014	1
1	118/2007	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal	3.360.000,00	336.000,00	3.024.000,00	3.024.000,00	19/12/2007	19/03/2013	1
1	073/2009	ANIS - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gêneros	548.536,40	54.931,20	493.605,20	493.605,20	28/12/2009	08/12/2012	1

1	133/2011	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal	394.267,71	39.882,02	354.385,69	354.385,69	30/12/2011	13/02/2014	1
1	145/2011	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal	2.386.195,57	318.077,57	2.068.118,00	2.068.118,00	30/12/2011	31/01/2014	1
1	073/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal	364.379,45	35.542,77	0,00	328.836,68	28/12/2012	28/12/2014	1
1	128/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal	124.525,57	13.999,70	0,00	110.525,87	28/12/2012	28/06/2014	1

1	131/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal	201.611,03	15.940,00	0,00	185.671,03	28/12/2012	28/06/2014	1
1	030/2012	Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo	163.811,36	31.219,18	132.592,18	132.592,18	26/11/2012	20/11/2013	1
1	036/2006	Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo	909.461,03	90.947,00	818.514,03	818.514,03	22/12/2006	30/03/2012	1
1	003/2009	Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo	4.299.155,30	859.831,06	3.439.324,24	3.439.324,24	21/12/2009	21/04/2013	1
1	004/2009	Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo	4.946.740,00	989.348,00	3.957.392,00	3.957.392,00	21/12/2009	21/12/2012	1
1	109/2010	Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo	3.343.684,00	668.736,80	2.674.947,20	2.674.947,20	23/12/2010	23/12/2013	1
1	110/2010	Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo	1.557.000,00	311.400,00	1.245.600,00	1.245.600,00	23/12/2010	23/04/2013	1

1	119/2010	Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo	1.699.536,00	339.907,20	1.359.628,80	1.359.628,80	23/12/2010	23/12/2013	1
1	127/2011	Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo	101.201,88	20.240,38	80.961,50	80.961,50	28/12/2011	25/02/2013	1
1	030/2012	Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo	163.811,36	31.219,18	132.592,18	132.592,18	26/11/2012	20/11/2013	1
2	0232550-51/2007	Governo do Estado de Goiás	1.459.772,45	145.977,25	1.313.795,20	1.313.795,20	27/12/2007	30/03/2012	1
2	0232553-83/2007	Governo do Estado de Goiás	451.083,31	45.108,33	405.974,98	405.974,98	27/12/2007	30/04/2013	1
2	0232552-79/2007	Governo do Estado de Goiás	491.736,81	253.328,04	238.408,77	238.408,77	27/12/2007	30/04/2013	1
2	0232551-65/2007	Governo do Estado de Goiás	609.246,71	65.024,31	544.222,40	544.222,40	27/12/2007	30/04/2013	1
2	0279128-13/2008	Governo do Estado de Goiás	20.055.555,56	2.005.555,56	18.050.000,00	18.050.000,00	31/12/2008	30/06/2013	1
2	0268695-51/2008	Governo do Estado de Goiás	2.733.338,60	467.139,92	2.266.198,68	2.266.198,68	31/12/2008	30/04/2013	1
2	0303711-08/2009	Governo do Estado de Goiás	975.912,23	282.800,52	693.111,71	693.111,71	15/12/2009	31/01/2014	1

2	0300984-40/2009	Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás	20.049.000,00	150.000,00	19.899.000,00	19.899.000,00	15/12/2009	31/05/2013	1
2	0345447-84/2010	Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás	774.119,43	174.119,43	600.000,00	600.000,00	31/12/2010	31/03/2013	1
1	098/2007	Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás	1.553.535,55	155.353,56	1.398.181,99	1.398.181,99	18/12/2007	19/06/2012	1
1	099/2007	Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás	883.772,45	88.377,25	795.395,20	795.395,20	18/12/2007	19/06/2012	1
1	078/2008	Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás	169.079,72	16.907,98	152.171,74	152.171,74	26/12/2008	03/07/2012	1
1	020/2009	Agência Goiana do Sistema de Execução Penal	554.353,66	55.435,37	498.918,29	498.918,29	18/12/2009	18/06/2012	1
1	106/2011	Agencia Goiana do Sistema de Execução Penal	619.661,04	99.317,08	520.343,96	520.343,96	30/12/2011	22/03/2014	1

1	135/2011	Agencia Goiana do Sistema de Execução Penal	111.892,86	11.189,29	100.703,57	100.703,57	30/12/2011	20/08/2013	1
1	133/2012	Agencia Goiana do Sistema de Execução Penal	322.940,22	32.294,02	0,00	R\$ 290.646,20	27/12/2012	27/06/2014	1
2	0366836-35/2011	Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão	6.251.897,69	937.784,65	0,00	5.314.113,04	23/12/2011	30/06/2013	1
2	0366837-49/2011	Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão	17.016.570,84	2.552.485,63	0,00	14.464.085,21	23/12/2011	30/06/2013	1
2	776099/2012	Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão	8.671.851,25	1.647.651,74	0,00	7.024.199,51	31/12/2012	30/06/2014	1
1	015/2008	Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão	175.422,44	37.294,00	138.128,44	138.128,44	27/06/2008	27/01/2012	1

1	126/2011	Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão	112.500,00	12.500,00	0,00	100.000,00	29/12/2011	28/01/2013	1
1	017/2012	Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão	171.717,10	16.594,60	155.122,50	155.122,50	23/10/2012	04/05/2014	1
1	092/2012	Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão	363.093,44	34.972,00	0,00	328.121,44	27/12/2012	26/12/2014	1
1	134/2012	Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão	164.289,70	16.266,67	0,00	148.023,03	28/12/2012	28/06/2014	1
3	006/2012	Universidade Federal de Minas Gerais	3.352.458,02	0,00	500.000,00	2.039.005,74	28/11/2012	28/11/2014	1
3	005/2012	Universidade Federal de Minas Gerais	1.129.119,28	0,00	835.209,28	293.910,00	22/11/2012	22/11/2014	1

2	0276701-04/2008	Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais	15.000.000,00	300.000,00	14.700.000,00	14.700.000,00	31/12/2008	23/01/2012	1
2	774017/2012	Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais	6.207.847,42	2.765.347,42	0,00	3.442.500,00	19/12/2012	30/12/2015	1
2	774248/2012	Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais	5.132.915,50	1.690.415,50	0,00	3.442.500,00	19/12/2012	30/12/2015	1
2	774249/2012	Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais	6.140.391,09	2.697.891,09	0,00	3.442.500,00	19/12/2012	14/12/2015	1
2	774250/2012	Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais	5.407.033,15	3.044.533,15	0,00	2.362.500,00	30/12/2012	30/12/2015	1
1	128/2010	Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais	304.704,00	60.940,80	243.763,20	243.763,20	30/12/2010	29/07/2012	1
1	147/2011	Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais	111.629,06	22.325,82	89.303,24	89.303,24	30/12/2011	20/07/2013	1

1	031/2012	Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais	763.486,66	152.697,33	0,00	610.789,33	10/12/2012	10/12/2014	1
1	140/2012	Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais	612.083,15	122.416,63	0,00	489.666,52	27/12/2012	26/12/2014	1
3	003/2012	Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	29/08/2012	29/08/2015	1
2	0278191-77/2008	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	1.152.152,09	459.152,09	693.000,00	693.000,00	30/12/2008	30/05/2013	1
2	0281748-51/2008	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	11.890.970,00	4.890.970,00	7.000.000,00	7.000.000,00	30/12/2008	30/05/2013	1
2	0311291-94/2009	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	2.391.815,38	239.181,54	2.152.633,84	2.152.633,84	28/12/2009	30/03/2013	1
2	0343069-66/2010	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	1.024.068,14	102.406,81	921.661,33	921.661,33	21/12/2010	30/03/2013	1
2	0344094-95/2010	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	6.727.266,80	672.726,68	6.054.540,12	6.054.540,12	21/12/2010	30/03/2013	1

2	774007/2012	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	1.674.332,41	414.332,41	0,00	1.260.000,00	31/12/2012	19/04/2017	1
2	774013/2012	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	1.687.272,18	393.522,18	0,00	1.293.750,00	31/12/2012	30/04/2017	1
2	774014/2012	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	1.514.065,54	332.815,64	0,00	1.181.250,00	31/12/2012	30/04/2017	1
2	774015/2012	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	1.572.999,35	391.749,35	0,00	1.181.250,00	31/12/2012	30/04/2017	1
2	774016/2012	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	3.128.481,66	765.981,66	0,00	2.362.500,00	31/12/2012	30/04/2017	1
1	034/2009	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	470.086,53	47.008,65	423.077,88	423.077,88	28/12/2009	28/06/2013	1
1	055/2009	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	387.905,80	38.790,58	349.115,22	349.115,22	21/12/2009	22/12/2012	1
1	072/2009	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	161.312,40	16.800,00	144.512,40	144.512,40	28/12/2009	05/12/2012	1

1	129/2010	Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul	499.991,84	49.999,18	449.992,66	449.992,66	22/12/2010	01/02/2013	1
1	130/2010	Secretaria de Estado de Governo de Mato Grosso do Sul	554.312,00	55.431,20	498.880,80	498.880,80	30/12/2010	23/08/2012	1
1	141/2011	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul	116.216,13	11.731,61	104.484,52	104.484,52	29/12/2011	29/07/2013	1
1	079/2012	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul	358.358,30	34.194,00	0,00	324.164,30	28/12/2012	28/12/2014	1
1	122/2012	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul	181.582,61	15.874,99	0,00	165.707,62	28/12/2012	28/06/2014	1

2	0207802-79/2006	Governo do Estado de Mato Grosso	4.995.254,92	499.525,49	4.495.729,43	4.495.729,43	19/12/2006	31/12/2012	1
2	0207803-83/2006	Governo do Estado de Mato Grosso	4.995.254,92	499.525,49	4.495.729,43	4.495.729,43	19/12/2006	31/12/2012	1
2	0269363-69/2008	Governo do Estado de Mato Grosso	6.112.615,56	612.615,56	5.500.000,00	5.500.000,00	30/10/2008	30/04/2013	1
2	774004/2012	Governo do Estado de Mato Grosso	12.549.337,58	2.469.337,58	0,00	10.080.000,00	20/12/2012	20/12/2014	1
2	774005/2012	Governo do Estado de Mato Grosso	12.549.337,58	2.469.337,58	0,00	10.080.000,00	20/12/2012	20/12/2014	1
1	121/2010	Fundação Nova Chance do Estado de Mato Grosso	281.400,00	28.140,00	253.260,00	253.260,00	24/12/2010	12/07/2013	1
1	127/2010	Secretaria da Justiça e da Segurança Pública de Mato Grosso	178.101,18	17.810,12	160.291,06	160.291,06	30/12/2010	30/12/2012	1

1	071/2012	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Mato Grosso	271.698,00	21.698,00	0,00	250.000,00	28/12/2012	28/04/2014	1
1	126/2012	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Mato Grosso	200.637,50	20.063,75	0,00	180.573,75	28/12/2012	28/06/2014	1
2	0207485-36/2006	Governo do Estado do Pará	3.246.902,51	324.690,26	2.922.212,25	2.922.212,25	28/12/2006	30/09/2012	1
2	0207804-97/2006	Governo do Estado do Pará	3.246.902,51	324.690,26	2.922.212,25	2.922.212,25	28/12/2006	28/12/2012	1
2	0234648-51/2007	Governo do Estado do Pará	693.781,61	69.378,16	624.403,45	624.403,45	20/12/2007	30/09/2013	1
2	0264732-17/2008	Governo do Estado do Pará	15.000.000,00	150.000,00	14.850.000,00	14.850.000,00	29/12/2008	28/09/2012	1
2	0268831-09/2008	Governo do Estado do Pará	2.928.208,63	292.820,87	2.635.387,76	2.635.387,76	29/12/2008	28/09/2012	1
2	0278467-08/2008	Governo do Estado do Pará	2.928.208,63	292.820,87	2.635.387,76	2.635.387,76	30/12/2008	27/09/2012	1
2	0301691-26/2009	Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará	1.859.023,75	148.254,50	1.225.640,63	256.904,40	30/12/2009	30/09/2012	1
2	0342581-59/2010	Governo do Estado do Pará	210.567,87	21.056,79	189.511,08	189.511,08	25/10/2010	30/09/2013	1

2	774008/2012	Governo do Estado do Pará	3.354.953,41	2.183.703,41	0,00	1.171.250,00	12/12/2012	30/09/2014	1
2	774009/2012	Governo do Estado do Pará	3.354.953,41	2.183.703,41	0,00	1.171.250,00	12/12/2012	30/09/2014	1
2	774010/2012	Governo do Estado do Pará	3.896.012,63	1.533.512,63	0,00	2.362.500,00	12/12/2012	30/09/2014	1
2	774011/2012	Governo do Estado do Pará	4.639.337,95	1.196.837,95	0,00	3.442.500,00	12/12/2012	30/09/2014	1
2	774012/2012	Governo do Estado do Pará	4.639.337,95	1.196.837,95	0,00	3.442.500,00	12/12/2012	30/09/2014	1
1	069/2008	Defensoria Pública do Estado do Pará	177.011,74	20.009,15	157.002,59	157.002,59	26/12/2008	02/02/2013	1
1	107/2010	Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará	175.353,33	17.535,34	157.817,99	157.817,99	20/12/2010	20/06/2013	1
1	135/2010	Defensoria Pública do Estado do Pará	200.000,00	20.000,00	180.000,00	180.000,00	24/12/2010	24/06/2013	1
1	107/2011	Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará	144.868,96	24.868,96	120.000,00	120.000,00	28/12/2011	29/01/2014	1

1	139/2011	Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará	106.152,19	10.615,22	95.536,97	95.536,97	28/12/2011	15/08/2013	1
1	146/2011	Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará	136.159,50	13.615,95	122.543,55	122.543,55	29/12/2011	20/08/2013	1
1	114/2012	Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará	366.664,30	37.197,23	0,00	329.467,07	27/12/2012	27/12/2014	1
2	0280033-91/2008	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba	2.098.523,03	209.852,30	1.888.670,73	1.888.670,73	30/12/2008	30/09/2012	1
2	778002/2012	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba	24.097.851,63	15.517.851,63	0,00	8.580.000,00	31/12/2012	01/10/2013	1
2	778003/2012	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba	23.243.006,22	14.663.006,22	0,00	8.580.000,00	31/12/2012	01/10/2013	1

1	056/2008	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba	1.395.061,82	1.123.200,00	271.861,82	271.861,82	31/12/2008	24/06/2012	1
1	035/2009	Defensoria Pública do Estado da Paraíba	469.240,00	50.000,00	419.240,00	419.240,00	21/12/2009	21/07/2012	1
1	124/2011	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba	117.334,00	11.733,40	105.600,60	105.600,60	28/12/2011	12/08/2013	1
2	0281071-80/2008	Governo do Estado de Pernambuco	19.725.032,08	9.862.516,04	9.862.516,04	9.862.516,04	31/12/2008	25/09/2012	1
2	778004/2012	Governo do Estado de Pernambuco	18.133.603,34	9.733.603,34	0,00	8.400.000,00	31/12/2012	31/05/2014	1
2	778006/2012	Governo do Estado de Pernambuco	18.133.603,34	9.733.603,34	0,00	8.400.000,00	28/12/2012	28/12/2016	1
2	778007/2012	Governo do Estado de Pernambuco	18.133.603,34	9.733.603,34	0,00	8.400.000,00	28/12/2012	28/12/2016	1

2	778008/2012	Governo do Estado de Pernambuco	18.133.603,34	9.733.603,34	0,00	8.400.000,00	28/12/2012	28/12/2016	1
2	778010/2012	Governo do Estado de Pernambuco	18.133.603,34	9.733.603,34	0,00	8.400.000,00	28/12/2012	28/12/2016	1
2	778011/2012	Governo do Estado de Pernambuco	16.299.227,57	7.899.227,57	0,00	8.400.000,00	28/12/2012	28/12/2016	1
2	778012/2012	Governo do Estado de Pernambuco	16.299.227,57	7.899.227,57	0,00	8.400.000,00	28/12/2012	28/12/2016	1
1	004/2007	Governo do Estado de Pernambuco	194.354,92	32.160,00	162.194,92	162.194,92	31/12/2007	03/02/2012	1
1	011/2008	Governo do Estado de Pernambuco	154.379,24	28.000,00	126.379,24	126.379,24	26/12/2008	20/10/2012	1
1	012/2008	Governo do Estado de Pernambuco	154.379,24	28.000,00	126.379,24	126.379,24	26/12/2008	01/08/2012	1
1	013/2008	Governo do Estado de Pernambuco	154.379,24	28.000,00	126.379,24	126.379,24	26/12/2008	30/10/2012	1

1	129/2011	Secretaria Executiva de Ressocialização de Pernambuco	5.636.666,67	937.000,00	937.000,00	4.699.666,67	30/12/2011	30/08/2013	1
1	134/2011	Secretaria Executiva de Ressocialização de Pernambuco	104.447,41	10.444,75	10.444,75	94.002,66	30/12/2011	20/01/2013	1
1	019/2012	Secretaria Executiva de Ressocialização de Pernambuco	174.697,80	17.424,68	0,00	157.273,12	28/12/2012	28/12/2013	1
2	0275109-07/2008	Governo do Estado do Piauí	15.000.000,00	150.000,00	14.850.000,00	14.850.000,00	31/12/2008	30/10/2012	1
2	0281749-65/2008	Governo do Estado do Piauí	4.298.096,88	429.809,69	3.868.287,19	3.868.287,19	31/12/2008	30/03/2012	1
1	102/2011	Secretaria da Justiça do Piauí	121.670,88	12.670,88	109.000,00	109.000,00	23/12/2011	13/08/2014	1
1	113/2011	Secretaria da Justiça do Piauí	306.937,82	31.000,00	275.937,82	275.937,82	30/12/2011	25/08/2013	1
1	131/2011	Secretaria da Justiça do Piauí	107.684,91	10.784,91	96.900,00	96.900,00	30/12/2011	13/05/2013	1
1	032/2012	Secretaria da Justiça do Piauí	233.816,92	28.800,00	0,00	205.016,92	27/12/2012	27/06/2014	1

1	091/2012	Secretaria da Justiça do Piauí	366.101,13	36.579,40	0,00	329.521,73	27/12/2012	27/12/2014	1
2	0175766-47/2005	Governo do Estado do Paraná	2.941.227,10	588.245,42	2.352.981,68	2.352.981,68	21/10/2005	30/06/2012	1
2	0207805-01/2006	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e Direitos Humanos do Paraná	17.134.033,14	2.620.000,00	4.034.033,14	14.514.033,14	26/10/2006	30/06/2012	1
2	0286354-10/2009	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	15.000.000,00	300.000,00	14.700.000,00	14.700.000,00	23/12/2009	30/01/2012	1
2	773998/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	20.251.349,47	3.931.349,47	0,00	16.320.000,00	20/12/2012	30/11/2015	1
2	773999/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	20.251.349,47	3.931.349,47	0,00	16.320.000,00	20/12/2012	30/11/2015	1
2	774000/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	20.251.349,47	3.931.349,47	0,00	16.320.000,00	20/12/2012	30/11/2015	1

2	774002/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	19.385.119,04	2.105.119,04	0,00	17.280.000,00	20/12/2012	30/11/2015	1
2	774001/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	20.251.349,47	3.931.349,47	0,00	16.320.000,00	20/12/2012	30/11/2015	1
2	774018/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	9.610.959,20	3.974.709,20	0,00	5.636.250,00	20/12/2012	30/11/2015	1
2	774019/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	3.416.819,67	1.211.819,67	0,00	2.205.000,00	20/12/2012	30/11/2015	1
2	774020/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	8.945.698,65	3.309.448,65	0,00	5.636.250,00	20/12/2012	16/11/2015	1
2	774021/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	8.349.702,70	2.713.452,70	0,00	5.636.250,00	20/12/2012	30/11/2015	1
2	704022/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	7.061.269,94	3.303.769,94	0,00	3.757.500,00	20/12/2012	30/11/2015	1

2	704023/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	6.869.529,53	3.102.029,53	0,00	3.757.500,00	20/12/2012	30/11/2015	1
2	774024/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	5.744.073,01	1.986.573,01	0,00	3.757.500,00	20/12/2012	30/11/2015	1
2	774025/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	9.102.707,37	4.816.457,37	0,00	4.286.250,00	20/12/2012	30/11/2015	1
1	001/2009	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná	411.358,52	82.271,70	329.086,82	329.086,82	28/12/2009	28/10/2012	1
1	002/2009	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e Direitos Humanos do Paraná	590.000,00	118.000,00	472.000,00	472.000,00	28/12/2009	27/02/2013	1
1	110/2011	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e Direitos Humanos do Paraná	140.700,98	28.140,20	112.560,78	112.560,78	30/12/2011	13/02/2013	1

1	111/2011	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e Direitos Humanos do Paraná	125.460,34	25.092,07	100.368,27	100.368,27	30/12/2011	13/02/2013	1
1	120/2011	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e Direitos Humanos do Paraná	130.523,34	26.105,00	104.418,34	104.418,34	30/12/2011	13/08/2013	1
1	142/2011	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e Direitos Humanos do Paraná	295.782,00	59.156,40	236.625,60	236.625,60	30/12/2011	01/09/2013	1
1	021/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e Direitos Humanos do Paraná	151.328,84	30.265,77	0,00	121.063,07	19/12/2012	19/12/2014	1
1	112/2012	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e Direitos Humanos do Paraná	358.882,35	59.501,34	0,00	299.381,01	28/12/2012	28/12/2014	1

3	004/2012	Fundação Osvaldo Cruz - FIOCRUZ	1.246.230,00	0,00	1.000.000,00	246.230,00	24/09/2012	24/09/2014	1
2	0184635- 39/2005	Governo do Estado do Rio de Janeiro	12.692.034,89	2.538.407,00	10.153.627,89	10.153.627,89	29/12/2005	30/07/2012	1
2	0238683- 84/2007	Governo do Estado do Rio de Janeiro	455.823,94	91.164,79	364.659,15	364.659,15	27/12/2007	31/10/2012	1
2	0238684- 98/2007	Governo do Estado do Rio de Janeiro	1.781.678,76	356.335,75	1.425.343,01	1.425.343,01	27/12/2007	30/04/2012	1
2	0238688- 34/2007	Governo do Estado do Rio de Janeiro	323.523,03	64.704,61	258.818,42	258.818,42	27/12/2007	30/07/2012	1
2	0238689- 48/2007	Governo do Estado do Rio de Janeiro	639.615,68	127.923,14	511.692,54	511.692,54	27/12/2007	30/09/2012	1
2	0264733- 21/2008	Governo do Estado do Rio de Janeiro	15.000.000,00	300.000,00	14.700.000,00	14.700.000,00	11/12/2008	28/07/2012	1
2	0264784- 42/2008	Governo do Estado do Rio de Janeiro	11.047.180,33	2.209.436,07	8.837.744,26	8.837.744,26	11/12/2008	30/04/2012	1
2	0264785- 58/2008	Governo do Estado do Rio de	1.484.317,14	296.863,43	1.187.453,71	1.187.453,71	11/12/2008	30/07/2012	1

		Janeiro							
2	0264786-62/2008	Governo do Estado do Rio de Janeiro	1.831.280,00	397.344,08	1.433.935,92	1.433.935,92	11/12/2008	28/02/2013	1
2	0264787-76/2008	Governo do Estado do Rio de Janeiro	2.235.240,19	458.667,03	1.776.573,16	1.776.573,16	11/12/2008	28/02/2013	1
2	774006/2012	Governo do Estado do Rio de Janeiro	31.827.983,85	12.057.983,85	0,00	19.770.000,00	28/12/2012	30/06/2014	1
1	035/2008	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Rio de Janeiro	639.000,00	127.800,00	511.200,00	511.200,00	25/11/2008	25/01/2012	1
1	063/2009	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Rio de Janeiro	153.434,20	30.686,84	122.747,36	122.747,36	28/12/2009	25/06/2013	1
1	037/2012	Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro	531.334,80	106.266,96	425.067,84	425.067,84	21/11/2012	21/11/2014	1

1	135/2012	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Rio de Janeiro	131.814,18	21.814,39	0,00	109.999,79	28/12/2012	28/06/2014	1
2	0278468-12/2008	Governo do Estado do Rio Grande do Norte	2.920.532,09	420.532,09	2.500.000,00	2.500.000,00	29/12/2008	20/01/2012	1
2	0311292-07/2009	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte	9.304.324,33	930.432,44	8.373.891,89	8.373.891,89	31/12/2009	31/12/2012	1
2	0346490-46/2010	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte	1.050.336,20	105.033,62	945.302,58	945.302,58	31/12/2010	20/06/2012	1
1	124/2010	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	483.718,48	49.000,00	434.718,48	434.718,48	23/12/2010	23/05/2012	1
1	129/2012	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte	103.316,91	10.331,69	0,00	92.985,22	27/12/2012	27/06/2014	1

2	0211730-84/2006	Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia	5.477.189,41	497.926,31	4.979.263,10	4.979.263,10	30/12/2006	30/04/2013	1
2	0213279-52/2006	Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia	3.715.974,75	337.815,89	3.378.158,86	3.378.158,86	30/12/2006	30/04/2013	1
2	0276702-18/2008	Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia	20.842.983,61	208.429,83	5.784.553,78	5.784.553,78	31/12/2008	30/04/2014	1
2	0279129-27/2008	Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia	16.942.792,73	1.694.279,27	15.248.513,46	15.248.513,46	31/12/2008	30/04/2013	1
2	778000/2012	Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia	9.533.333,33	953.333,33	0,00	8.850.000,00	28/12/2012	30/08/2014	1
1	101/2010	Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia	242.903,26	24.290,33	218.612,93	218.612,93	20/12/2010	14/02/2013	1
1	103/2010	Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia	393.489,40	39.348,94	354.140,46	354.140,46	20/12/2010	03/02/2013	1
1	115/2010	Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia	182.597,64	18.259,76	164.337,88	164.337,88	20/12/2010	20/12/2012	1

1	116/2010	Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia	258.551,37	25.855,14	232.696,23	232.696,23	20/12/2010	20/01/2013	1
1	103/2011	Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia	3.018.469,00	301.846,90	2.716.622,10	2.716.622,10	30/12/2011	30/12/2013	1
1	112/2011	Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia	232.323,52	23.232,35	209.091,17	209.091,17	30/12/2011	23/01/2014	1
1	035/2012	Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia	164.624,50	16.462,45	0,00	148.162,05	07/12/2012	07/12/2014	1
1	127/2012	Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia	136.996,75	13.699,68	0,00	123.297,07	17/12/2012	17/06/2014	1
1	104/2011	Governo do Estadode Roraima	122.893,38	22.893,38	100.000,00	100.000,00	29/12/2011	16/02/2013	1
1	010/2012	Governo do Estadode Roraima	177.837,28	8.891,86	0,00	168.945,42	28/12/2012	28/06/2014	1
1	104/2012	Governo do Estadode Roraima	321.075,09	21.372,46	0,00	299.702,63	28/12/2012	28/12/2014	1
2	0207488-69/2006	Governo do Estado do Rio	644.656,65	229.244,54	415.412,11	415.412,11	14/12/2006	30/12/2012	1

		Grande do Sul							
2	0207489-73/2006	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	618.327,59	214.858,58	403.469,01	403.469,01	14/12/2006	30/12/2012	1
2	0207491-14/2006	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	10.666.124,70	2.208.217,33	8.457.907,37	8.457.907,37	14/12/2006	30/12/2012	1
2	0234649-65/2007	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	11.070.752,90	2.214.150,58	8.856.602,32	8.856.602,32	31/12/2007	30/12/2012	1
2	0236769-73/2007	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	20.568.508,09	7.932.956,83	12.635.551,26	12.635.551,26	31/12/2007	30/12/2012	1
2	0264734-35/2008	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	15.000.000,00	300.000,00	14.700.000,00	14.700.000,00	31/12/2008	30/12/2012	1
2	0264810-64/2008	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	700.000,00	14.000,00	686.000,00	686.000,00	31/12/2008	30/12/2012	1
2	0269394-37/2008	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	162.588,51	32.517,70	130.070,81	130.070,81	31/12/2008	30/12/2012	1
2	0299513-02/2009	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	1.077.005,83	215.401,17	861.604,66	861.604,66	28/12/2009	30/12/2012	1

2	774524/2012	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	20.116.467,84	7.186.467,84	0,00	12.930.000,00	21/12/2012	31/03/2014	1
2	774523/2012	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	19.171.101,02	10.351.101,02	0,00	8.820.000,00	21/12/2012	31/03/2014	1
2	774522/2012	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	17.439.415,62	8.619.415,62	0,00	8.820.000,00	21/12/2012	31/03/2014	1
1	038/2006	Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul	2.584.695,00	516.939,00	2.067.756,00	2.067.756,00	22/12/2006	21/04/2012	1
1	138/2010	Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado do Rio Grande do Sul	471.250,00	60.000,00	411.250,00	411.250,00	31/12/2010	30/04/2012	1
1	105/2011	Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul	102.816,31	20.563,26	82.253,05	82.253,05	30/12/2011	13/02/2014	1
1	109/2011	Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul	196.307,27	39.261,46	157.045,81	157.045,81	30/12/2011	11/02/2014	1

1	132/2011	Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul	107.957,06	21.591,42	86.365,64	86.365,64	30/12/2011	12/02/2014	1
1	116/2012	Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul	371.618,81	71.618,81	0,00	300.000,00	28/12/2012	28/12/2014	1
3	002/2012	Universidade Federal de Santa Catarina	509.555,00	0,00	360.101,30	149.453,70	12/07/2012	12/07/2013	1
2	0209261- 72/2006	Governo do Estado de Santa Catarina	17.712.164,04	4.471.092,93	13.241.071,11	13.241.071,11	22/12/2006	27/06/2012	1
2	774003/2012	Governo do Estado de Santa Catarina	13.897.625,51	5.497.625,51	0,00	8.400.000,00	18/12/2012	30/11/2014	1
2	776098/2012	Governo do Estado de Santa Catarina	6.750.000,00	2.250.000,00	0,00	4.500.000,00	18/12/2012	30/11/2014	1
1	114/2010	Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina	318.750,00	63.750,00	255.000,00	255.000,00	20/12/2010	20/06/2012	1

1	118/2010	Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina	641.024,00	128.204,80	512.819,20	512.819,20	31/12/2010	30/06/2013	1
1	137/2010	Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região de Amurel	154.087,13	15.408,71	138.678,42	138.678,42	30/12/2010	18/02/2012	1
1	114/2011	Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina	125.061,00	25.013,00	100.048,00	100.048,00	29/12/2011	12/08/2013	1
1	115/2011	Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina	131.534,50	26.306,90	105.227,60	105.227,60	29/12/2011	12/08/2012	1
1	117/2012	Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	371.464,30	71.969,81	0,00	299.494,49	21/12/2012	21/12/2014	1
2	0291447- 27/2009	Governo do Estado de Sergipe	15.000.000,00	150.000,00	14.850.000,00	14.850.000,00	31/12/2009	24/08/2012	1

2	0243530-37/2007	Governo do Estado de Sergipe	1.743.381,40	174.338,14	1.569.043,26	1.569.043,26	28/12/2007	30/06/2012	1
1	100/2010	Estado de Sergipe Administração Direta	116.015,00	11.601,50	104.413,50	104.413,50	20/12/2010	20/06/2012	1
1	143/2011	Estado de Sergipe Administração Direta	118.460,51	11.846,06	106.614,45	106.614,45	29/12/2011	10/07/2013	1
1	038/2012	Estado de Sergipe Administração Direta	306.552,69	31.643,39	274.909,30	274.909,30	04/12/2012	04/06/2014	1
2	0184633-10/2005	Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo	41.521.508,49	19.321.508,49	22.200.000,00	22.200.000,00	26/12/2005	21/09/2013	1
2	0205937-59/2006	Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo	25.022.138,26	7.989.150,54	17.032.987,72	17.032.987,72	29/09/2006	30/08/2012	1
2	0213703-91/2006	Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo	8.854.212,36	1.054.212,36	7.800.000,00	7.800.000,00	20/12/2006	13/10/2012	1

2	0238887-48/2007	Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo	37.072.748,62	13.873.490,66	23.199.257,96	23.199.257,96	26/12/2007	26/09/2012	1
3	02/2012	Ouvidora do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo	0,00	0,00	0,00	0,00	06/06/2012	06/06/2014	1
1	065/2007	Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo	1.670.305,00	420.370,00	1.249.935,00	1.249.935,00	21/12/2007	21/05/2012	1
1	025/2008	Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo	394.180,00	78.836,00	315.344,00	315.344,00	04/07/2008	06/06/2013	1
1	026/2008	Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo	300.849,27	96.322,07	204.527,20	204.527,20	27/06/2008	27/05/2013	1
1	021/2009	Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo	512.000,00	102.400,00	409.600,00	409.600,00	28/12/2009	28/04/2012	1
1	121/2011	Secretaria de Administração Penitenciária de	137.204,38	27.440,88	109.763,50	109.763,50	29/12/2011	09/08/2013	1

		São Paulo							
1	123/2011	Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo	1.056.000,00	211.200,00	844.800,00	844.800,00	29/12/2011	29/12/2012	1
1	137/2011	Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo	475.000,00	95.000,00	380.000,00	380.000,00	29/12/2011	20/01/2014	1
1	020/2012	Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo	276.263,10	55.252,62	221.010,48	221.010,48	15/10/2012	15/10/2014	1
1	105/2012	Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo	410.993,82	82.198,76	0,00	328.795,06	28/12/2012	28/12/2014	1
2	0278193-95/2008	Governo do Estado de Tocantins	16.342.879,16	1.634.287,92	14.708.591,24	14.708.591,24	30/12/2008	30/06/2013	1
1	140/2010	Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	374.927,74	42.577,19	332.350,55	332.350,55	31/12/2010	30/06/2012	1

1	141/2010	Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	374.927,74	42.577,19	332.350,55	332.350,55	31/12/2010	30/06/2012	1
1	095/2012	Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos de Tocantins	109.845,97	5.537,36	0,00	104.308,61	20/12/2012	20/06/2014	1
1	106/2012	Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos de Tocantins	330.687,63	27.569,46	0,00	303.118,17	21/12/2012	21/12/2014	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Siafi/Siconv/Funpen

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 5.3.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	DEPEN/DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS					
CNPJ:	00.394.494/0001-36					
UG/GESTÃO:	200324/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	53	44	35	61.037.705,07	16.832.515,19	28.388.863,61
Contrato de Repasse	50	3	10	525.101.460,09	107.056.297,43	75.718.774,72
Termo de Cooperação	7	6	0	1.695.310,58	814.036,92	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	110	53	45	587.834.475,74	124.702.849,54	104.107.638,33

Fonte: DIRPP

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: DEPEN/DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS					
CNPJ: 00.394.494/0001-36			UG/GESTÃO: 200324/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	119	87.958.740,51	61.037.705,07	9.547.872,47	69,39%
Contrato de Repasse	84	1.288.699.935,19	525.101.460,09	385.863.647,76	40,75%
Termo de Cooperação	7	6.237.362,30	1.695.310,58	2.728.599,44	27,18%
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0,00%
Totais	210	1.382.896.038,00	587.834.475,74	398.140.119,67	42,51%

Fonte: DIRPP

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro 5.3.4.1 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN					
CNPJ: 00.394.494/0001-36			UG/GESTÃO: 200324/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	49		
		Montante Repassado	19.941.377,91		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0,00		
2011	Contas Prestadas	Quantidade	60	1	
		Montante Repassado	22.668.997,67	663.796,35	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0,00		
2010	Contas Prestadas	Quantidade	28		
		Montante Repassado	5.757.273,06		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0,00		
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0,00		

Fonte:DIRPP

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 5.3.5.1 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Departamento Penitenciário Nacional- DEPEN					
CNPJ: 00.394.494/0001-36			UG/GESTÃO: 200324/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			49	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	4	
			Contas Não Analisadas	45	
		Montante Repassado (R\$)		1.122.917,54 ^{*1}	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	8 ^{*2}	
			Quantidade Reprovada	0	
		Quantidade de TCE		0	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	37	
Montante Repassado (R\$)			17.035.238,35		
2011	Quantidade de contas prestadas			60	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		12	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		3 ^{*3}	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		46	
Montante repassado (R\$)		18.339.381,44			
2010	Quantidade de Contas Prestadas			28	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		6	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		2 ^{*3}	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		21	
Montante Repassado		4.568.238,49			
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		23	
		Montante Repassado		18.484.255,00	

Fonte: DIRPP

5.3.6 Análise Crítica

*1 – Dos 49 convênios, cuja prestação de contas foram apresentadas em 2012 e que representa o montante repassado de R\$ 19.941.377,91; 4 (quatro) desses convênios foram analisados e aprovados dentro do prazo estipulado nas legislações pertinentes, totalizando um repasse de R\$ 1.122.917,54.

*2 – Dos 49 convênios, cuja prestação de contas foram apresentadas em 2012 e que representa o montante repassado de R\$ 19.941.377,91; 8 (oito) desses convênios foram analisados e aprovados fora do prazo estipulado nas legislações pertinentes, totalizando um repasse de R\$ 1.783.222,02.

*3 – 1 (uma) Tomada de Contas Especial – TCE, foi instaurada e aprovada dentro do mesmo ano.

OBS: 11 (onze) convênios de exercícios anteriores a 2010 foram aprovados em 2012, totalizando um repasse de R\$ 1.587.493,72.

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;

Este Departamento, quando da assinatura de seus instrumentos de transferências voluntárias de recursos, tem observado os normativos que norteiam a matéria, principalmente nestes aspectos.

Vale destacar que os projetos que possuem natureza de ação de saúde, educação, e assistência social encontram respaldo legal no artigo 25 §3º da Lei n.º 101/2000, Lei de Regularidade Fiscal.

Além disso, os convenentes se utilizam do Poder Judiciário, impetrando medidas liminares que suspendem a situação de inadimplência. Nestes casos, este Departamento submete ao contencioso jurídico deste Ministério a fim de verificar a força executória da medida cautelar, adotando assim, as medidas determinadas pelo órgão jurídico.

Conforme prevê o art. 38, § 1º da Portaria Interministerial nº 507/2011, a verificação dos requisitos fiscais para o recebimento de transferências voluntárias deverá ser feita no momento da assinatura do respectivo convênio, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, não sendo necessária nas liberações financeiras de recurso, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto no convênio.

- Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere;
- Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;
- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2012;

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;

O Setor de Prestação de Contas deste Departamento mantém seu padrão de qualidade na análise dos processos, qualidade esta já constatada pelas áreas de controle interno e externo em auditorias aqui realizadas. Essa excelência é alcançada através do diligente trabalho dos analistas encarregados das prestações de contas, os quais se esforçam por se manterem atualizados das normas que amparam a matéria, o empenho deste órgão em capacitar seus servidores, bem como pela atuação zelosa dos chefes de divisão e coordenadores, os quais não dispensam a realização de conferência dos trabalhos apresentados pelos seus servidores, afinal, as demonstrações das contas são, de um modo geral, extensas e complexas; tornando necessário o envio de diligências aos convenentes que possuam o devido rigor formal e técnico.

Destaque-se que a análise precisa dos processos de prestação de contas requer o esforço conjugado das áreas física e financeira, as quais precisam de um considerável tempo para efetuar a análise dos autos e para poder ver atendidas eventuais diligências a serem realizadas junto ao Convenente.

No entanto, plenamente ciente dos prazos prescritos pela legislação para cumprir com todos os procedimentos necessários à manifestação conclusiva quanto à regularidade ou irregularidade das contas apresentadas, este Departamento vem adotando um maior rigor na observação dos prazos concedidos para a apresentação das diligências. Desse modo, após a realização da primeira análise, no ofício que encaminha os pareceres das áreas específicas, é

indicado ao conveniente que deve adotar as providências de saneamento dentro do prazo de 15 (quinze) dias e, em não havendo o saneamento no referido prazo, conforme reza a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de imediato são expedidos ofícios tanto ao órgão conveniado quanto ao chefe do Poder Executivo, concedendo-se então o prazo final de 45 (quarenta e cinco) dias para a regularização das pendências ou devolução dos recursos aplicados de forma incorreta. Nestes ofícios, os destinatários são advertidos de que se as diligências não forem respondidas no tempo determinado, haverá sua inserção na conta de inadimplentes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI (no caso dos convênios celebrados anteriormente à vigência da Portaria Interministerial n.º 127/2008 - MP/MF/CGU), bem como no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV.

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto.

O pessoal encarregado da área de análise financeira está consciente de seu dever de realizar análises cada vez mais acuradas das contas dos instrumentos celebrados, atingindo, assim, o padrão de análise exigido pelos órgãos de controle. Nesse sentido, é importante mencionar que é política deste órgão não se descurar da qualidade das análises em prol da simples busca de um maior quantitativo de convênios aprovados.

Ademais, cumpre indicar que o DEPEN vem conseguindo a muito custo diminuir o número de convênios na conta A APROVAR, sendo que ainda existe um passivo de prestação de contas que estão sendo objeto de análise. Dentro desse universo, há ainda convênios que foram celebrados sob a égide da IN/STN n.º 1/97. Importante esclarecer que a área responsável pela análise financeira está dando prioridade total sobre tais convênios, desse modo criando critérios de prioridades.

Deve-se indicar ainda que todos os convênios celebrados a partir de 2008, sob a égide da instituição da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127/2008, devem ter suas prestações de contas lançadas no SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses, o que deu azo a novas dificuldades na boa gestão dos convênios.

Apesar do módulo de prestação de contas ter sido implementado em 13/7/2010 e operacionalizado a partir de novembro de 2010, ainda se observam grandes dificuldades por parte dos convenientes, os quais, de um modo geral, não conseguem se adaptar ao sistema. Além disso, a situação não apresenta aspecto diverso quando tratada sob o ponto de vista de concedente, o qual também encontra dificuldades no referido portal.

Ademais, alterações constantes nos procedimentos de lançamento das informações no sistema persistem até o ano corrente, o que também dificulta e atrasa demasiadamente a análise das prestações de contas. Em virtude dessa problemática, ainda que seja sabido de todos o dever de realizar a prestação de contas somente através do aludido sistema, ainda se torna mais célere e prática a análise das prestações de contas pelo meio físico. Afinal, a prestação de contas não deve ser obstada pela dificuldade de muitos dos nossos convenientes em conseguir apresentar de forma precisa as informações necessárias no portal de convênios.

Vale dizer que, mesmo recebendo algumas prestações de forma física, este Departamento vem orientando de forma sistemática os convenientes, até que se encontre uma solução definitiva para as falhas do sistema, a não deixar de prestarem contas dos recursos recebidos por meio do SICONV, em conformidade com o estabelecido na Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127/2008 e, mais recentemente, com a Portaria Interministerial n.º 507/2011. Vale lembrar que

esse procedimento, embora destoante das prescrições normativas, dá-se para que não ocorra um maior atraso nas análises de prestação de contas desses convênios firmados via SICONV.

Sobre a questão dos recursos humanos, além da alteração dos normativos que regem a matéria de convênios, a qual demanda uma constante necessidade de capacitação, principiou-se a substituição de antigos prestadores de serviços lotados na Coordenação de Prestação de Contas por servidores concursados, aos quais foram fornecidos capacitação e treinamento. No entanto, desde o ano de 2010, em que passou a ocorrer a chegada de novos servidores, vem-se observando uma exageradamente alta debandada de servidores concursados deste órgão.

As causas para a evasão de pessoal são das mais diversas. Alguns servidores alegaram não se enquadrar no perfil exigido para um analista de prestação de contas, que exige um profissional capaz de lidar com uma elevada carga de responsabilidade e de trabalho, recebendo pari passu uma remuneração relativamente baixa. Também já foi declarada insatisfação pela grande desvalorização da área de análise de prestação de contas e pelas inerentes e constantes demandas dos órgãos de controle. É inegável que essa situação vem motivando uma constante evasão de pessoal do setor de prestação de contas, seja para outras áreas dentro do próprio Ministério, seja para outras instituições. Necessário frisar que a persistência desse problema foi diversas vezes citada em reuniões de avaliação e controle.

Por fim, deve-se ressaltar que este Departamento, apesar dos empecilhos apresentados pelas constantes alterações normativas, pelas dificuldades em manter sua força de trabalho e pelas dificuldades de lidar com um considerável passivo ao mesmo tempo em que deve fazer frente às novas prestações de contas apresentadas, está cômico da responsabilidade de fazer decrescer o número de processos com prestações de contas em aberto sob seu encargo. Para tanto, busca gerir seus processos de forma racional, priorizando aqueles que figuram há mais tempo na conta “A Aprovar”, ao mesmo tempo em que busca agilizar a aprovação daqueles instrumentos com pendências e análises de baixa complexidade, sempre com o intuito de buscar da forma mais eficiente a redução do passivo de processos na referida conta.

- Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;
- Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria de Fundos – Visão Geral

Quadro 5.4.1.1.1 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo “B”	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
UG 200323	DEPEN/DISPF	0,00	418,40	2.690,50	3.108,90
UG 200333	Departamento Penitenciario Nacional	0,00	87,00		87,00

UG 200600	Penitenciária Federal em Campo Grande	0,00	5.366,26	12.736,47	18.102,73
UG 200601	Penitenciária Federal em Catanduvas	0,00	3.096,00	5.830,13	8.926,13
UG 200602	Penitenciária Federal em Mossoró	0,00	2.903,44	14.148,21	17.051,65
UG 200603	Penitenciária Federal em Porto Velho	0,00	1.577,32	9.905,33	11.482,65
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	0,00	13.448,42	45.310,64	58.759,06

Fonte: SIAFI

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

O DEPEN não realizou despesas por meio de suprimento de fundos com conta tipo “b”. 5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Valores em R\$

Quadro 5.4.1.3.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

1,00

Código da UG 200323		Limite de Utilização da UG: R\$ 240.000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
NAPOLEÃO GOMES DA SILVA FILHO	397.539.724-15	8.000,00	0,00	740,00	740,00
MARCOS DE OLIVEIRA VASCONCELOS	603.216.791-72	8.000,00	343,40	540,50	883,90
CARLOS HENRIQUE DA SILVA	692.824.804-10	8.000,00	75,00	1.410,00	1.485,00
Total Utilizado pela UG			418,40	2.690,50	3.108,90
Código da UG 200333 (200323- Centro de custo)		Limite de Utilização da UG: R\$ 240.000,00			
FRANCISCO HELDER MACEDO PEREIRA	163.981.732-87	8.000,00	87,00		87,00
Total Utilizado pela UG			87,00		87,00
Código da UG 200600		Limite de Utilização da UG: R\$ 240.000,00			
RONAN DE OLIVEIRA BARBOSA	104.250.237-45	8.000,00	1.896,12	4.612,32	6.508,44
RICARDO PANDINI	256.454.998-59	8.000,00	0,00	675,00	675,00
GERSON SILVA DE OLIVEIRA	617.183.945-00	8.000,00	916,24	5.485,75	6.401,99
NATHALYA DE ARRUDA MARQUES	955.181.931-49	8.000,00	2.553,90	1.963,40	4.517,30
Total Utilizado pela UG			5.366,26	12.736,47	18.102,73
Código da UG 200601		Limite de Utilização da UG: R\$ 40.000,00			
VANESSA LUZ	047.341.529-18	8.000,00	2.308,00	4.513,56	6.821,56
PAULA DE PAULO RIBEIRO	719.548.211-15	8.000,00	788,00	1.316,57	2.104,57
Total Utilizado pela UG			3.096,00	5.830,13	8.926,13
Código da UG 200602		Limite de Utilização da UG: R\$ 40.000,00			
LUCAS CORREA DE PADUA	007.568.703-80	8.000,00	1.675,44	3.840,57	5.516,01
PEDRO AUGUSTO PRUDENCIO DE	046.550.244-02	8.000,00	800,00	2.493,88	3.293,88
JEFFERSON CRUZ REISHOFFER	104.439.937-69	8.000,00	428,00	3.408,72	3.836,72
ROGERIO DE ARRUDA BAICERE	611.928.131-20	8.000,00		4.405,04	4.405,04
Total Utilizado pela UG			2.903,44	14.148,21	17.051,65
Código da UG 200603		Limite de Utilização da UG: R\$ 56.000,00			
MARCELLO JEFFERSON SEBA DOS	083.861.867-71	8.000,00		298,40	298,40
MARIA DO SOCORRO CASTRO E VERAS	314.290.923-00	8.000,00	1.167,32	6.387,64	7.554,96
ANDERSON DA SILVA OLIVEIRA	726.171.101-25	7.000,00	410,00	3.219,29	3.629,29
Total Utilizado pela UG			1.577,32	9.905,33	11.482,65
			13.448,42	45.310,64	58.759,06

Fonte: SIAFI Gerencial.

O valor apresentado na coluna ‘saque’ está deduzido das devoluções de saques realizadas.

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro 5.4.1.4 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Valores em R\$

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	48	13.448,42	53	45.310,64	58.759,06
2011	-	-	66	19.148,12	75	59.911,14	79.059,26
2010	-	-	81	32.493,88	103	114.465,5	146.959,4

Fonte: SIAFI e Siafi Gerencial

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	Nada a informar											
PC Aguardando Análise	Nada a informar											
PC em Análise	Nada a informar											
PC não Aprovadas	Nada a informar											
PC Aprovadas	-		-		-		27	58.759,06	36	79.059,26	31	146.959,40

Fonte: SIAFI e Siafi Gerencial.

5.4.1.6 Análise Crítica

Durante o exercício 2012, o DEPEN geriu os recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos conforme os princípios e normas aplicáveis ao assunto. Foram utilizados apenas os cartões de pagamento do governo federal, não sendo utilizada Conta Tipo “B”. Cada Unidade Gestora exerceu o controle interno, analisou a prestação de contas e forneceu as informações necessárias a fim de que o suprido tivesse condições de executar as rotinas administrativas corretamente. O DEPEN realizava um controle geral, fornecendo apoio técnico, o esclarecimento de dúvidas e o levantamento de informações às UG’s. Visou-se assegurar, em todos os casos, a aplicação correta dos recursos (em conformidade com a legislação vigente).

As utilizações dos cartões de suprimento, nos casos apresentados neste item (Suprimento de Fundos) foram excepcionais e seguiram os princípios que regem a Administração pública.

As despesas foram de **pequeno vulto**, não ultrapassando o limite estabelecido na Portaria MF nº 95/2012. Foram também, em regra, **despesas eventuais**. Os materiais inexistiam em nosso almoxarifado, e tanto estes, como os serviços, foram despesas vinculadas às atividades da Unidade, servindo ao interesse público.

A gestão sobre os suprimento de fundos da UJ vem buscando a redução desse tipo de despesa nos últimos anos, podemos o reflexo dessa, ao comparamos os valores gastos nos anos de 2010, no valor de R\$ 146.959,40, 2011, no valor de R\$ 79.059,26 e 2012 no valor de R\$ 58.759,06 ou seja, os gastos dessa natureza foram significativamente diminuídos e tendem a diminuir ainda mais nos próximos exercícios.

Outro aspecto que contribuiu para essa diminuição dos gastos com suprimento de fundos foi a descentralização de procedimentos relacionados à execução de recursos pelas Penitenciárias Federais, inicialmente por dispensa de licitação.

Aplica-se a seguinte rotina de acompanhamento da adequabilidade dos gastos.

A adequabilidade é verificada no momento em que surgem as demandas de pequeno vulto, fazendo-se as verificações sobre:

- e) Eventuais aquisições em curso do objeto demandado;
- f) Existência de contratos vigentes, em caso de serviços de terceiros;
- g) A estimativa de tempo despendido nos casos de se realizar uma licitação ou dispensa de licitação;
- h) Nos casos em que o bem se encontra em fase licitatória, verifica-se junto ao setor licitante o tempo estimado para liquidação da despesa;

Não sendo verificada a possibilidade de aquisição pelo processo normal de aplicação (utilizando a emissão de empenho direto ao fornecedor ou prestador, na forma da Lei nº 4.320/64, precedido de licitação ou dispensa, em conformidade com a Lei nº 8.666/93) o suprimento da unidade é autorizado a efetivar a aquisição do bem ou serviço.

6. RESULTADOS E CONCLUSÕES

6.1 ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO 2012

No ano de 2012, os esforços do DEPEN para se manter como órgão responsável por promover políticas de execução penal em benefício da sociedade brasileira incluíram, entre outros, investimentos em construção de estabelecimentos penais, em aquisição de veículos cela e ambulâncias para os estados, na reintegração social do preso, na gestão das Penitenciárias Federais no uso dos recursos orçamentários e na melhoria dos procedimentos administrativos.

Também as oportunidades de desenvolvimento oferecidas buscaram valorizar o quadro de servidores, de forma a manter o comprometimento e a motivação de seus colaboradores para com o alcance dos objetivos e metas organizacionais.

Em 2012, o DEPEN estabeleceu novas formas de buscar a eficiência operacional, em especial no seguimento referente à sua posição estratégica no âmbito do Ministério da Justiça.

Entre os temas abordados, destaca-se a gestão orçamentária, a maior já registrada até então, desde sua instituição. Foram direcionados também grandes esforços para o mapeamento e padronização dos processos de trabalho, buscando um alinhamento entre o planejamento estratégico e a execução operacional.

O aspecto assistencial do preso foi amplamente difundido, com enfoque nos projetos de aparelhamento de unidades materno infantil, bem como o Projeto de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanente.

Outra preocupação constante foi a manutenção do nível de excelência das Penitenciárias Federais em sua importância singular para a conservação da ordem pública de diversas cidades brasileiras afligidas por ataques de bandos criminosos.

Cumpram ressaltar a inovação trazida com a regulamentação do projeto Remição pela Leitura, nas penitenciárias Federais, em que o preso poderá reduzir sua pena mediante a produção de resenhas de livros. Participaram do projeto, no ano de 2012, mais de 1,2 mil presos.

Com este relatório, o DEPEN atende às exigências legais e presta sua contribuição, permitindo aos órgãos fiscalizadores a apreciação e o julgamento dos resultados, além de contribuir para o fortalecimento da administração pública e para a ampliação do acesso aos direitos fundamentais dos envolvidos em ilícitos penais.

6.2 PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013 PARA MITIGAR AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS

Para o ano de 2013, o DEPEN continuará dando foco ao alinhamento estratégico entre os objetivos da organização, os processos de trabalho, os indicadores de desempenho e as diversas ações operacionais.

Reintegração Social:

Oferecer 35.000 (trinta e cinco mil) vagas do Pronatec aos cumpridores de penas dos regimes aberto e semi-aberto, bem como os egressos dos sistemas penitenciários estaduais, por meio do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o MJ e o MEC, em janeiro de 2013.

Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – PROCAPs. O Projeto é voltado à implantação de oficinas permanentes de capacitação em estabelecimentos penais e oferecimento de cursos de capacitação para pessoas em cumprimento de pena com a implantação de oficinas permanentes em 08 (oito) Unidades Federativas que não foram contempladas com o 1º Ciclo;

Realizar o 1º Encontro com os Gestores de Trabalho e Renda estaduais.

Capacitação em Serviços Penais

Serão priorizados o monitoramento da execução dos convênios em vigência e a realização de análise da prestação de contas dos convênios encerrados. No que tange as ações educacionais, serão desenvolvidas pela Escola Nacional de Serviços Penais (ESPEN), conforme discriminação abaixo:

Escola Nacional de Serviços Penais

Acompanhamento das ações fruto da parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais visando o desenvolvimento de 04 Cursos a serem ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD) com a oferta de 10.000 (dez mil) vagas, conforme cronograma pactuado;

Realizar levantamento dos equipamentos e demandas dos servidores, visando a implantação de um Projeto de Qualidade de Vida;

Execução do 1º Curso de Formação de Professores de Armamento e Tiro.

Realizar o 3º Encontro Nacional de Escolas de Gestão Penitenciária.

Coordenação de Apoio à Capacitação em Serviços Penais.

Acompanhar a execução os Convênios vigentes e fazer o monitoramento in loco daqueles que terão a sua prestação de contas final apresentada neste exercício.

Relacionado ao Fomento à criação e ao fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e Conselhos Penitenciários Estaduais temos:

Fomento à criação e ao fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e Conselhos Penitenciários Estaduais

Capacitação e articulação dos Conselhos da Comunidade de Estados, com base na Matriz Curricular (RS, RJ, MS, PR, CE, GO).

Encontro sobre a atuação dos Conselhos Estaduais Penitenciários.

Doação de itens do Kit Conselhos da Comunidade.

Atuação com a Comissão Nacional de Fomento à Participação e Controle Social na Execução Penal.

Fomento à criação e ao fortalecimento das Ouvidorias Estaduais

Realização do III Encontro Nacional de Ouvidorias do Sistema Penitenciário.

Aparelhamento por meio de Doação de itens do Kit Ouvidoria.

Elaboração de Manual de Ouvidorias do Sistema Penitenciário.

Implantação de Sistema Informatizado das Ouvidorias do Sistema Penitenciário.

Tratamento Penitenciário nas Penitenciárias Federais

Subsidiar a realização de concursos públicos para contratação de Especialistas, principalmente Médicos Clínicos e Psiquiatras;

Estabelecer parcerias com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde onde estão localizadas as Penitenciárias;

Criar mecanismo que ajuste a situação do estudo dos presos nos casos de remoção para outra Unidade;

Articular com a DPU para aumentar a assistência jurídica aos presos das Penitenciárias Federais;

Incentivar a prestação de assistência jurídica gratuita por meio de videoconferência, não sendo excluído o atendimento presencial;

Fomentar a execução de ações que contribuam para a inclusão socioeconômica da família dos presos;

Ampliar o número de famílias atendidas pelas visitas virtuais;

Expansão do Projeto Visita Virtual para presos estrangeiros e de brasileiros no exterior.

Aparelhamento de Estabelecimentos penais e Integração de Sistemas de Informações Penitenciárias

Prosseguir realizando aquisição e distribuição de veículos cela aos estados. Analisar as proposituras de convênios e promover eventuais monitoramentos.

Iniciar o planejamento e a aquisição de equipamentos eletrônicos de segurança essenciais aos estabelecimentos penais.

Construção de Estabelecimentos Penais e Penas e Medidas Alternativas

Realização de Chamamentos Públicos para recepcionar propostas das Unidades Federativas, visando à contratação de 17.390 vagas, visando a redução do déficit de vagas em Penitenciárias Femininas e Cadeias Públicas Femininas e Masculinas.

Realização do Encontro Nacional de Alternativas Penais;

Publicação do documento com as diretrizes do Encontro Nacional de Alternativas Penais e distribuição para as UF;

Criação do Fórum Nacional de Alternativas Penais;

Publicação do Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça;

Capacitação de técnicos em alternativas penais: formação de multiplicadores, sendo 01 por unidade federativa;

Realização de visitas aos estados para divulgação das diretrizes da política de alternativas penais e das centrais integradas;

Divulgação do relatório final da pesquisa realizada pelo IPEA sobre os procedimentos adotados pelo sistema de justiça nos delitos passíveis de penas e medidas alternativas;

Coleta de dados junto às Corregedorias e Tribunais de Justiça sobre a aplicação de alternativas penais de 2012;

Coleta de dados junto às centrais de acompanhamento e fiscalização às penas e medidas alternativas sobre os casos atendidos: quantitativo e tipos de delito; Pesquisa e atualização do cadastro nacional sobre as centrais e núcleos de fiscalização das penas e medidas alternativas existentes no país.

Financiar a realização de Projetos-Piloto de Centrais Integradas em pelo menos 05 Estados da Federação;

Sugerir alteração significativa que vise a melhoria da sustentabilidade das ações de alternativas penais nos Estados.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
CEF/DEPEN

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

BRASÍLIA
ABRIL/2013



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
CEF/DEPEN**

***PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012***

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual, a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

Unidades Agregadas: CEF-Departamento Penitenciário Nacional.

***LOCAL
ABRIL/2013***

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão
IN – Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria-Geral da União
UJ – Unidade Jurisdicionada
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional
CEF – Caixa Econômica Federal
DN – Decisão Normativa
UJ – Unidade Jurisdicionada
UG – Unidade Gestora
LOA – Lei Orçamentária Anual
DIRPP – Diretoria de Políticas Penitenciárias
DISPF – Diretoria do Sistema Penitenciário Federal
DIREX – Diretoria Executiva
DPU – Defensoria Pública da União
PPA – Plano Plurianual
CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
MJ – Ministério da Justiça
MS – Ministério da Saúde
MPOG – Ministério do Planejamento e Gestão
MF – Ministério da Fazenda
SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
INFOPEN – Sistema de Informações Penitenciárias
MinC – Ministério da Cultura
MEC – Ministério da Educação
MDA – Ministério Do Desenvolvimento Agrário
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Usos Especial da União
SRI/PR – Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
CGSPF - Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário Federal.

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS	5
1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO	5
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	6
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	6
1.4 MAPA ESTRATÉGICO.....	7
1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS RELACIONADOS À UJ-CEF- DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL.....	8
1.6 MACROPROCESSOS DE APOIO RELACIONADOS À UJ-CEF- DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL	8
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	8
2. INTRODUÇÃO	9
3.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	9
3.1.1 <i>Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....</i>	9
3.2 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	10
3.3 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	10
3.3.1 <i>Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ</i>	10
3.3.2 <i>Programação de Despesas.....</i>	10
3.3.3 <i>Movimentação de Créditos Interna e Externa.....</i>	10
3.3.4 <i>Execução Orçamentária da Despesa</i>	10
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	11
4.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11
4.2.1 <i>Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....</i>	11
5. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES, BEM COMO A TÍTULO DE SUBVENÇÃO, AUXÍLIO OU CONTRIBUIÇÃO.	12
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.	12
5.2 RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	13
5.3 RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE	13
5.4 RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONTRATOS DE REPASSE.	13
5.5 VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	14
6 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV.....	15
7 INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA CGU E DO TCU EXPEDIDAS NO EXERCÍCIO OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O CASO DE NÃO CUMPRIMENTO.	15
7.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	15
7.1.1 <i>Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....</i>	15
7.1.2 <i>Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.</i>	16
7.2 INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA CGU.....	16
7.2.1 <i>Relatório de cumprimento das recomendações da CGU:</i>	16
7.2.2 <i>Situação das recomendações da CGU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.</i>	16
8.0 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO.	16

9.0	RESULTADOS E CONCLUSÃO.....	16
10	OUTRAS INFORMAÇÕES.....	17
10.1	CONTRATAÇÕES NO EXERCÍCIO – POR UF.	17
10.2	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS PREVISTA EM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	17

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 000316
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Caixa Econômica Federal / Ministério da Justiça			
Denominação abreviada: CAIXA/MJ			
Código SIORG: 000316		Código na LOA:	Código SIAFI: 200321
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Empresa pública – mandatária/órgão público			
Principal Atividade: Bancária – mandatária/agente operadora dos recursos do OGU			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	(061) 3206-0152	(061) 3206-9532	(061) 3206-9713
E-mail: genef@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.caixa.gov.br			
Endereço Postal: SBS, Quadra 4, lotes 3/4, Ed.Matriz I da CAIXA – 2º andar – Brasília/DF - CEP: 70092.900			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Normas registradas no item 2.2 deste Relatório de Gestão			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Normas registradas no item 2.2 deste Relatório de Gestão			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
200321	CEF-DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
200321	0001 Tesouro		

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

O Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN - é o órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, emanadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP.

O Departamento Penitenciário Nacional tem sob sua responsabilidade a execução do Programa 2070 – Segurança Pública com Cidadania, previsto no Plano Plurianual 2012/2015. Este Programa é composto por ações, dentre outras vinculadas a outras unidades orçamentárias, que buscam a geração de vagas; o aprimoramento tecnológico dos estabelecimentos penais; o tratamento penitenciário adequado e digno ao apenado, internado e egresso do sistema visando a sua posterior reintegração à sociedade.

E nesse aspecto, o Programa possui a ação 8914 (Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais), a mesma é viabilizada por intermédio do Contrato nº 018/2010, firmado com a Caixa Econômica Federal, que assina contratos de repasse, como mandatária do DEPEN com as unidades federativas.

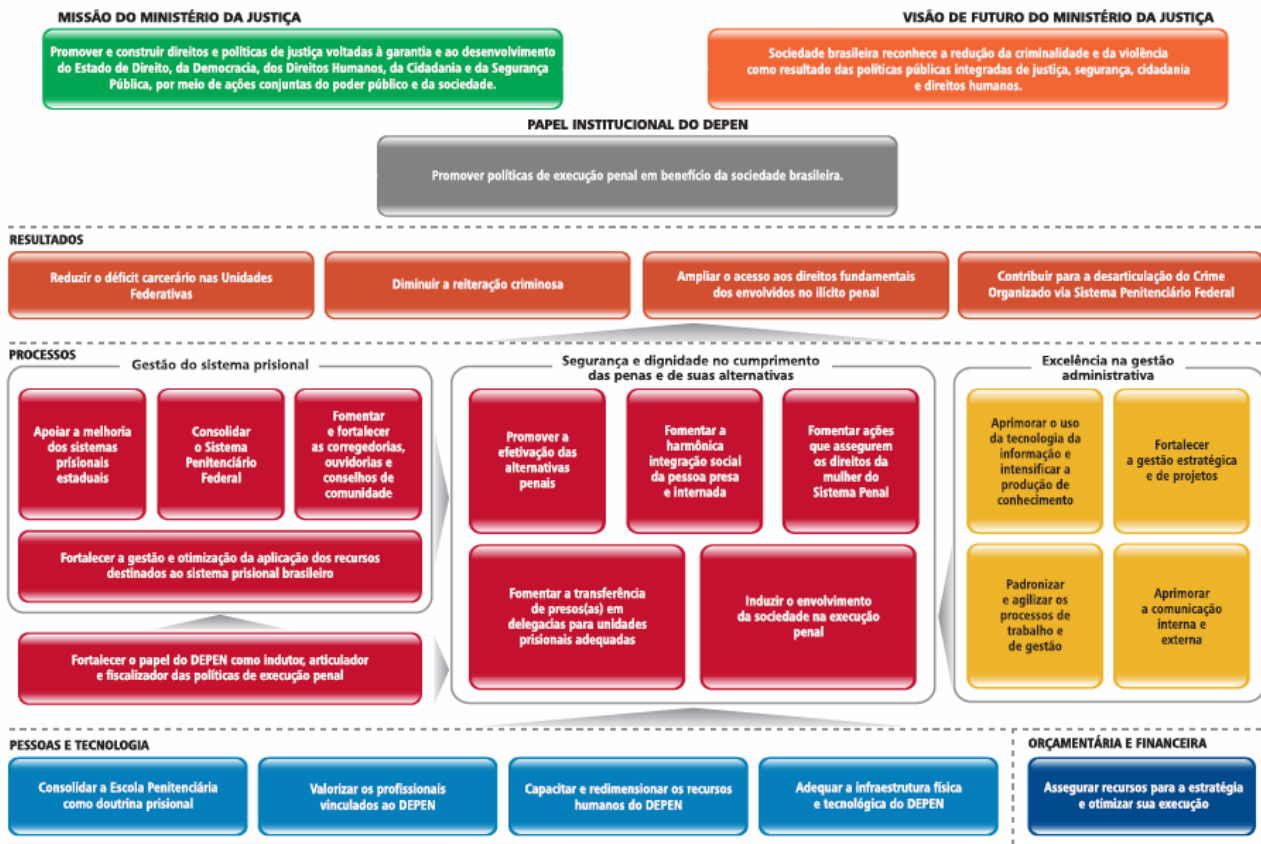
Assim, a Caixa Econômica Federal formaliza, acompanha e apresenta a prestação de contas em relação aos projetos de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais. Além disso, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, mantido pela Caixa, é utilizado para balizar o custo das edificações. No caso de materiais ou serviços não disponíveis no Sistema utilizam-se os custos da construção civil como parâmetro.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Informamos que a UJ DEPEN já dispôs em seu relatório de gestão tal informação.

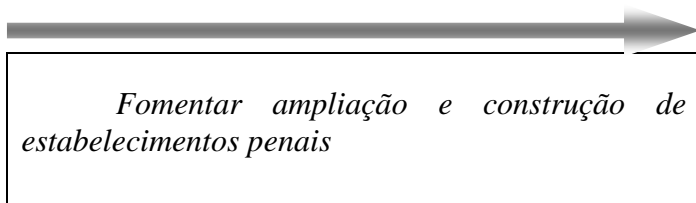
1.4 MAPA ESTRATÉGICO

Informamos abaixo o Mapa Estratégico do DEPEN para os anos de 2011 a 2014

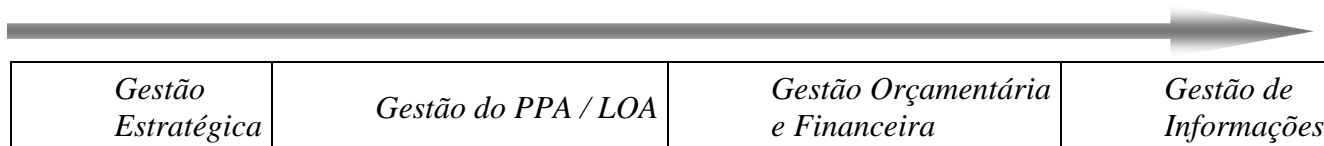


Especificamente, com relação aos processos em que a UJ, CEF-Departamento Penitenciário Nacional possui influência, podemos citar o seguinte: Apoiar a Melhoria dos Sistemas prisionais estaduais. O Resultado esperado de tal processo relaciona-se diretamente com a redução do déficit carcerário nas Unidades Federativas.

1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS RELACIONADOS À UJ-CEF- DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL



1.6 MACROPROCESSOS DE APOIO RELACIONADOS À UJ-CEF- DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL



1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Inerente à execução dos Contratos de Repasse, odemos elencar os principais parceiros na conecução dos objetivos da UJ:

- Casa Civil da Presidência da Replública;
- Ministério da Justiça;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Governos Estaduais.

2. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN está estruturado conforme as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 21/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

Cumprir mencionar que o Relatório de Gestão do CEF- DEPEN é elaborado considerando as informações e subsídios encaminhados pela CEF, com base no contrato 18/2010. Dessa forma informamos que quantos os itens: **2, 3, 6, 7, 8, 9** do anexo II da DN TCU nº 119/2012 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os principais problemas enfrentados foram: dificuldade de aprovação das propostas, devido à morosidade no atendimento das diligências pelas Unidades Federativas; falta de recursos humanos, bem limite orçamentário insuficiente para o empenho integral das propostas aprovadas no exercício de 2012.

3. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

3.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ, sobre informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ bem como sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ, informamos que os conteúdos estão presentes nos relatórios de gestão do FUNPEN e DEPEN.

3.1.1 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 3.1.4.12 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
<i>Código</i>		8914				
<i>Descrição</i>		Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Estaduais				
<i>Iniciativa</i>		03E9 Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas				
<i>Unidade Responsável</i>		Departamento Penitenciário Nacional				
<i>Unidade Orçamentária</i>		Fundo Penitenciário Nacional				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>		<i>Restos a Pagar</i>		<i>Valores Pagos</i>
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>	
200.040.000,00	452.040.000,00	358.685.000,00	0,00	0,00	358.685.000,00	1.203.934,82
Metas do Exercício Para a Ação						
<i>rdem</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta Física</i>		<i>Meta Financeira</i>	
			<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>	<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>
	Vaga contratada	unidade	6668	16.631	200.040.000,00	339.779.652,00

O objetivo estratégico buscado no exercício de 2012 ao gerenciar e executar a ação é a redução do déficit de vagas em Penitenciárias Femininas e Cadeias Públicas Femininas e Masculinas.

Para o plano de ação referente ao exercício de 2012 viabilizou-se 02 (dois) Chamamentos Públicos, estabelecendo prazos à Unidade Federativa para apresentação de

propostas; ao Depen/MJ para análise e aprovação das propostas; e à Caixa Econômica Federal para autorização da licitação.

O objetivo estratégico para o exercício de 2013 é a redução do déficit de vagas em Penitenciárias Femininas e Cadeias Públicas Femininas e Masculinas com a realização de Chamamentos Públicos para recepcionar propostas das Unidades Federativas, visando à contratação de mais 17.390 vagas.

Os principais problemas enfrentados foram: dificuldade de aprovação das propostas, devido à morosidade no atendimento das diligências pelas Unidades Federativas; falta de recursos humanos, bem limite orçamentário insuficiente para o empenho integral das propostas aprovadas no exercício de 2012.

A ação superou significativamente a meta estabelecida de 6.668 vagas para 16.631 vagas.

3.2 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Informamos que a UJ não executa recursos provenientes de programas de gestão.

3.3 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

3.3.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro 3.3.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
<i>Fundo Penitenciário Nacional</i>	<i>30907</i>	<i>200094</i>

3.3.2 Programação de Despesas

Informamos com relação ao item, que a programação de Despesas está informada nos relatórios de gestão do DEPEN e FUNPEN.

3.3.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 5.2.3.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

<i>Natureza da Movimentação de Crédito</i>		<i>UG</i>		<i>Classificação da ação</i>	<i>Despesas de Capital</i>
		<i>Concedente</i>	<i>Recebedora</i>		<i>4 – Investimentos</i>
<i>Movimentação Interna</i>	<i>Concedidos</i>	-	-	-	-
	<i>Recebidos</i>	200333	200321	14421207089140001	339.194.543,60
		200324	200321	14421207089140001	19.490.456,40
<i>Movimentação Externa</i>	<i>Concedidos</i>	-	-	-	-
	<i>Recebidos</i>	-	-	-	-

UG (200333 e 200324) – UJ Caixa Econômica Federal – CEF/DEPEN: movimentação visando a formalização de contratos de repasse para construção de estabelecimentos penais.

3.3.4 Execução Orçamentária da Despesa

3.3.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

Informamos que a UJ não executa recursos originários.

3.3.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

3.3.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Informo que pela característica dos contratos de repasse a despesa empenhada somente é liquidada em exercícios posteriores, após a realização das medições junto às obras, o que por seu turno, levam um tempo superior a um exercício.

3.3.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro 3.3.4.1.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Valores em
R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4.	358.685.000,00	28.151.270,04	0,00	0,00	358.685.000,00	28.151.270,04	0,00	0,00
42	358.685.000,00	28.151.270,04	0,00	0,00	358.685.000,00	28.151.270,04	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Desempenho Orçamentário e Financeiro

- Informações dos empenhos emitidos em 2012.

Houve a emissão de 138 notas de empenho no valor total de R\$ 358.685.000,00 (Trezentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e cinco reais)

Informamos que os valores repassados pelo DEPEN foram integralmente empenhados pela CEF.

- Informações dos pagamentos realizados em 2012.

Houve pagamentos no valor total de R\$ 77.204.969,11 (Setenta e sete milhões, duzentos e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais e onze centavos)

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Gestor: Ministério da Justiça

Quadro 4.2.1.1- Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados

Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelados Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
2009	26.923.005,44	-	15.543.111,71	11.379.893,73
2008	139.662.433,27	1.888.670,73	29.700.000,00	108.073.762,54
2007	180.000,00	180.000,00	-	-
TOTAIS	166.765.438,71	2.068.670,73	45.243.111,71	119.453.656,27
Observações:				

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelados Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	28.151.270,04	-	-	28.151.270,04
2010	38.886.520,96	6.924.663,56	31.961.857,40	
2009	-	-		
2008	-	-		
2007	-	-		
TOTAIS	67.037.791,00	6.924.663,56	31.961.857,40	28.151.270,04
Observações:				

Fonte: SIAFI

5. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

5.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Conforme Anexo MJ DEPEN – Quadro A.5.3

5.2 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro 5.2.1– Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: MJ DEPEN						
CNPJ: 00394494014196						
UG/GESTÃO: 200321						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Contrato de Repasse	50	03	10	77.204.969,11	107.056.297,43	75.718.774,72
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	50	03	10	77.204.969,11	107.056.297,43	75.718.774,72

Fonte: SIAPF

5.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Quadro 5.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MJ DEPEN					
CNPJ: 00394494014196				UG/GESTÃO: 200321	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2013 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Contrato de Repasse	137	1.027.262.370,53	513.234.478,58	514.027.891,95	49,96
Totais	137	1.027.262.370,53	513.234.478,58	514.027.891,95	49,96

Fonte: SIAPF

5.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de contratos de repasse.

Quadro 5.4.1 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente			
Nome: MJ DEPEN			
CNPJ:		UG/GESTÃO: 200321	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos
			(Quantidade e Montante Repassado)
			Contratos de Repasse
2012	Contas prestadas	Quantidade	2

		Montante Repassado	5.437.330,45
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	11
		Montante Repassado	72.657.137,39
2011	Contas prestadas	Quantidade	4
		Montante Repassado	17.653.839,09
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0
		Montante Repassado	0
2010	Contas prestadas	Quantidade	9
		Montante Repassado	31.766.209,38
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0
		Montante Repassado	0
Anteriores a 2010	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0
		Montante Repassado	0

Fonte: SIAPF

5.5 Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Não há informação para o período

Quadro 5.5.1 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: MJ DEPEN				
CNPJ: 00394494014196		UG/GESTÃO: 200321		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos
				Contratos de Repasse
2012	Quantidade de contas prestadas			
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	
			Contas Não analisadas	
		Montante repassado (R\$)		
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	
			Quantidade Reprovada	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE	
Quantidade				
Montante repassado (R\$)				
2011	Quantidade de contas prestadas			
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		

	Contas NÃO analisadas	Quantidade	
		Montante repassado (R\$)	
2010	Quantidade de contas prestadas		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	
		Quantidade Reprovada	
		Quantidade de TCE	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	
Montante repassado			
Exercícios anteriores a 2010	Contas NÃO analisadas	Quantidade	
		Montante repassado	

Fonte: SIAPF

6 Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e no SICONV.

Quadro 6.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, Ricardo Magno Paula Ramos, CPF nº 484.418.301-00, Gerente Nacional (Gestor Financeiro), exercido na UG 200321 – CEF/DEPEN, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465 de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Ressalvo que esta Caixa Econômica Federal não é órgão integrante do Sistema de Serviços Gerais – SISG, da Administração Pública Federal, e, conforme arts. 2º e 8º do Decreto nº 1.094/94, está dispensada da alimentação de dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.</p>
<p>Brasília, 28 de fevereiro de 2013.</p> <p>Ricardo Magno Paula Ramos 484.418.301-00 Gestor Financeiro/ UG 200321</p>

7 Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações da CGU e do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento.

7.1 Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU.

7.1.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.

Não há pendências de atendimento ao TCU no exercício de 2012.

7.1.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Não há pendências de atendimento ao TCU no exercício de 2012.

7.2 Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações da CGU.

7.2.1 Relatório de cumprimento das recomendações da CGU:

Não houve recebimento de determinações.

7.2.2 Situação das recomendações da CGU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Não há pendências de atendimento à CGU no exercício de 2012.

8.0 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Quanto as informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade, informamos que pela natureza das atividades desempenhadas pela UJ, a referida norma não possui aplicabilidade.

9.0 Resultados e Conclusão.

No que tange à consecução dos objetivos inicialmente propostos, constata-se a superação da meta inicialmente prevista relacionada à Ação 8914. O resultado foi considerado positivo pelo relevante impacto obtido, elevando de 6668 vagas contratadas para 16.631 vagas contratadas, o que contribuirá significativamente para a redução do déficit de vagas nos sistemas prisionais dos estados da federação.

<i>Meta Prevista</i>	<i>Meta Realizada</i>	<i>Despesa Prevista</i>	<i>Despesa Realizada</i>
6668	16.631	200.040.000,00	339.779.652,00

10 Outras Informações.

10.1 Contratações no Exercício – Por UF.

Em 2012, foram selecionadas 50 propostas pelo Gestor, no valor total de R\$ 365.815.449,50 (Trezentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e quinze mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), das quais foram firmados 50 contratos, no valor total de R\$ 365.815.449,50 (Trezentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e quinze mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), conforme discriminação abaixo:

Ministério da Justiça - DEPEN				
UF	Seleção		Contratação	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor
CE	2	33.060.000,00	2	33.060.000,00
DF	2	9.000.000,00	2	9.000.000,00
MA	1	7.024.199,50	1	7.024.199,50
MG	4	12.690.000,00	4	12.690.000,00
MS	5	7.278.750,00	5	7.278.750,00
MT	2	20.160.000,00	2	20.160.000,00
PA	5	11.590.000,00	5	11.590.000,00
PB	2	17.160.000,00	2	17.160.000,00
PE	7	58.800.000,00	7	58.800.000,00
PR	13	117.232.500,00	13	117.232.500,00
RJ	1	19.770.000,00	1	19.770.000,00
RO	1	8.580.000,00	1	8.580.000,00
RS	3	30.570.000,00	3	30.570.000,00
SC	2	12.900.000,00	2	12.900.000,00
BRASIL	50	365.815.449,50	50	365.815.449,50

10.2 Taxa de administração pelos serviços prestados prevista em Contrato de Prestação de Serviços

COBRADO ATÉ 2012	COBRADO EM 2012	TOTAL RECEBIDO ATÉ 2012	RECEBIDO EM 2012	A RECEBER 31/12/12
11.361.476,19	1.600.783,38	11.340.865,57	1.661.966,17	92.455,02
OBS: Incluído no total recebido até 2012, recebido em 2012 e a receber 31/12/2012 o valor da atualização monetária. Tarifas agregadas das UGs DEPEN e SENASP				

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência										
Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: MJ DEPEN										
CNPJ: 00394494014196					UG/GESTÃO: 200321/00001					
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Nº SIAFI	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	018411433	514500	ESTADO DO CEARA	10.302.180,06	1.144.686,67		10.302.180,06	15/12/2004	30/10/2013	Adimplente
2	017649812	536881	ESTADO DA BAHIA	8.303.494,65	3.803.436,60		8.303.494,65	09/12/2005	21/07/2013	Adimplente
2	017576647	542646	ESTADO DO PARANA	2.352.981,68	1.728.343,53		2.352.981,68	21/10/2005	30/03/2013	Adimplente
2	018463539	550227	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	10.153.627,89	2.538.407,00		10.153.627,89	29/12/2005	30/07/2012	Adimplente
2	018463310	550228	ESTADO DE SAO PAULO	22.200.000,00	35.724.506,46		22.200.000,00	26/12/2005	21/09/2013	Adimplente
2	020593759	570872	ESTADO DE SAO PAULO	17.032.987,72	7.989.150,54		17.032.987,72	29/09/2006	26/03/2012	Adimplente

2	020780501	572084	ESTADO DO PARANA	14.514.033,14	3.928.960,08	14.514.033,14	26/10/2006	30/03/2013	Adimplente
2	020624279	574311	ESTADO DA BAHIA	13.137.173,09	3.871.060,11	13.137.173,09	01/11/2006	11/11/2013	Adimplente
2	020748869	579206	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	415.412,11	677.666,61	415.412,11	14/12/2006	30/12/2012	Adimplente
2	020748973	579207	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	403.469,01	531.404,08	403.469,01	14/12/2006	30/12/2012	Adimplente
2	020749114	579209	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	8.457.907,37	2.208.217,33	8.457.907,37	14/12/2006	30/12/2012	Excluído
2	021370391	579213	ESTADO DE SAO PAULO	7.800.000,00	3.119.182,78	7.800.000,00	20/12/2006	13/04/2013	Adimplente
2	020926736	581025	ESTADO DO PIAUI	2.977.174,58	330.797,18	2.977.174,58	14/12/2006	11/09/2013	Adimplente
2	020780279	581532	ESTADO DE MATO GROSSO	4.495.729,43	1.019.039,42	4.495.729,43	19/12/2006	31/08/2013	Adimplente
2	020780383	581533	ESTADO DE MATO GROSSO	4.495.729,43	557.569,47	4.495.729,43	19/12/2006	31/01/2014	Adimplente

2	020926172	581535	ESTADO DE SANTA CATARINA	13.241.071,11	4.370.310,44	13.241.071,11	22/12/2006	31/12/2013	Adimplente
2	020926403	581536	ESTADO DO ACRE	4.511.073,58	1.898.852,73	4.511.073,58	11/12/2006	30/05/2013	Adimplente
2	021172956	588449	ESTADO DO CEARA	3.316.478,47	577.714,86	3.316.478,47	28/12/2006	30/11/2013	Adimplente
2	020748536	589451	ESTADO DO PARA	2.922.212,25	1.125.498,95	2.922.212,25	28/12/2006	18/02/2013	Adimplente
2	021328080	589452	ESTADO DE RORAIMA	5.181.256,41	1.576.626,21	5.181.256,41	29/12/2006	24/01/2014	Adimplente
2	021173084	589646	ESTADO DE RONDONIA	4.979.263,10	497.926,31	4.979.263,10	30/12/2006	30/04/2013	Adimplente
2	021327952	589647	ESTADO DE RONDONIA	3.378.158,86	337.815,89	3.378.158,86	30/12/2006	30/04/2013	Adimplente
2	020780497	589773	ESTADO DO PARA	2.922.212,25	1.263.061,71	2.922.212,25	28/12/2006	18/02/2013	Adimplente
2	022939941	595905	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E DA CIDADANIA	916.129,15	101.792,13	916.129,15	20/11/2007	31/12/2012	Adimplente

2	022939837	595906	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA DEF. CONSUMIDOR	1.180.611,00	514.184,59	1.180.611,00	20/11/2007	29/09/2013	Adimplente
2	023676869	596843	ESTADO DO MARANHAO	6.508.800,21	723.200,02	6.508.800,21	27/11/2007	29/11/2013	Adimplente
2	023255501	602720	ESTADO DA BAHIA	16.134.461,24	1.792.717,92	16.134.461,24	10/12/2007	11/10/2013	Adimplente
2	023454409	602721	ESTADO DO AMAPA	2.523.999,32	525.145,78	2.523.999,32	13/12/2007	30/11/2013	Adimplente
2	023676755	602722	ESTADO DO AMAPA	4.050.000,00	652.900,31	4.050.000,00	13/12/2007	30/11/2013	Adimplente
2	023196214	604882	ESTADO DA BAHIA	640.887,22	219.554,55	640.887,22	17/12/2007	06/12/2012	Adimplente
2	023464851	609212	ESTADO DO PARA	624.403,45	69.378,16	624.403,45	20/12/2007	30/09/2013	Adimplente
2	024353037	609215	ESTADO DE SERGIPE	1.569.043,26	862.319,88	1.569.043,26	28/12/2007	30/06/2012	Adimplente
2	023255051	613548	ESTADO DE GOIAS	1.313.795,20	436.665,33	1.313.795,20	27/12/2007	30/03/2012	Adimplente

2	023255165	613549	ESTADO DE GOIAS	544.222,40	65.024,31	544.222,40	27/12/2007	30/04/2013	Adimplente
2	023255279	613550	ESTADO DE GOIAS	238.408,77	253.328,04	238.408,77	27/12/2007	30/04/2013	Adimplente
2	023255383	613551	ESTADO DE GOIAS	405.974,98	45.108,33	405.974,98	27/12/2007	30/04/2013	Adimplente
2	023255615	613552	ESTADO DO AMAZONAS	15.562.237,90	5.760.193,74	15.562.237,90	28/12/2007	30/06/2013	Adimplente
2	023868384	613553	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	364.659,15	91.164,79	364.659,15	27/12/2007	31/10/2012	Adimplente
2	023868498	613554	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1.425.343,01	356.335,75	1.425.343,01	27/12/2007	30/05/2012	Adimplente
2	023868616	613555	ESTADO DO CEARA	2.359.301,00	537.391,74	2.359.301,00	28/12/2007	31/12/2013	Adimplente
2	023868720	613556	ESTADO DO CEARA	2.497.112,24	473.278,26	2.497.112,24	28/12/2007	31/12/2013	Adimplente
2	023868834	613557	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	258.818,42	64.704,61	258.818,42	27/12/2007	31/01/2013	Adimplente

2	023868948	613558	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	511.692,54	127.923,14	511.692,54	27/12/2007	30/09/2012	Adimplente
2	023888748	613559	ESTADO DE SAO PAULO	23.199.257,96	19.840.810,88	23.199.257,96	26/12/2007	26/03/2013	Adimplente
2	024352909	613562	ESTADO DE MATO GROSSO	382.104,00	187.457,31	382.104,00	31/12/2007	31/08/2013	Adimplente
2	024602707	613563	ESTADO DA BAHIA	27.323.219,74	3.035.913,30	27.323.219,74	31/12/2007	04/09/2012	Adimplente
2	023464965	621327	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	8.856.602,32	2.214.150,58	8.856.602,32	31/12/2007	30/12/2012	Excluído
2	023676973	621328	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	12.635.551,26	7.932.956,83	12.635.551,26	31/12/2007	30/12/2013	Adimplente
2	024380992	621329	ESTADO DE ALAGOAS	143.911,51	15.990,16	143.911,51	31/12/2007	30/01/2012	Adimplente
2	026936369	635196	ESTADO DE MATO GROSSO	5.500.000,00	612.615,56	5.500.000,00	30/10/2008	30/04/2013	Adimplente
2	026478110	636535	ESTADO DO ACRE	4.906.447,42	420.117,44	3.781.057,00	01/12/2008	30/12/2013	Adimplente

2	026478224	636536	ESTADO DO AMAPA	1.435.872,13	503.823,43	1.435.872,13	24/11/2008	30/11/2013	Adimplente
2	027670104	642434	SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS	14.700.000,00	300.000,00	14.700.000,00	31/12/2008	30/12/2014	Adimplente
2	027846708	642435	ESTADO DO PARA	2.635.387,76	1.553.692,79	2.635.387,76	30/12/2008	30/09/2013	Adimplente
2	027819281	642436	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA DEF. CONSUMIDOR	3.141.731,10	2.018.286,07	3.141.731,10	31/12/2008	25/10/2013	Adimplente
2	027819395	642437	ESTADO DE TOCANTINS	14.708.591,24	-	14.708.591,24	30/12/2008	30/06/2013	Adimplente
2	027912927	642438	ESTADO DE RONDONIA	15.248.513,46	1.694.279,27	15.248.513,46	31/12/2008	30/04/2013	Adimplente
2	028174965	642439	ESTADO DO PIAUI	3.868.287,19	429.809,69	3.868.287,19	31/12/2008	30/03/2012	Concluído
2	026473321	644395	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	14.700.000,00	300.000,00		11/12/2008	27/07/2013	Adimplente
2	026478442	644396	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	8.837.744,26	2.209.436,07	8.837.744,26	11/12/2008	30/05/2012	Adimplente

2	026473103	644397	ESTADO DA BAHIA	14.850.000,00	3.612.168,83			05/12/2008	31/03/2014	Adimplente
2	026473217	644398	ESTADO DO PARA	14.850.000,00	150.000,00			29/12/2008	30/09/2013	Adimplente
2	026883109	644399	ESTADO DO PARA	2.635.387,76	691.184,96		2.635.387,76	29/12/2008	30/09/2013	Adimplente
2	026478662	644400	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1.433.935,92	397.344,08		1.433.935,92	11/12/2008	28/02/2013	Adimplente
2	026478776	644401	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1.776.573,16	458.667,03		1.776.573,16	11/12/2008	28/02/2013	Adimplente
2	026478558	644402	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1.187.453,71	296.863,43		1.187.453,71	11/12/2008	30/07/2012	Adimplente
2	026478338	647016	ESTADO DO AMAPA	581.133,87	890.614,06		581.133,87	24/11/2008	30/11/2013	Adimplente
2	026869551	647017	ESTADO DE GOIAS	2.266.198,68	467.139,92		2.266.198,68	31/12/2008	30/04/2013	Adimplente
2	027510894	647018	ESTADO DE MATO GROSSO	19.222.310,41	315.057,92	14.850.000,00	19.222.310,41	30/12/2008	31/07/2013	Adimplente

2	027510907	647019	ESTADO DO PIAUI	14.850.000,00	150.000,00			31/12/2008	31/08/2013	Adimplente
2	027670218	647020	ESTADO DE RONDONIA	20.634.553,78	149.990,00		5.784.553,78	31/12/2008	30/04/2014	Adimplente
2	027818820	647021	ESTADO DO ACRE	8.129.419,34	4.030.277,65		8.129.419,34	31/12/2008	30/08/2013	Adimplente
2	027819063	647023	ESTADO DO AMAPA	1.019.278,26	315.781,13		1.019.278,26	31/12/2008	30/04/2013	Adimplente
2	027819177	647024	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	693.000,00	459.152,09		693.000,00	30/12/2008	30/05/2013	Concluído
2	028003391	647025	ESTADO DA PARAIBA	1.888.670,73	209.852,30			30/12/2008	30/09/2012	Excluído
2	027846812	647026	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	2.500.000,00	420.532,09		2.500.000,00	29/12/2008	20/01/2012	Excluído
2	027912813	647027	ESTADO DE GOIAS	18.050.000,00	2.005.555,56	18.050.000,00	18.050.000,00	31/12/2008	30/06/2013	Adimplente
2	028003404	647028	ESTADO DE GOIAS	4.500.000,00	2.280.388,08		4.500.000,00	31/12/2008	26/01/2013	Adimplente

2	028174851	647029	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	7.000.000,00	4.890.970,00	7.000.000,00	30/12/2008	30/05/2013	Excluído
2	028223796	647030	ESTADO DO ESPIRITO SANTO	14.700.000,00	300.000,00		31/12/2008	01/09/2014	Adimplente
2	028107180	647032	ESTADO DE PERNAMBUCO	9.862.516,04	12.407.745,46	9.862.516,04	31/12/2008	30/03/2013	Adimplente
2	028263282	647033	ESTADO DO AMAZONAS	8.788.118,73	976.457,64	8.788.118,73	31/12/2008	31/07/2013	Adimplente
2	028303689	647034	ESTADO DO AMAZONAS	8.788.118,73	976.457,64	8.788.118,73	31/12/2008	31/12/2013	Adimplente
2	026481064	651422	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	686.000,00	14.000,00	686.000,00	31/12/2008	30/12/2012	Excluído
2	026939437	651423	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	130.070,81	32.517,70	130.070,81	31/12/2008	30/12/2013	Adimplente
2	026473435	651502	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	14.700.000,00	300.000,00		31/12/2008	30/12/2013	Adimplente
2	028107294	652258	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA DEF. CONSUMIDOR	3.340.881,90	1.942.118,05	3.340.881,90	31/12/2008	30/11/2013	Adimplente

2	026473090	652259	ESTADO DE ALAGOAS	17.820.000,00	150.000,00		2.970.000,00	31/12/2008	29/06/2013	Adimplente
2	028671247	703800	SECRETARIA DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS	22.836.845,19	230.675,20		22.836.845,19	22/06/2009	31/12/2014	Adimplente
2	029144727	704714	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA DEF. CONSUMIDOR	14.850.000,00	150.000,00	14.850.000,00	14.850.000,00	31/12/2009	24/08/2014	Adimplente
2	028635410	704735	PR SEC ESTADO JUSTICA E DA CIDADANIA	14.700.000,00	300.000,00		14.700.000,00	23/12/2009	30/11/2013	Adimplente
2	029574742	704818	SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARA	18.765.820,21	204.000,21		18.765.820,21	23/11/2009	23/01/2013	Adimplente
2	029574857	704820	SEC EXEC DE RESSOCIALIZACAO	2.435.268,15	502.158,63		2.435.268,15	30/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	029951416	707610	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA DEF. CONSUMIDOR	1.237.399,07	137.488,79			31/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	029951302	707611	ESTADO RS - SECRETARIA DA SEG PUBLICA	861.604,66	215.401,17			28/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	030169126	709770	SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO PARA	1.225.640,63	633.383,12		1.225.640,63	30/12/2009	30/09/2013	Adimplente

2	030465985	715518	ESTADO DO ACRE	2.097.725,82	233.080,65		2.097.725,82	22/12/2009	29/05/2013	Adimplente
2	030098440	715694	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	19.899.000,00	201.000,00	5.049.000,00	19.899.000,00	15/12/2009	31/05/2013	Adimplente
2	030371108	717285	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	693.111,71	282.800,52	693.111,71	693.111,71	15/12/2009	31/01/2014	Adimplente
2	031129194	729034	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA - MS	2.152.633,84	239.181,54		2.152.633,84	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031129207	729038	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E CIDADANIA	8.373.891,89	930.432,44		8.373.891,89	31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	034227214	748895	SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL	33.517.131,54	338.556,88			23/09/2010	23/05/2012	Adimplente
2	034258159	749309	SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO PARA	189.511,08	21.056,79			25/10/2010	30/09/2013	Adimplente
2	034370347	749738	ESTADO DO ACRE	6.120.317,28	680.035,25	6.120.317,28	6.120.317,28	23/12/2010	23/06/2013	Adimplente
2	034306966	749739	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA - MS	921.661,33	102.406,81			21/12/2010	30/03/2013	Adimplente

2	034242339	749740	SECRETARIA DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	11.538.000,00	1.386.906,68	11.538.000,00	11.538.000,00	27/12/2010	26/12/2013	Adimplente
2	034409495	749959	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA - MS	6.054.540,12	672.726,68	6.054.540,12	6.054.540,12	21/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	034447837	749960	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA - SEJUS	323.080,95	35.897,89			31/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	034544784	750943	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	600.000,00	174.119,43			31/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	034567332	751174	ESTADO DO ACRE	1.607.439,31	16.236,76		1.607.439,31	24/12/2010	31/08/2013	Adimplente
2	034649151	752068	ESTADO RS - SECRETARIA DA SEG PUBLICA	1.152.374,40	23.517,84			23/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034649046	752402	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E CIDADANIA	945.302,58	105.033,62			31/12/2010	20/06/2012	Adimplente
2	036683749	759137	SECRETARIA DO ESTADO DA JUSTICA E DA ADM PENITENCIARIA	14.464.085,21	2.552.485,63			23/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036683635	759138	SECRETARIA DO ESTADO DA JUSTICA E DA ADM PENITENCIARIA	5.314.113,04	937.784,65			23/12/2011	30/06/2013	Adimplente

2	036938105	761596	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	7.247.681,37	805.297,93		28/12/2011	28/06/2013	Adimplente
---	-----------	--------	---	--------------	------------	--	------------	------------	------------

QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/DEPEN			200321
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico) regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p align="center">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	20 FEV 2013
Contador Responsável	Maria do Socorro Ferreira	CRC n.º	9448/DF



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS

SUBTITULO 200321/00001 - CEF - DEPARTAMENTO PENITENCIARIO NACIONAL-MJ

ORGAO SUPERIOR 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA

EXERCICIO 2012

EMISSAO 05/03/2013

MES DEZ(FECHADO)

PAGINA 1

INGRESSOS		DISPENDIOS			
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	87.114.749,03	46.737.995,50	OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	87.114.749,03	46.737.995,50	DESPESAS DE CAPITAL	358.685.000,00	28.151.270,04
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011			INVESTIMENTOS	358.685.000,00	28.151.270,04
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	82.257.753,11	88.539.352,04	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	92.114.749,03	46.790.779,50
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	52.784,00	52.784,00	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	0,00	52.784,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	52.784,00	52.784,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	0,00	52.784,00
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	82.204.969,11	88.486.568,04	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	92.114.749,03	46.737.995,50
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	82.204.969,11	88.486.568,04	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	5.000.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	82.204.969,11	88.486.568,04	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	5.000.000,00	0,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.199.781.603,95	747.847.574,75	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	87.114.749,03	46.737.995,50
VALORES EM CIRCULACAO	205.541.201,05	308.603.145,00	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	918.354.357,06	808.182.872,75
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	205.541.201,05	308.603.145,00	VALORES EM CIRCULACAO	479.109.927,31	205.541.201,05
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	52.784,00	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	479.109.927,31	205.541.201,05
VALORES DIFERIDOS	0,00	52.784,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	52.784,00	52.784,00
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	513.214.589,87	233.803.229,71	VALORES DIFERIDOS	52.784,00	52.784,00
FORNECEDORES	119.453.656,27	166.765.438,71	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	233.803.229,71	312.708.257,10
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	117.354.652,54	149.123.323,27	FORNECEDORES	166.765.438,71	2.435.268,15
CONTRATO DE PAGAR - SICONV	2.099.003,73	17.642.115,44	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	149.123.323,27	0,00
RESTOS A PAGAR	393.760.933,60	67.037.791,00	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	17.642.115,44	2.435.268,15
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	386.836.270,04	67.037.791,00	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	67.037.791,00	310.272.988,95
CANCELADO	6.924.663,56	0,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	205.388.416,04	289.880.630,60
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	481.025.813,03	205.388.416,04	BAIXA DE DIREITOS	205.388.416,04	289.880.630,60
INCORPORACAO DE DIREITOS	478.957.142,30	205.388.416,04	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	205.388.416,04	289.880.630,60
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	478.957.142,30	205.388.416,04	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	205.388.416,04	289.880.630,60
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	2.068.670,73	0,00			
EXERCICIOS ANTERIORES	2.068.670,73	0,00			
INGRESSOS	1.369.154.106,09	883.124.922,29	DISPENDIOS	1.369.154.106,09	883.124.922,29



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO 200321/00001 - CEF - DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - MJ

ORÇAO SUPERIOR 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA

EXERCÍCIO 2012

EMISSÃO
05/03/2013

MES
DEZ(FECHADO)

PAGINA
1

		PASSIVO		
TITULO	TITULOS	2011	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	205.541.201,05	479.109.927,31	233.856.013,71
CREDITOS EM CIRCULACAO	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	205.541.201,05	479.109.927,31	233.803.229,71
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	152.785,01	152.785,01	166.765.438,71
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	205.388.416,04	478.957.142,30	149.123.323,27
ATIVO NAO FINANCEIRO	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	-100.308.474,87	-345.115.343,73	0,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	-100.308.474,87	-345.115.343,73	17.642.115,44
CREDITOS EM CIRCULACAO	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	-100.308.474,87	-345.115.343,73	67.037.791,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	A LIQUIDAR	-205.388.416,04	-478.957.142,30	67.037.791,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	105.079.941,17	133.841.798,57	52.784,00
ATIVO REAL	VALORES DIFERIDOS	105.232.726,18	133.994.583,58	52.784,00
	PASSIVO NAO FINANCEIRO	0,00	0,00	52.784,00
	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-386.836.270,04	-386.836.270,04	-67.037.791,00
	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	-386.836.270,04	-386.836.270,04	-67.037.791,00
	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	0,00	0,00	0,00
	PASSIVO REAL	-386.836.270,04	-386.836.270,04	-67.037.791,00
	PATRIMONIO LIQUIDO	119.453.656,27	119.453.656,27	166.818.222,71
	PATRIMONIO/CAPITAL	14.540.927,31	14.540.927,31	-61.585.496,53
	PATRIMONIO	0,00	0,00	52.033.101,32
	RESULTADOS ACUMULADOS	0,00	0,00	52.033.101,32
	RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-61.585.496,53	-61.585.496,53	0,00
	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	-61.585.496,53	-61.585.496,53	0,00
	RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00	0,00
	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	76.126.423,84	76.126.423,84	-113.618.597,85
	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	133.994.583,58	133.994.583,58	105.232.726,18
ATIVO COMPENSADO	PASSIVO COMPENSADO	801.434.849,28	770.972.539,30	801.434.849,28
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	801.434.849,28	770.972.539,30	801.434.849,28
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	33.429.874,54	25.000.002,12	33.429.874,54
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	768.004.974,74	745.972.537,18	768.004.974,74
ATIVO	PASSIVO	906.667.575,46	904.967.122,88	906.667.575,46



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS		
SUBTITULO	200321/00001 - CEF - DEPARTAMENTO PENITENCIARIO NACIONAL-MJ		
ORGAO SUPERIOR	30000 - MINISTERIO DA JUSTICA		

EXERCICIO	2012	MES	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	05/03/2013	PAGINA	1

VARIACOES ATIVAS		VARIACOES PASSIVAS	
TITULOS	2012	2011	TITULOS
ORCAMENTARIAS	445.852.533,03	74.942.049,54	ORCAMENTARIAS
RECEITAS CORRENTES	87.114.749,03	46.737.995,50	DESPESAS DE CAPITAL
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	87.114.749,03	46.737.995,50	INVESTIMENTOS
INTERFERENCIAS ATIVAS	52.784,00	52.784,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	52.784,00	52.784,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	52.784,00	52.784,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO
MUTACOES ATIVAS	358.685.000,00	28.151.270,04	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	358.685.000,00	28.151.270,04	INTERFERENCIAS PASSIVAS
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	804.305.719,14	653.036.916,78	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS
INTERFERENCIAS ATIVAS	82.204.969,11	88.486.568,04	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	82.204.969,11	88.486.568,04	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	722.100.750,03	564.550.348,74	DESINCORPORACOES DE ATIVOS
INCORPORACOES DE ATIVOS	713.107.415,74	564.550.348,74	BAIXA DE DIREITOS
INCORPORACAO DE DIREITOS	713.107.415,74	564.550.348,74	INCORPORACAO DE PASSIVOS
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	8.993.334,29	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	113.618.597,85	SUPERAVIT
DEFICIT	0,00	113.618.597,85	
VARIACOES ATIVAS	1.250.158.252,17	841.597.564,17	VARIACOES PASSIVAS
			1.250.158.252,17
			841.597.564,17



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	200321/00001 - CEF - DEPARTAMENTO PENITENCIARIO NACIONAL-MJ
ORGAO SUPERIOR	30000 - MINISTERIO DA JUSTICA

EXERCICIO	2012	MES	
EMISSAO	05/03/2013	DEZ(FECHADO)	
		PAGINA	1

TITULOS	RECEITA				DESPESA				ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA	
	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO		
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	358.685.000,01	358.685.000,00	358.685.000,00	0,01
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	358.685.000,01	358.685.000,00	358.685.000,00	0,01
					INVESTIMENTOS	0,00	358.685.000,01	358.685.000,00	358.685.000,00	0,01
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	358.685.000,01	358.685.000,00	358.685.000,00	0,01
TOTAL					TOTAL	0,00	358.685.000,01	358.685.000,00	358.685.000,00	0,01
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	358.685.000,00	-358.685.000,00	SUPERAVIT TOTAL					
TOTAL GERAL	0,00	0,00	358.685.000,00	-358.685.000,00	TOTAL GERAL	0,00	358.685.000,01	358.685.000,00	358.685.000,00	0,01



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS		
SUBTITULO	200321/00001 - CEF - DEPARTAMENTO PENITENCIARIO NACIONAL - MJ		
ORGAO SUPERIOR	30000 - MINISTERIO DA JUSTICA		

EXERCICIO	2012		MES
EMISSAO	05/03/2013		DEZ(FECHADO)
			PAGINA
			1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-479.109.927,31	-205.541.201,05
			CREDITOS A RECEBER	-479.109.927,31	-205.541.201,05
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-479.109.927,31	-205.541.201,05
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-152.785,01	-152.785,01
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-478.957.142,30	-205.388.416,04
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	506.289.926,31	233.803.229,71
			OBRIGACOES A PAGAR	506.289.926,31	233.803.229,71
			FORNECEDORES	119.453.656,27	166.765.438,71
			CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	117.354.652,54	149.123.323,27
			CONTRATO DE REPASSE A PAGAR-SICONV	2.099.003,73	17.642.115,44
			RESTOS A PAGAR	386.836.270,04	67.037.791,00
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	386.836.270,04	67.037.791,00
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	52.784,00
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	0,00	52.784,00
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	-27.179.999,00	-28.314.812,66
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-506.137.141,30	-233.650.444,70
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	478.957.142,30	205.388.416,04
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	478.957.142,30	205.388.416,04
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	0,00	-52.784,00
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	0,00	-52.784,00
		0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	MES
SUBTITULO	200321/00001 - CEF - DEPARTAMENTO PENITENCIARIO NACIONAL-MJ	2012	DEZ(FECHADO)
ORGAO SUPERIOR	30000 - MINISTERIO DA JUSTICA	EMISSAO	PAGINA
		05/03/2013	1

TITULOS	2012	2011
RECEITAS ORCAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	87.114.749,03	46.737.995,50
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	87.114.749,03	46.737.995,50
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	87.114.749,03	46.737.995,50
DESPESAS ORCAMENTARIAS		
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	358.685.000,00	28.151.270,04
RESULTADO ORCAMENTARIO	-271.570.250,97	18.586.725,46
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	52.784,00	52.784,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	52.784,00	52.784,00
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	358.685.000,00	28.151.270,04
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	358.685.000,00	28.151.270,04
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	0,00	52.784,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	52.784,00
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	87.167.533,03	46.737.995,50
RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.		
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	87.167.533,03	46.737.995,50
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	82.204.969,11	88.486.568,04
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	82.204.969,11	88.486.568,04
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	722.100.750,03	564.550.348,74
INCORPORACAO DE ATIVOS	713.107.415,74	564.550.348,74
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	8.993.334,29	0,00
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	92.114.749,03	46.737.995,50
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	5.000.000,00	0,00
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	87.114.749,03	46.737.995,50
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	723.232.079,30	766.655.514,63
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	684.345.558,34	495.269.046,64
INCORPORACAO DE PASSIVOS	38.886.520,96	271.386.467,99
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	76.126.423,84	-113.618.597,85